



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

Presidente

Luciano do Nascimento Silva

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S471

Seminário de saberes arquivísticos (SESA): interfaces do aprendizado na universidade [Livro eletrônico]. Eliete Correia dos Santos, Josemar Henrique de Melo, Claudialyne da Silva Araújo (Organizadores). Campina Grande: EDUEPB, 2017.
4940 kb. 260p.;il. (Coleção Diálogos Arquivísticos).

Modo de acesso: Word Wide Web <http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

ISBN 978-85-7879-455-2

ISBN EBOOK 978-85-7879-456-9

1. Arquivologia. 2. Projeto SESA. 3. Curso de arquivologia na UEPB. 4. Preservação de documentos. 5. Ética profissional de arquivo. I. Santos, Eliete Correia dos. II. Melo, Josemar Henrique de. III. Araújo, Claudialyne da Silva. IV. Título.

21. ed. **CDD 027**



Editora filiada a **ABEU**

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB

CEP 58429-500 | Fone/Fax: (83) 3315-3381

<http://eduepb.uepb.edu.br> | email: eduepb@uepb.edu.br

Eliete Correia dos Santos
Josemar Henrique de Melo
Claudialyne da Silva Araújo
(Organizadores)

SEMINÁRIOS DE SABERES
ARQUIVÍSTICOS (SESA):
Interfaces do aprendizado na universidade



Campina Grande-PB

2017

Coleção Diálogos Arquivísticos

Conselho Editorial

Prof^a. Dr^a. Eliete Correia dos Santos - UEPB
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB
Prof^a. Dr^a. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt - UFF
Prof^a. Dr^a. Roza Zuleide Lima de Brito – UFPB
Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva – UNIRIO
Prof^a. Dr^a. Fernanda Ribeiro – UP - PT

Conselho Científico

Prof. Dr. Afonso Celso Caldeira Scocuglia – UEPB
Prof^a. Dr^a. Alzira Karla Araújo da Silva – UFPB
Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Terra – IPP - PT
Prof^a. Dr^a. Angélica Alves da Cunha Marques - UnB
Prof. Dr. Armando Malheiro da Silva – UP- PT
Prof. Dr. António Pedro Costa – UA- PT
Prof. Dr. Edvaldo Fernandes da Silva - UFPB
Prof^a. Dr^a. Eliete Correia dos Santos - UEPB
Prof. Dr. Elder Eldervitch Carneiro de Oliveira – UEPB
Prof^a. Dr^a. Edna Gomes Pinheiro – UFPB
Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Prof^a. Dr^a. Fernanda Ribeiro – UP - PT
Prof^a. Dr^a. Jacqueline Echeverria Barrancos – UEPB
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB
Prof. Dr. José Maria Jardim - UNIRIO
Prof^a. Dr^a. Julianne Teixeira e Silva – UFPB
Prof^a. Dr^a. Isa Maria Freire - UFPB
Prof^a. Dr^a. Ivana Parrela – UFMG
Prof^a. Dr^a. Maria Manuela Pinto – UP - PT
Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso Marques – UC - PT
Prof. Dr. Marynice de Medeiros Matos Autran – UFPB
Prof^a. Dr^a. Marcília Gama da Silva – UFPE
Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Almeida – UFPB
Prof. Dr. Pedro Farias Francelino - UFPB
Prof^a. Dr^a. Roza Zuleide Lima de Brito - UFPB
Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros - UFPA
Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa - UEPB

Do projeto enunciativo à concretude de um texto, há de se entender que a escrita é um processo cronotópico e, como tal, merece de seu tempo para ser plantada e para ser colhida. Nesse caminho, ser respeitado e reconhecido pelo seu ato manifesta no sujeito (por seu dizer e por sua escrita) o estado de ânimo, de desejo, de sentimentos em um ato ativamente responsável, de pertencer a um lugar e ser único.

Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos

SUMÁRIO

Prefácio..... 11

Apresentação..... 13

A ESCRITA ACADÊMICA: Da interface da finalidade
ao reconhecimento e respeito

Eliete Correia dos Santos

PARTE 1 - ARQUIVO

O PERFIL DO DISCENTE INGRESSO NO CURSO
DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DA PARAÍBA-2014..... 21

Pedro Augusto de Lima Barroso

ACERVO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICO DE
MONUMENTOS DA PARAÍBA NO IPHAN-PE..... 39

Kaeliny Costa

Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral

ÉTICA DO PROFISSIONAL DE ARQUIVO..... 57

Janailma Souza Araújo

Maria de Fátima Paulo de Araújo

ARQUIVOLOGIA COMO UMA CIÊNCIA
QUE PROPICIA A INFORMAÇÃO E O
CONHECIMENTO..... 73

Gregório Goldman Dos Santos Felipe

**RELAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA: UM ELO
EXISTENTE ENTRE A INSTITUIÇÃO JORNALÍSTICA
A UNIÃO E SEU ACERVO FOTOGRÁFICO..... 93**

Joseane Farias de Souza

**DOCUMENTOS EM NUVENS: UMA ANÁLISE
ARQUIVÍSTICA DA INFRAESTRUTURA PARA
O USUÁRIO FINAL..... 103**

Elyvelton Yure Pessoa da Silva

Silvana Dias de Medeiros

**A IMPORTÂNCIA SOCIOCULTURAL DOS
ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS 117**

Vanessa Luma de Sousa

Zilmário Pitta Santiago Junior

**AS CONTRIBUIÇÕES DO SOFTWARE GDDOC
PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO
MUNICÍPIO (IPM) DE JOÃO PESSOA..... 131**

Raelma Kécia Dantas Palmeira

Vitor Hugo Teixeira Araújo

**EFICÁCIA DOS EPIs: ESTUDO DE CASO SOBRE
O USO E PROTEÇÃO DOS ESTUDANTES DE
ARQUIVOLOGIA DA UEPB DURANTE O PERÍODO
DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO..... 147**

Cláudia Vital Ribeiro

Rejane Rosa Medeiros de Moura

A DIALÉTICA DENTRO DA ARQUIVOLOGIA .. 159

Eliceu Modesto da Silva

José Cabral da Silva Filho

PARTE 2 - MEMÓRIA

ENTRE GARRAFAS E CAJUS: RESSIGNIFICAR A MEMÓRIA DA FÁBRICA DE VINHOS TITO SILVA & CIA	175
--	------------

Vanessa Ferreira de Azevedo

MEMÓRIA E LINGUAGEM MUSICAL INFANTIL: UMA ABORDAGEM CRONOLÓGICA NO CENÁRIO NACIONAL	185
--	------------

Glébia Karla Alexandre Souza

Tereza Ludimila de Castro Cardoso

Wanessa Roberta Tôrres

REVISITANDO OS ANTEPASSADOS DOS NORDESTINOS: O CASO DOS JUDEUS SEFARDITAS	199
--	------------

Paulo Henrique Pereira de Lima

Igor José Filgueira de Sá Barreto

A HISTÓRIA INVISÍVEL: UMA TRAJETÓRIA DE VIDAS CONTADAS PELO ARQUIVO DA NAMÍBIA, ÁFRICA	211
---	------------

Gabriel de Lacerda Moreira

Gabriela Alves da Silva

Rachel da Silva Araújo

PARTE 3 - RESENHAS

**POR QUE ENTENDER O SIGNIFICADO
DE ESTRUTURALISMO? 243**

Alice Magalhães Pedrosa

Ana Rosa Ribeiro Cabral Ferreira Lima

Brunna Maria Vaz Cavalcanti Lacerda

Mariana Santos do Nascimento

Nathalya Stephanni Teixeira e Caldas

**COMPREENDENDO A VISÃO SISTÊMICA E
FUNCIONALISTA 249**

Camila Miranda da Silva

Jaimeson Oliveira Silva

Karla Marciano da Silva

Rosiene Ribeiro da Silva

Prefácio

Uma obra escrita é o lugar de registro de nossa história, nossos dramas, nossa vida que fica nos arquivos à disposição de gerações futuras. O poeta Carlos Drummond nos recorda que o arquivo supre a falta de memória, lembrando o que desejávamos esquecer. Este livro surge do interesse de vários pesquisadores/professores em estimular a iniciação científica e a prática de ler e escrever na universidade, constitui-se de um conjunto de textos com temas variados e abrangentes para um público estudioso da linguagem, da Arquivologia e áreas afins. Ele trata de uma temática relevante e significativa, especificamente, os temas ligados a arquivo e memória pesquisados por estudantes do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB.

O objetivo principal dessa obra é divulgar as produções de alunos do projeto SESA e estimular a escrita de gêneros acadêmicos que circulam em diversas áreas do conhecimento. Esse projeto tem caráter interdisciplinar, reflete o ponto de vista dos diversos estudantes/escritores e já possui outras publicações que abordam os gêneros discursivos. Os gêneros acadêmicos, atualmente, estão muito difundidos e estudados em diversas instituições espalhadas pelo mundo a fora. Eles ganharam reconhecimento e foram bastante divulgados com a publicação da tese defendida pela professora Eliete Correia dos Santos, em 2013.

Este livro está didaticamente dividido em três blocos Arquivo, Memória e Resenhas, o que reflete os interesses e objetivos dos participantes da disciplina Arquivologia. O primeiro bloco aglomera 10 artigos sobre arquivo, que discorrem, dentre

outros temas, sobre o perfil do estudante de Arquivologia, o acervo documental fotográfico em monumentos da Paraíba, a ética do profissional de arquivo, a importância sociocultural dos arquivos e documentos em nuvens. O segundo bloco reúne 4 artigos que tratam da memória de povos, culturas e linguagens, mostrando assim a importância de revisitar a história e reconhecê-la como relevante para os tempos modernos. O terceiro é formado por 2 resenhas sobre abordagens que fundamentam a metodologia científica.

Todos esses temas abordados nesta publicação reforçam o compromisso e o respeito desses estudiosos para com o saber arquivístico e aponta para a necessidade de uma metodologia científica voltada para a elaboração de gêneros acadêmicos. Elaborar textos na Academia requer técnica, conhecimento científico e muita dedicação de quem o produz. Portanto, esta obra merece nosso apoio e reconhecimento para que iniciativas como esta continue não só na memória ou na história, mas esteja viva e presente na vida de todos. No pensamento de Bakhtin: “O homem constrói sua existência dentro das condições sócio-econômicas objetivas de uma sociedade. Somente como membro de um grupo social, de uma classe social é que o indivíduo ascende a uma realidade histórica e a uma produtividade cultural”. Então, produzamos muito! Parabéns!

Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida

Universidade Federal da Paraíba – PROLING/UFPB

Apresentação

A ESCRITA ACADÊMICA: Da interface da finalidade ao reconhecimento e respeito

Eliete Correia dos Santos

Há dez anos desenvolvemos o Projeto SESA que vislumbra unir ensino, pesquisa e extensão de maneira prazerosa e com finalidades sociais objetivas, baseando-se na filosofia de linguagem bakhtiniana.

Se o ato de ensinar está relacionado ao ato de aprender, os sentimentos e os pensamentos também são construídos nessas relações. Acreditamos que, no universo acadêmico, esses aspectos foram esquecidos em busca da teorização, que essa é uma preocupação de muitos professores e há trabalhos que já refletem sobre essa temática na arquitetura de suas teorias.

Sentir-se desafiado pode trazer em si um nível de motivação que só a dúvida pode expressar. O desafio está sempre na busca de conhecer, de acreditar, ou duvidar sobre a veracidade a respeito de um determinado objeto. Nesse sentido, “parece que na área dos estudos da interação não podemos fugir do axioma de que o **intersubjetivo** se torna **intrasubjetivo**, isto é, de que o movimento externo se torna movimento interno” (FARACO, 2009, p. 145), a questão principal é saber como o processo acontece.

Se tomarmos a perspectiva do indivíduo identificado pelo pertencimento a um grupo cultural ou fazendo parte de um gênero acadêmico, é preciso que se toque na vida de cada um e produza um impacto sobre ela. Bakhtin (2010) afirma que entra em jogo a qualidade de vida, o reconhecimento da diferença singular de cada um. O ser tocado está relacionado ao ser desafiado e motivado. A crise contemporânea também é para Bakhtin a crise do ato contemporâneo, um abismo entre o motivo do ato e o seu produto.

Para alguns universitários em determinada esfera acadêmica, a motivação é o dinheiro, um bom emprego, passar em um concurso, e o dinheiro nesse sentido passa a ser o motivo de um ato moral. Se o que motiva o ato contrapõe à teoria e ao pensamento, não assume o caráter de ser responsável, e, nesse jogo, está a filosofia de vida que, como professores, ajudamos a refletir.

Bakhtin (2010, p. 378) também expõe sobre a concórdia-discórdia ativa, que não se configura em posições dogmáticas, mas que “estimula e aprofunda a compreensão, torna a palavra do outro mais elástica e mais pessoal, não permite dissolução mútua e mescla.” Essa configuração dialógica aponta a complexidade do “ato bilateral de conhecimento-penetração” (p. 394), reconhecer que o indivíduo não é só meio e ambiente, apresenta também o seu horizonte próprio. A interação do horizonte do cognoscente (professor) com o do cognoscível (alunos) na relação face a face são cruzamentos que duas consciências podem combinar com maior empatia e aceitação ou não. Estão em jogo os elementos da expressão (o rosto, os olhos, o tom da voz) que podem servir de elemento que alimenta a memória do outro e o faz sentir desafiado e motivado, ou simplesmente passa uma relação de tédio, simplesmente porque não houve encontro da consciência do eu e do outro.

Nesse aspecto, a compreensão individual é singular e única, então teremos sobre o plano dos valores uma diversidade de valor reconhecido, pois para cada aluno haverá um quadro emotivo-volitivo do mundo, que significará uma coisa para mim e outra coisa para um outro. Nesse sentido, a dúvida é um excelente recurso para pensar sobre a verdade, pois ela pode aparecer para um aluno e para outro não, efetivando seu caráter particular e único no mundo e, certamente, condiciona todos os participantes aos papéis irrepetíveis em sua participação em um gênero, a aula por exemplo. Para Bakhtin, a petrificação da existência destruiria a multiplicidade dos mundos pessoais irrepetivelmente válidos.

Este livro é a resposta ao desafio feito no início das disciplinas de Oficina de Texto II e Metodologia Científica em cooperação com as disciplinas da área específica em Arquivologia. É a concretude do projeto enunciativo dos discentes que atende a um dos princípios de nossa proposta de ensino (SANTOS, 2013), a *finalidade*, que está relacionado diretamente à motivação. O motivo que me leva a escrever, ler, participar de uma prática de letramento acadêmico, não pode ser voltado apenas para teorização das ciências, ou como atividade acadêmica que executa um papel de receber uma nota no fim do semestre, ou como requisito para avançar no curso ou em uma disciplina. A finalidade, o “para quê” estou desenvolvendo tal ato, só pode ser considerado como responsável quando adquire um valor real, vivido, determinado pelo lugar singular por mim ocupado na minha participação no evento (na vida).

Bakhtin afirma que a participação individual cria o peso efetivo do tempo e o valor do espaço, torna as fronteiras importantes e o mundo vivido de maneira real e responsável. Só colocando o aluno como mais um centro ao efetivar sua participação singular, como afirmação do plano real emotivo-volitivo, terá a significação de uma aprendizagem efetiva para a vida. Em

outras palavras, muitas práticas pedagógicas na universidade apresentam um caráter supérfluo e inútil de atos para desenvolver atividades de leitura e escrita, de aguçar o pensamento crítico e científico e, por isso mesmo, tornam-se insignificantes para os alunos. Enquanto as práticas acadêmicas estiverem voltadas a essas questões no mundo dos conteúdos apenas, mais distante é a intenção responsável de participação no existir.

Do estabelecimento do diálogo, da interação, da problematização (desafio, dúvida, motivação) às finalidades de ensino e aprendizagem de um gênero acadêmico, estão em relações implícitas e explícitas dos atos do professor como mediador do processo de educar, o que torna o profissional insubstituível pela força tecnológica, ou pelas múltiplas culturas a que ele está submetido, pelo simples fato de sua real importância na construção de princípios éticos do ser humano. Desse modo, agradecemos ao empenho do corpo docente da UEPB em estimular a prática e a leitura na área, desde a chegada dos alunos na universidade, fazendo um diferencial do nosso curso.

Se por um lado, o professor precisa estabelecer finalidade; por outro, o discente precisa ser *reconhecido e respeitado*. Trata-se da necessidade que o ser humano tem de ser visto e reconhecido. A relação ética inter-humana, uma contribuição de Martin Buber, também foi mencionada por Bakhtin (1961, p. 287) no texto para uma releitura do livro sobre Dostoiévski: “A morte absoluta – o não ser – é o estado de não ser ouvido, de não ser reconhecido, de não ser lembrado. Ser significa ser para um outro, e por meio do outro, ser para si mesmo.”

Nesse sentido, a alteridade é constitutiva da relação de respeito, o Eu quer ser reconhecido pelo Tu e tem o dever de reconhecê-lo, de responder a ele. “Devo à presença do Tu minhas possibilidades existenciais. Toda e qualquer função psíquica só se desenvolve, bem ou mal, na presença do outro. Ser reconhecido é a pedra angular da construção do Eu: ser visto,

reconhecido, respeitado.” (FARACO, 2009, p. 156). A essa questão do respeito enquanto um princípio ético, Bakhtin (2010b, p. 381) também enfatiza a questão no processo de comunicação dialógica com o objeto que transforma em sujeito. “A palavra do outro deve transformar-se em minha-alheia (ou alheia-minha). A distância (*vniinakhdímst*) e o respeito.”

Em um processo educativo, acreditamos que esse princípio fecha o círculo do processo pedagógico, que se espera ser responsável e respondente, reflexivo e refrativo nas avaliações e que traga significância para a existência em uma relação de respeito. O ser reconhecido pelos seus atos (pensamento, ação, sentimento) é fundamental para a formação do ser humano e parece ser para nós o estímulo para que a prática pedagógica tenha força para manter um grau de satisfação para alunos e professores, para que alunos queiram participar ativamente de um projeto e tenham expectativas de ver o seu produto como fruto de um processo que marca sua passagem na universidade, mas que significará para sua existência. Compreendemos que é uma visão que deixa de pensar na educação no espaço estreito do pequeno tempo, da atualidade do passado imediato e do futuro representável e caminha para uma dimensão de grande tempo de sua existência, que talvez o professor nem saiba precisamente dos efeitos que sua prática causou na formação ética daquele educando.

Como já afirmamos no primeiro livro “Seminário de Saberes Arquivísticos: práticas de Leitura e Escrita na Universidade” cujos textos são de alunos do primeiro ano da graduação em Arquivologia, não temos intenção de publicar, nesta edição, textos complexos e com apurações precisas dos conceitos da área específica, mas uma escrita processual que valoriza cada reescrita e cada fase do desenvolvimento da escrita. Os textos foram selecionados pelos professores de Arquivologia e de Linguagem e estão organizados em três partes: 1. Arquivo; 2. Memória; e Metodologia Científica.

É bastante interessante perceber, pela escrita dos discentes, as escolhas temáticas, às vezes, ainda não estando totalmente nas discussões da área de Arquivologia, mas, em uma tentativa de se fazer um diálogo entre o conhecimento prévio e o novo e desconhecido mundo das temáticas específicas da Arquivologia ou áreas afins. Por isso, neste primeiro momento, de aceitabilidade de uma cultura acadêmica, de conhecimento de suas leituras, aceitamos artigos que aparentemente não há tanto vínculo direto com a prática ou saber arquivístico; entretanto, é uma postura dos docentes do projeto SESA para estimular a prática de leitura e produção de textos acadêmicos que ajuda os discentes para um autoconhecimento de seus interesses e de suas habilidades.

Pensamos que o objetivo pedagógico e de iniciação científica foi atingido uma vez esta obra é um reconhecimento e respeito aos discentes por sua assinatura no mundo acadêmico, por pertencer a um lugar e ser único. Parabéns a todos do Projeto SESA e desejamos uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Tradução de: Bezerra, Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FARACO, C. A. **Linguagem & Dialógica**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

SANTOS, Eliete Correia dos. 2013. **Uma proposta dialógica de ensino de gêneros acadêmicos**: nas fronteiras do Projeto SESA. 418p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, UFPB.

PARTE 1

ARQUIVO

O PERFIL DO DISCENTE INGRESSO NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-2014

Pedro Augusto de Lima Barroso¹

Resumo

Este artigo apresenta as perspectivas e opiniões de alunos ingressos no ano de 2014 no curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tendo como objetivo analisar as preferências e perspectivas deste alunado para podermos elaborar o Perfil do Estudante de Arquivologia UEPB 2014. A metodologia trata-se de uma pesquisa quantitativo-qualitativo, em formato empírico, de caráter descritivo, com aplicação de um questionário em ambiente digital com uma amostra de 60 alunos para esta pesquisa. Os dados revelam informações sócio demográficas e referentes ao estudo de cada discente, apresentando as suas opiniões sobre: o aluno, seus estudos e a Universidade. uma motivação diferenciada para a escolha do curso, pois não existe um motivo concreto para esta escolha, mas os discentes apontaram os principais aspectos para a construção deste perfil.

1 Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: augustoo.pedro@gmail.com

Chega-se a conclusão a partir dos dados obtidos para o Perfil do Estudante de Arquivologia da UEPB 2014 que o estudante ingresso no curso de Arquivologia da UEPB está conectado à modernidade, pois as tecnologias da informação auxiliam na propagação da arquivística com a criação de softwares especializados na área que influenciam para a escolha do curso. Em outros aspectos com a ampliação de concursos públicos, os respondentes da pesquisa querem ou visam o curso da UEPB com o pensamento de trabalhar na área pública, pois a remuneração oferecida para os candidatos que vão prestar concurso público é considerada em grande parte satisfatória.

Palavras-chave: Arquivologia. Estudante. Informação. Perfil. UEPB.

INTRODUÇÃO

Existem diferentes áreas do conhecimento, seja ela na parte de exatas, humanas, biológicas, tecnológicas, sociais aplicadas, entre outras, necessariamente partimos para uma área do conhecimento específico, área ligada a ciência sociais aplicadas, o curso superior de Arquivologia.

A Arquivologia vem se propagando de forma minuciosa, pois ainda não é considerada pela população geral de grande importância, de grande favoritismo, tanto no mercado de trabalho quanto no meio acadêmico; por ventura, precisaria de uma maior e imensa divulgação, ou seja, criação de mais unidades superiores que ofereçam o curso de Arquivologia.

Ainda nessa mesma perspectiva, o curso de Arquivologia tem passado por uma enorme discussão, referente à sua evolução enquanto técnica ou ciência de conhecimento, a Arquivologia em si tem seus primórdios desde a antiguidade, na qual já existia a prática arquivística, ligada diretamente à gestão documental.

A partir desse conhecimento, traçamos a cronologia da Arquivologia enquanto: curso de formação superior, disciplina auxiliar da História até a identificação do verdadeiro profissional arquivista.

Dessa forma, o artigo vai conter quatro partes, que irão delinear todo esse perfil histórico do curso, mas deve se propagar cada vez mais com a maior oferta de empregos e estágios na área e a criação de novas linhas de pesquisas que irão ampliar cada vez mais a arquivística no panorama global.

Estas seções irão tratar da arquivologia tanto no panorama mundial, como no panorama nacional e no panorama paraibano, até chegarmos ao objetivo geral da nossa pesquisa que é elaborar O Perfil do Estudante de Arquivologia UEPB 2014, visando os discentes ingressos do período curricular de 2014.

Nossa pesquisa foi realizada no Campus V da UEPB, na cidade de João Pessoa, onde o curso de Arquivologia é oferecido para os alunos que optaram o curso no processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que é realizado a partir da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Esperamos ter uma visão dos novos estudantes de Arquivologia, o que eles esperam do curso, o que lhe chamam mais atenção e principalmente quais são as motivações que os novos estudantes tem da Arquivologia.

O SURGIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

A Arquivologia existe desde as primeiras civilizações, segundo Paes (2007), há dúvidas quanto à origem do arquivo, pois alguns autores como Schellenberg (2006) defende que os primeiros acontecimentos da arquivística ocorreram na Grécia com surgimento da primeira palavra referente a arquivo que foi *archè*, que era atribuída ao palácio dos magistrados que está ligada diretamente ao arquivo como local de guarda de documentos.

A primeira evolução da palavra *arché*, foi a *archeion* que seguia a mesma perspectiva de significado da palavra que é o local de guarda de documentos e depósito dos documentos.

Esta primeira evolução da arquivística foi de extrema importância, pois, a partir destes acontecimentos, outras civilizações viram a necessidade de existir um local para a guarda de documentos e outros títulos.

Acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos. Quando não atendiam mais esta exigência, eram transferidos para museus e bibliotecas[...] (PAES, 2007, p.19).

Apresentados brevemente os primórdios da Arquivologia, resolvemos separar os acontecimentos no panorama da arquivística: mundial, brasileiro e paraibano até chegar ao objetivo principal da nossa pesquisa.

A ARQUIVOLOGIA NO PANORAMA MUNDIAL

A Arquivologia existe desde o surgimento dos primeiros documentos, na civilização grega em meados do século IV e V a.C onde “os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos Deuses, isto é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública em Atenas”. (SCHELLENBERG, 2006, p.25).

Com o surgimento da escrita, esse processo documental foi se aperfeiçoando, pois, esta fase foi marcada com o papel da escrita na gestão administrativa. Quando as civilizações da Mesopotâmia,

Egito, Grécia e Roma passaram a depender totalmente da escrita e do seu armazenamento fazendo surgir assim o arquivo como base principal para crescimento documental do estado.

Consequentemente, a trajetória arquivística é delineada por três grandes momentos históricos: Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Na Idade Média os arquivos sofreram transformações, tendo como primeiro fato a queda do Império Carolíngio, em que não foi deixada uma quantidade significativa de documentos. Com este acontecimento, a Igreja Católica ressurgiu com o domínio dos aspectos político-administrativos, logo as organizações dos arquivos começaram a ficar mais complexas e devido a isto surgiu o primeiro arquivista um francês no ano de 1307.

Já na Idade Moderna diferentemente da Idade Média, houve uma complexificação do Estado, isso significou um aumento considerável da produção documental. Toda a mudança foi motivada pela crise da Igreja Católica e centralização do poder absoluto do rei.

Concordando com Moreno (2008) e Schelleberg (2006), os quais compartilham da mesma ideia, afirma-se que o marco inicial da Arquivologia na Idade Contemporânea foi a criação do Arquivo Nacional do mundo o Archives Nationales, criado em 12 de setembro de 1790, na cidade de Paris em meio à Revolução Francesa.

Nessa época, os documentos foram considerados primordiais não só para a manutenção de uma antiga comunidade, para a preservação dos documentos por razões culturais, mas também para a criação de uma nova sociedade e proteção de direitos públicos (MORENO, 2008, p.74).

Posteriormente, é interessante ressaltar a propagação da arquivística pelo mundo “cerca de 50 anos mais tarde, em 14 de agosto de 1838, foi criado na Inglaterra um Arquivo Central, o Public Record Office” (SCHELLENBERG,2006, p.27), diferentemente do Archives Nationales, o Public Record Officer foi criado para a preservação de documentos arquivísticos.

Cerca de 100 anos depois da criação do Public Record Office na Inglaterra, surgiu uma nova perspectiva na arquivística, o Record Management (Gestão Documental) criada nos Estados Unidos com intuito “de criação, à conservação, à eliminação e transferência dos documentos de arquivos. Observa-se então as primeiras ações de caráter prático e logo se desenvolveu na literatura americana, o conceito de Record Management”. (MORENO, 2008, p.75).

Contudo que foi descrito na trajetória da Arquivística, tiveram pontos que influenciaram diretamente a sua propagação, dentre eles, o mais significativo foi a explosão documental, que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial e devido a este acontecimento Arquivologia foi apresentada ao cenário mundial.

A ARQUIVOLOGIA NO PANORAMA BRASILEIRO

Depois do desenvolvimento da arquivologia mundial, partimos agora para uma análise da arquivística no Brasil.

No período colonial, desponta, no Brasil, o Arquivo Público do Império que foi construído para a gestão do patrimônio da nação. Dificuldades foram encontradas na consolidação do Arquivo do Império, mas todo o embasamento histórico da sua criação foi sempre visando fortalecer a estrutura do Estado, recém-nascido pelo Governo de Portugal. Nesse cenário, a Arquivologia do nosso país sofre uma estagnada, ressurgindo no ano de 1958, com a aprovação do novo regimento do Arquivo Nacional.

Na década de 1970 foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e sucessivamente ao surgimento da associação várias medidas foram tomadas para a fixação da Arquivologia como disciplina no cenário brasileiro.

Foram implantados cursos de Arquivologia em nível de ensino superior no estado do Rio de Janeiro na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), atualmente denominada Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ).

O desenvolvimento do ensino em Arquivologia era destinado a formar mão-de-obra técnica para suprir as necessidades do mundo do trabalho. Nota-se, portanto, a característica marcante a aplicação prática da Arquivística, de sua inserção primeiramente em locais afastados do *locus* universitário e da capacitação em locais profissionais ou instituições arquivísticas. (COSTA, 2008, p.40 apud SOUZA, 2012, p.21, grifo do autor)

Conseqüentemente, na década de 90, foi instituída a Lei Federal 8.159/91, que teve o objetivo de definir e programar uma política para os arquivos públicos e privados, em âmbito nacional.

Atualmente, a arquivística no Brasil vem se propagando cada vez mais, com a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) – enquanto conjunto que engloba todos os componentes de hardwares e softwares que qualquer empresa ou organização utiliza para atingir seus objetivos organizacionais -, que são auxiliares nas atividades desempenhadas no arquivo e, por este fator, a Arquivologia vem ganhando maior espaço e reconhecimento pelas empresas públicas e privadas do nosso país.

A ARQUIVOLOGIA NO PANORAMA PARAIBANO

Após o percurso traçado da Arquivologia mundialmente e brasileira, abordaremos, nesta seção, a Arquivologia na Paraíba, quando surgiu, como surgiu e onde foi implantada.

Criado em 2006, o curso de Arquivologia da UEPB foi pioneiro na Paraíba, segundo curso da área no Nordeste e desde a sua fundação tem se fortalecido tanto com relação à estrutura física, quanto no que diz respeito à qualificação do seu corpo docente. Com um perfil consolidado, o curso tem desempenhado o importante papel de ampliar a produção de conhecimento científico em Arquivologia e formar profissionais capazes de conhecer, intervir, implementar, desenvolver, inovar e analisar processos arquivísticos e elaborando programas de gestão da informação.

Integrado ao Campus V – Ministro Alcides Carneiro da UEPB, localizado na cidade de João Pessoa – PB, o curso de Arquivologia tem rompido os limites do Estado e se propagado para todo o país por meio de seus eventos, como foi o caso do Fórum Internacional de Arquivologia, que trouxe palestrantes renomados de Universidades estrangeiras e reúne participantes de todo o país. Atualmente, o Projeto Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA vem desenvolvendo minicursos, palestras e consolidando ainda mais a discussão da área.

O corpo docente do Bacharelado em Arquivologia, composto em sua grande maioria por professores doutores e mestres, também tem dado visibilidade à produção do curso com trabalhos apresentados em eventos internacionais e publicações em revistas científicas conceituadas.

O ensino desta instituição tem como objetivo:

Assegurar formação do cidadão crítico e socialmente comprometido, solidariamente integrado à sociedade, com

responsabilidade social, ética e competências profissionais que lhe dão condições de concorrer de forma qualificada no mercado de trabalho (UEPB 2012 apud SOUSA, 2012, p. 22).

Logo após a UEPB, implantando o curso de Arquivologia e expandindo seus trabalhos e pesquisas realizadas por todo o Brasil e possivelmente sendo bem reconhecida pelo trabalho e por oferecer mais vagas dentre as universidades de todo o país.

Em 2008, temos mais uma universidade na Paraíba a oferecer o curso, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a turma pioneira teve entrada no 2º semestre de 2008 e sua aula inaugural aconteceu no dia 29 de novembro de 2008, e foi ministrada pelo professor Armando Malheiro, a convite do Departamento de Ciência da Informação da UFPB.

Portanto, o estado da Paraíba oferece dois cursos superiores em Arquivologia, um na localizado na UEPB e o outro na UFPB. Sendo assim, houve uma grande consolidação da arquivística no âmbito paraibano, com a criação de concursos públicos e a parcerias entre as universidades e empresas públicas e privadas

METODOLOGIA

Delineou-se este estudo a partir de uma pesquisa de cunho prático (empírico), numa perspectiva quantitativo-qualitativo, em que abordamos os dados sócio demográficos e referente ao curso de Arquivologia. Os dados coletados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário no ambiente digital, com discentes ingressos no ano de 2014, no curso de Arquivologia da UEPB - Campus V - João Pessoa, do primeiro e segundo período nos turnos matutino e noturno. Com um universo de cem alunos contamos com uma mostra de sessenta participantes na nossa pesquisa. Em 2017, está sendo realizada uma nova pesquisa com

o intuito de comparar os dados obtivos na fundação do curso, com os dados obtidos nesta pesquisa.

A análise desses dados coletados foi tabulada para apresentar, de forma gráfica, o novo perfil do estudante de Arquivologia 2014, que resultou uma imensa discussão envolvendo os novos pontos de vista dos estudantes ingressos, apresentando suas perspectivas e opiniões relacionadas e direcionadas ao nosso curso de Arquivologia.

O PERFIL DO ESTUDANTE DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB 2014: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a obtenção de dados desta pesquisa, pode-se fazer um mapeamento das principais informações do alunado investigado e o desenvolvimento do Perfil do Estudante Arquivologia UEPB.

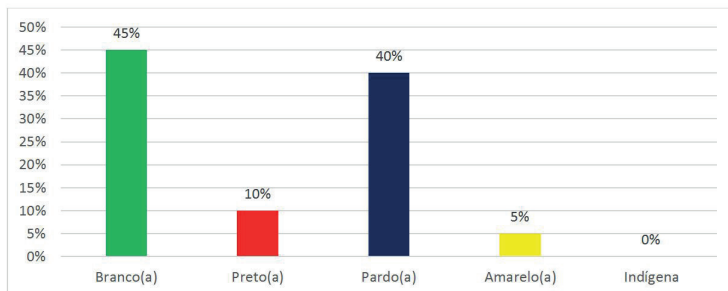
Apresentam-se a seguir os dados sociodemográficos dos alunos, e em seguida, os resultados relativos aos discentes na Universidade.

OS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Ao analisar o sexo dos respondentes, no intuito de termos informações sobre o gênero dos alunos, obtivemos os seguintes dados: 63% dos alunos ingressos no ano de 2014 são do gênero feminino e 37% dos alunos são do gênero masculino. A partir destes dados, denotamos que os dois primeiros períodos do curso de Arquivologia são constituídos em sua maioria por mulheres. A partir desta informação podemos perceber que as mulheres estão se interessando cada vez mais pela área da arquivística dominando os primeiros períodos do curso e proporcionando a maior inserção feminina no ingresso do ensino superior.

Outro dado sócio demográfico obtido e de grande importância para o nosso curso é a raça que o discente ingresso no ano de 2014 se considera, pois houve uma divisão entre as opções:

Gráfico 1: Raça

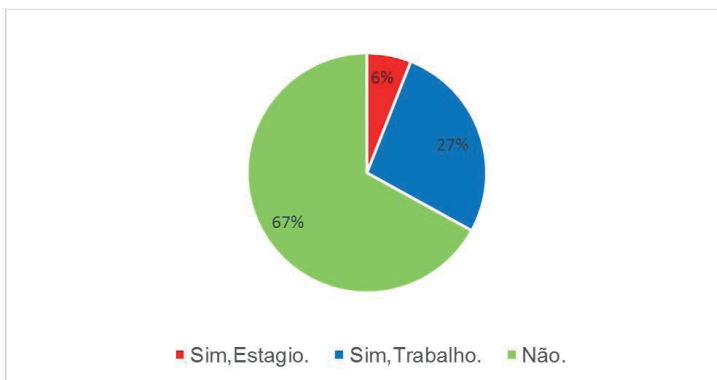


Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Neste ponto, podemos destacar o equilíbrio que existe entre as pessoas que se consideram da raça: Branco(a) 45% e as pessoas que são da raça Pardo(a) 40%.

Para finalizar os dados sócios demográficos, foi perguntado no nosso questionário se os novos estudantes do curso trabalham ou estagiam atualmente. E tivemos uma grande surpresa, pois maioria dos alunos não exercem nenhuma das atividades, foram obtidas as seguintes informações:

Gráfico 2: Atividades remuneradas que os estudantes realizam



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Com esta informação, podemos estabelecer novas ideias para os discentes ingressos no ano de 2014, pois a grande maioria tem a disponibilidade de participar de: cursos, minicursos, palestras e oficinas para ampliar os seus conhecimentos e melhorar cada vez mais o rendimento dos alunos nas atividades realizadas em cada disciplina.

No nosso curso, temos diversas atividades sendo realizadas por um projeto de extensão denominado Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), coordenado pela professora Dr. (a) Eliete Correia dos Santos. O projeto SESA vêm aumentando cada vez mais o envolvimento dos discentes com a universidade e proporcionando ampliação de outras áreas de conhecimento que colaboram para a Arquivologia.

O ESTUDANTE, SEUS ESTUDOS E A UNIVERSIDADE

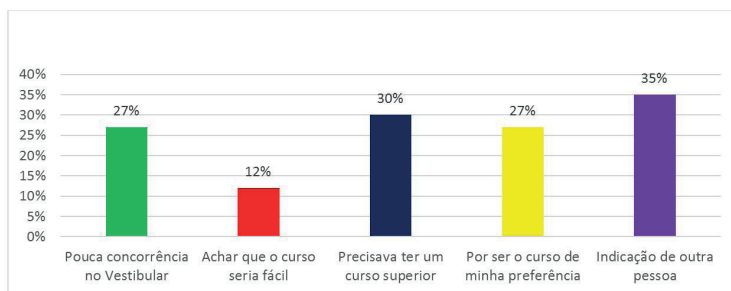
Esta seção é destinada a investigação da vida acadêmica. Quando os respondentes da nossa pesquisa chegaram nesta etapa do questionário, começaram a apresentar as suas respostas

sobre diversas áreas que são de extrema importância para as informações do Perfil do estudante de Arquivologia UEPB 2014.

A maior parte dos participantes da pesquisa foram os alunos do segundo período matutino e noturno com 52% de participação e o primeiro período, que neste semestre de 2014.2, só ofertado pela manhã teve uma colaboração de 48% dos estudantes.

Escolhemos duas perguntas que estão relacionadas diretamente com a escolha do curso de Arquivologia, e os dados que tivemos foram relevantes, pois os participantes da pesquisa poderiam escolher mais de uma alternativa, apresentando aos futuros alunos do curso de Arquivologia os motivos da escolha do curso e o porquê pessoa escolheu o curso.

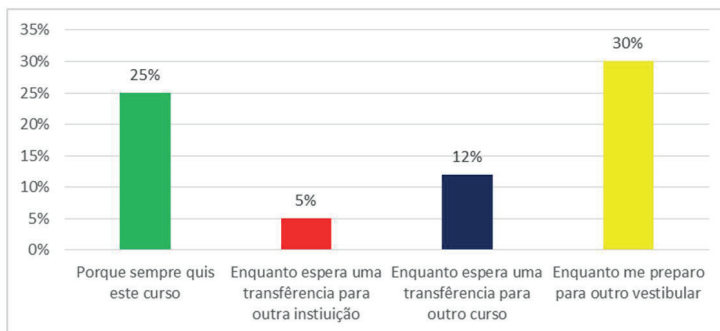
Gráfico 3: Motivação dos alunos para a escolha do curso



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Uma pequena parte dos respondentes da nossa pesquisa marcaram a alternativa que foi denominada de Outros com a porcentagem de 12%, essa alternativa foi criada para os participantes da pesquisa apresentarem quais foram os outros motivos que os levaram a escolha do curso e, na análise de dados, a grande parte das respostas indica que escolheram o curso por ser a segunda opção no seu vestibular e estavam no curso enquanto esperavam outra oportunidade de passarem em outro curso superior.

Gráfico 4 – O porquê da escolha do curso



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

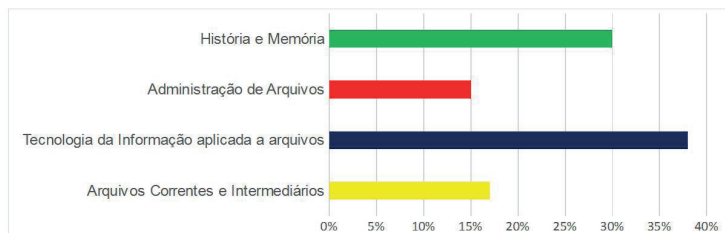
A grande parte dos respondentes sobre o porquê da escolha do curso respondeu a opção Outros totalizando 38% das respostas, e diversos motivos foram apresentados, dentre eles: *estou no curso por conta dos meus pais, estou no curso porque não quero ficar sem estudar e escolhi Arquivologia porque foi o único curso que a minha pontuação do ENEM dava para entrar em uma Unidade de Ensino Superior*. Com estas informações podemos detectar a indecisão dos alunos ingressos no ano de 2014, pois a grande parte não tem um motivo concreto para a escolha do curso, e marcaram mais de um alternativa na questão, o que ocasionou o desequilíbrio nas respostas.

Já na área de trabalho, os discentes ingressos escolheram em grande parte a área pública com 70% de preferência e as outras duas opções foram a área privada com 2% e nenhuma preferência obteve 28% do total das respostas.

Com a grande quantidade de concursos públicos criados no Brasil, aumentou a preferência pela área da arquivística, pois a maioria das vezes estes concursos têm boas remunerações, mas ainda precisamos determinar algumas regras para a profissão, porque muitos editais que contêm erros graves para o arquivista.

Dentro das áreas estudadas no primeiro e segundo período, obtivemos dados antagônicos, pois os discentes se equilibraram entre as opções apresentadas:

Gráfico 5: As áreas da Arquivologia que mais lhe chamam atenção



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A maioria do alunado ingresso do curso de Arquivologia da UEPB apresenta diferentes opiniões sobre as áreas estudadas no primeiro e segundo período, mas dentre as opções, destaca-se a Tecnologia da Informação aplicada a arquivística que hoje é uma peça fundamental para esta grande área de conhecimento que vem se propagando cada vez mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denotamos no alunado ingresso uma motivação diferenciada para a escolha do curso, pois não existe um motivo concreto para esta escolha, mas os discentes apontaram os principais aspectos para a construção deste perfil.

O estudante ingresso no curso de Arquivologia da UEPB está conectado à modernidade, pois as tecnologias da informação auxiliam na propagação da arquivística com a criação de softwares especializados na área que influenciam para a escolha do curso. Em outros aspectos com a ampliação de concursos públicos, os respondentes da pesquisa querem ou visam o curso

da UEPB com o pensamento de trabalhar na área pública, pois a remuneração oferecida para os candidatos que vão prestar concurso público é considerada em grande parte satisfatória.

A disponibilidade de tempo da grande parte dos discentes influencia na participação de atividades extraclasse e de eventos que acontecem em todo o território nacional, fazendo com que o estudante da UEPB seja reconhecida nacionalmente. Existe esta disponibilidade nos alunos ingressos, porque mais de 67% dos alunos não exercem atividade remunerada, conseqüentemente irão ter mais tempo para participarem de projetos de: pesquisa, extensão e ensino.

Em contrapartida, um dado preocupante foi o déficit dos alunos com relação ao domínio de outra idioma em que 55% dos respondentes não tem conhecimento de outra língua, mas gostam de ler e buscam outros métodos para ampliar o conteúdo apresentado em sala de aula.

A integração da Arquivologia com outras áreas de conhecimento é muito importante pois o verdadeiro arquivista é aquele que deve conhecer e dominar todas os setores que são disponibilizados, pois, dentre as funções dos arquivistas, podem ser destacadas as seguintes: administra pessoas, tem um pequeno conhecimento jurídico e deve conhecer todos os setores da instituição que ele trabalhar; portanto, toda a gestão documental é responsabilidade deste profissional que ao passar do tempo está se aperfeiçoando e tendo reconhecimento pela sociedade.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão Documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO,

Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (Orgs.). **Gestão em Arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. p.71-88.

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Importância dos Arquivos. In:_____. (Org.). **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.25-33.

SOUZA, Daniel Fernandes. **Expectativas e percepção dos acadêmicos do curso de arquivologia da UEPB com relação ao ingresso no mercado de trabalho arquivístico**. 2012. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, João Pessoa.

UEPB. **CCBSA Centro de Ciências Biológicas Sociais Aplicadas**. Disponível em: <<http://centros.uepb.edu.br/ccbsa/cursos/>> Acesso em: 07 nov. 2014.

ACERVO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICO DE MONUMENTOS DA PARAÍBA NO IPHAN-PE

*Kaeliny Costa*¹

*Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral*²

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo um acervo fotográfico documental de alguns monumentos com significância histórica para Paraíba, que se encontra sobre a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN de Pernambuco. Com a finalidade de compreender a função orgânica na guarda deste, realizou-se entrevistas com os responsáveis pelo o acervo do IPHAN da Paraíba e Pernambuco. Em seguida, foram desenvolvidos estudos sobre a formação desse conjunto documental e o Princípio de Organicidade. O referencial teórico baseia-se, sobretudo em Bellotto (2006), Duranti (1994), Schelleberg (2006), Fonseca (2005), dentre

1 Farmacêutica - Bioquímica – UFPB e graduanda do curso de Arquivologia da UEPB

2 Historiadora, Especialista em Patrimônio histórico: preservação e educação e graduanda em Arquivologia da UEPB

outros, de modo a fundamentar as respostas às inquietações que motivaram essa pesquisa. Assim, conclui-se através dos dados analisados que a importância desse arquivo, como registro do patrimônio do Estado da Paraíba, representa uma fonte singular para pesquisadores. Quanto ao processo da salvaguarda desse fundo e o “Princípio Orgânico”, compreende-se que prevaleceu o Princípio da Proveniência.

Palavras-chave: Fotografia. Organicidade. Patrimônio.

INTRODUÇÃO

O artigo proposto, apresentado à disciplina Oficina de Texto II, baseia-se em uma pesquisa de campo, que trata sobre um acervo fotográfico documental referente a alguns monumentos de destaque, com significância histórica para Paraíba, e que se encontra sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN de Pernambuco. A pesquisa se enreda em um contexto que envolve uma breve história do IPHAN – Pernambuco e Paraíba, a fotografia como documento e o princípio de organicidade.

Nesse sentido, selecionamos um referencial teórico que permite dialogar sobre a temática, possibilitando ampliar o conhecimento sobre esses elementos na arquivística, entre eles: Ducheim (1986), Duranti (1994), Cerqueira e Fonseca (2008), Lacerda (2008, 1993), Kossoy (2001), Fonseca (2005), Poulot (2009), Schellenberg (2006). É importante ressaltar que não localizamos discussões anteriores sobre o estudo em questão.

A coletânea do IPHAN amplia o olhar sobre os registros fotográficos que discute a valorização dos bens culturais, um trabalho abrangente para análise e preservação dos bens patrimoniais, pois oferece informações diversas sobre as características históricas, intrínseca ao documento fotográfico, segundo Lacerda, a imagem apresenta “elementos valiosos que muitas

vezes apontam para possíveis usos e funções [...]” (1993, p.43). Identificamos que o acervo fotográfico iniciou-se com imagens da configuração urbana paraibana no final da década de 30 do século XX.

A reflexão das historiadoras Cerqueira e Fonseca (2008, pp. 13-14), sobre a temática, contempla a importância da prática do documento fotográfico para a preservação quando afirmam que “As fotografias [...] articulavam-se às concepções patrimoniais existentes [...]. São, portanto, consideradas parte integrante do patrimônio cultural brasileiro.” Duranti (1994, p.52), atribuindo a característica de unicidade ao registro documental, assevera que “provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence, e no universo documental”.

A lista dos monumentos paraibanos do acervo pesquisado chamou a atenção por contemplar uma diversidade de bens, os quais foram indicados por uma equipe técnica do IPHAN-PE, para serem analisados e selecionados com o objetivo de serem tombados. Tal discussão exige a visibilidade do imóvel e da informação visual, pois, conforme afirma Kossoy (2001, p.39), “a imagem, registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior [...]” deve assim ser analisado e reconhecido.

A criação do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que, de acordo com Fonseca (2005) ocorreu em 1937, com a denominação de “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” – SPHAN, deu-se devido a interesses políticos, aliados à intelectualidade modernista de preservar o Patrimônio. O estudo desse processo de criação do Instituto nos permitirá compreender o cenário que justifica a inserção da fotografia nos processos de discussões patrimoniais, assim como, as razões pelas quais este acervo documental pertence hoje ao IPHAN-PE. Assim, a nossa percepção arquivista suscita uma inquietação que norteia o prosseguimento dessa

pesquisa e a construção desse nosso artigo: Qual motivo justifica a guarda documental desse acervo na 5ª Regional do IPHAN, localizado em Recife?

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL À SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA

O conceito de patrimônio está historicamente associado às transformações da sociedade, à noção de herança, de propriedade, da memória do indivíduo e da sociedade, de bens de família. A valorização do patrimônio, do preservar o passado para apresentar ao presente de qual maneira a realidade se materializou tem raízes no Renascimento (séculos XV – XVI), considerando que a preocupação com o clássico, com o risco de extinção, atraiu os olhares de colecionadores. (OLIVEIRA, 2008).

O conceito de patrimônio sofreu alterações com a queda do antigo regime absolutista francês. Os franceses perceberam que não deveriam destruir o passado, e absorveram a noção de patrimônio no sentido coletivo, passando a preservar os bens da nação, segundo comenta Poulot(2009, p. 204) “o século XIX assistiu à reconfiguração de suas relações com a coletividade.”

A França foi o país que deu início ao processo de conservação do patrimônio. Fonseca (2005) afirma que através do processo de seleção, indicado por intelectuais, surgiu a constituição do patrimônio histórico e artístico nacionais, como uma prática dos Estados modernos. Esses atribuem um valor de identidade, enquanto símbolo da nação, já que o objetivo era de reforçar uma identidade coletiva, para fortalecer a educação e a formação de cidadãos.

A expressão patrimônio histórico e cultural, inicialmente é associada a prédios, monumentos e outras edificações de valor histórico-arquitetônico que, sendo considerados excepcionais,

eram preservados. Essa ideia norteou a prática preservacionista no Brasil em diversos estados e cidades. Priorizava-se, pois, a ‘pedra e cal’ em detrimento de outros bens culturais significativos, mas, que, por não serem representativos de uma determinada época, ou ligadas a algum fato histórico notável, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento.

Como anteriormente mencionado, a criação do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que, consoante Fonseca (2005) ocorreu em 1937, muito mais em razão de interesses políticos, aliados à intelectualidade modernista de preservar o Patrimônio. Na época, o ministro Gustavo Capanema, no governo de Getúlio Vargas, percebeu a temática abrangente e solicitou a Mário de Andrade um anteprojeto de criação do órgão, que foi apresentado em um primeiro momento, e posteriormente finalizado por Rodrigo M. F. de Andrade. Assim, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual IPHAN, só passou a integrar o Ministério de Educação e Saúde em 13 de Janeiro de 1937, através da Lei nº 378 cuja função era preservar os bens móveis e imóveis do país com reconhecimento de necessário a ser preservado conforme o valor atribuído e selecionado por intelectuais e a elite. Os bens seriam de ordem, arqueológica ou etnográfica, bibliográfica ou artística com o intuito de não deixar esquecer ou deteriorar os objetos materiais e as expressões imateriais, bem como a memória coletiva.

Compreende-se por patrimônio cultural:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- As formas de expressão;

- II- Os modos de criar, fazer e viver;
 - III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas,
 - IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL de 1988, art. 216, 2009)

A política de Patrimônio adotada privilegiou as elites dominantes, que escolhiam os selecionadores dos monumentos a serem preservados. Os primeiros monumentos em “pedra e cal” a serem preservados foram as igrejas católicas, principalmente as de arte barroca. No final do século XX, o conceito de patrimônio cultural é estabelecido por uma participação social, como sendo todo patrimônio material e imaterial. No entanto, o interesse dessa breve trajetória amplia a uma melhor compreensão para a formação da Superintendência do IPHAN na Paraíba.

A atual Superintendência de Pernambuco, foi criada em 1937, era a 5ª Superintendência Regional - SR, com sede em Recife. Mantinha sobre coordenação, os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. A Superintendência Regional do IPHAN na Paraíba permaneceu vinculada a de Pernambuco até 1980; porém, só veio a se concretizar em 2005.

Em entrevista realizada com profissionais do IPHAN, conseguimos apurar que as indicações e os processos para tombamentos da Paraíba seguiam para Recife, essa documentação era composta por fotografia do monumento e documentos administrativos. Posteriormente, as fotografias eram separadas do conjunto documental, dando origem a um arquivo arquivístico de imagens.

FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE SIGNIFICÂNCIA PATRIMONIAL DE MONUMENTOS DA PARAÍBA

Segundo Kossoy (2001. p.153), “as fotografias não são meras “ilustrações ao texto”. A imagem fotográfica informa sobre o mundo e a vida real, porém em sua expressão e estética próprias. Entendemos através da percepção desse teórico, que a fotografia aproxima o olhar com o conhecimento histórico, considerando que as imagens revelam dados e informações, materializadas através do papel. Nesse sentido, os técnicos do IPHAN apresentam a mesma percepção sobre os registros fotográficos. A imagem possibilita discutir a valorização dos bens culturais, oferecendo informações e características históricas, intrínsecas ao documento fotográfico.

Dessa maneira, a fotografia no processo de registro de patrimônio, representa com precisão uma evidência que possibilita discussões sobre a significância do monumento como uma representação de identidade de uma sociedade. Por essa razão, a fotografia é percebida pelo IPHAN como um elemento que articula a percepção do patrimônio e o registro do monumento.

Com efeito, a imagem passou a ser inserida no processo de levantamento técnico do monumento desde os primeiros momentos da criação do SPHAN, em 1937. A documentação fotográfica apresenta descrições ornamentais do imóvel e o estado de conservação, além de se constituir um documento passivo de análise e orientações para técnicas de preservação, restauro ou adaptações urbanas.

Segundo Lacerda (2008), a Biblioteca Nacional e os Arquivos da Comissão de Monumentos, na França, foram as instituições que receberam inicialmente fotografias, no século XIX; no entanto, a produção fotográfica como documento passou a ser estimulada através de contratação de fotógrafos para que “se

reúna, de forma mais sistemática, imagens representantes dos edifícios classificados pelo patrimônio francês [...]” (2008, p.39).

Na afirmação de Lopez(2000, p.81), “[...] o conteúdo informativo do documento não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse materialidade [...] uma ação geradora do documento.” Entendemos assim que, ao captar as informações da fotografia, através de indagações referente a “como e por que”, no caso específico que estamos abordando, às razões pelo qual a fotografia foi realizada são evidentes, o documento imagético faz parte de um processo produzido para fornecer informações a um organismo técnico.

Imagem 1: Casa de Câmara e Cadeia - PILAR



Fonte: N° Processo 0271-T-41 Livro Belas Artes N° inscr.: 247-A;
Vol. 1; F. 054 ;Data: 31/07/1941

Imagem 2: Fonte Pública do Tambiá



Fonte: Nº Processo 0127-T-38 – Livro Histórico Nº inscr.: 176;
Vol. 1; F. 029; Data: 26/09/1941

Os profissionais da arquivística reconhecem a dificuldade desse gênero documental de ser adaptado aos conceitos da área. No entanto, Schellenberg (2006) afirma que a fotografia, como “documentos de arquivo” – *records*, atende totalmente aos critérios exigidos para ser considerada como um ‘documento’:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua representação física ou característica, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus

legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contido. (SCHELLENBERG, 2006.p.41).

É necessário destacar que no processo de alterações no desenho urbano, a fotografia é essencial para a identificação dessas alterações, contribuindo com a visibilidade arquitetônica.

Segundo Filippi, Lima e Carvalho (2002), as informações contidas na imagem devem seguir uma padronização na ficha catalográfica, com uma descrição que deve identificar, de maneira clara e objetiva, os detalhes da fotografia, bem como, contextualizar brevemente o histórico do visual, e sempre manter as informações do processo, ao qual se refere. No entanto, o acervo documental pesquisado demonstrou algumas fragilidades nessa técnica de identificação, possivelmente pela ausência de discussões com profissionais da área

Na percepção de Lacerda “[...] as fotografias têm sido, no entanto, pouco problematizadas [...]” (2008, p.76). Conforme a autora, a ênfase é para os documentos de gêneros textuais, no entanto, o gênero textual não possibilita visualizar o registro da materialização das expressões, como ocorre na visualização de bens patrimoniais. No caso do acervo fotográfico em questão, as imagens são as seguintes:

Tabela 1: Acervo Fotografico de Bens Patrimoniais - PB

1.	ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS
2.	BOMPREGO – CAMPINA GRANDE
3.	ANTIGA CADEIA PUBLICA (Tombado)
4.	CANHÕES
5.	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO

6.	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
7.	CAPELA DE NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO
8.	CAPELA DE TAMBAÚ
9.	CASA DA PÓLVORA (Tombado-ruínas)
10.	CASA DE CÂMARA E CADEIA – PILAR
11.	CONVENTO E IGREJA DA NOSSA SENHORA DO CARMO
12.	CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTONIO (Tombado)
13.	CONVENTO E IGREJA SÃO FRANCISCO (Tombado)
14.	CORREIO ANTIGO
15.	ENGENHO AURORA – ITAMBE
16.	ENGENHO DA GRAÇA (Tombado)
17.	ENGENHO ITAPOA – PILAR
18.	ENGENHO PATROCÍNIO – SANTA RITA (Tombado)
19.	ESTAÇÃO FERROVIARIA – CAMPINA GRANDE
20.	FÁBRICA DE VINHO TITO SILVA (Tombado)
21.	FAZENDA ACAUÃ – SOUZA (Tombada)
22.	FAZENDA SERROTÃO – CAMPINA GRANDE
23.	FONTE DO TAMBIA
24.	FORTALEZA DE SANTA CATARINA (Tombado)
25.	IGREJA DA MISERICÓRDIA (Tombado)
26.	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA
27.	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES
28.	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
29.	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – POMBAL
30.	IGREJA DE SÃO MIGUEL – BAI DA TRAIÇÃO
31.	IGREJA DE TAMBAÚ (DEMOLIDA)
32.	IGREJA DO POÇO
33.	IGREJA E CASA – SOUZA
34.	IGREJA MATRIZ – CABEDELLO
35.	IGREJA MATRIZ –MAMANGUAPE – CAMPINA GRANDE
36.	IGREJA NOSSA SENHORA DA GUIA (Tombado)
37.	IGREJA NOSSA SENHORA DAS BATALHAS – SANTA RITA (Tombado)
38.	IGREJA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO
39.	MOSTEIRO E IGREJA DE SÃO BENTO (Tombado)

40.	MUSEU DO ESTADO DA PARAÍBA
41.	ORDEM 3ª DE NOSSA SENHORA DO CARMO (Tombado)
42.	ORDEM 3ª DE SÃO FRANCISCO (Tombado)
43.	PALÁCIO EPISCOPAL
44.	PLANTA DA CIDADE
45.	PORTO DE CABEDELO
46.	SOBRADINHO – CATOLÉ DO ROCHA
47.	TEATRO MINERVA – AREIA
48.	TEATRO SANTA ROSA
49.	VISTA E PAISAGENS – BAIA DA TRAIÇÃO

Fonte: Dados extraídos do acervo do IPHAN-PE (2014).

O cenário apresentado contextualizou uma breve trajetória do patrimônio e da fotografia. O interesse pelo contexto nos conduz ao questionamento maior apresentado no artigo, que é a compreensão do princípio orgânico na guarda deste acervo documental. Para isso, tomamos como base alguns referenciais teóricos e depoimentos dos entrevistados.

ANÁLISE DO PRINCÍPIO ORGÂNICO SOBRE O ACERVO FOTOGRÁFICO DOCUMENTAL DA PB, SALVAGUARDADO NO IPHAN-PE

O Princípio de Organicidade foi a inquietação que norteou os estudos dessa pesquisa, no sentido de compreender os aspectos pelos quais um acervo fotográfico de relevância histórica da Paraíba está salvaguardado no IPHAN em Recife. Nesse sentido, pesquisamos definições, reflexões e características sobre o princípio orgânico desse acervo.

Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.127), a definição do termo “organicidade” é a “Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”.

Segundo Belloto (2006, p.88), “organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.”

As palavras de Duchein adicionam a importância do princípio orgânico na compreensão do fundo, na perspectiva minimalista “[...] caracteriza-se por reduzir o fundo ao nível da menor partícula funcional possível, considerando que o verdadeiro conjunto orgânico deriva do trabalho dessa pequena célula.” (1982-1986, p. 19).

Na reflexão de Nascimento (2012), sobre as características da organicidade, o autor afirma que a relação entre organismo e o arquivo é refletida através do conjunto documental, possibilitando ao arquivista perceber as tais relações “[...] pode-se observar a indicação, direta ou indireta, de relações de hierarquia e subordinação que conferem a natureza orgânica, ou seja, enquanto pertencente a um organismo, ao arquivo.” (NASCIMENTO, 2012, p.57).

Compreendemos que os documentos arquivísticos surgem de acordo com a necessidade de agir por meio deles, de maneira natural (Cf. DURANTI, 1994). Esse processo ocorreu com o acervo fotográfico aqui estudado. Conforme as entrevistas de profissionais da instituição, o objetivo era de ter o registro de bens culturais, e a fotografia permitiu retratar as informações necessárias para conhecimento desses bens.

Indagamos sobre a formação do acervo e a guarda daquele, e fomos informadas que esse acervo teria sido produzido por uma equipe técnica, quando ainda não existia, na Paraíba, uma estrutura patrimonial de instância federal com autonomia, e por isso, a ‘sub sede’ paraibana era vinculada a instituição de Recife, ou seja, as diretrizes eram determinadas pela 5ª Superintendência Regional do IPHAN em Recife.

Diante dessa realidade, a pesquisa refletiu sobre a organicidade, mencionado por Larceda (2008, p. 54) quando afirma que “A falta de um caráter orgânico explicaria a falta de um lugar de pertencimento desses documentos [...]”. A autora conclui reforçando que sendo dessa maneira, o documento não é arquivístico, pois existe ausência do “Princípio de Organicidade”.

Assim, identificamos que o local de guarda do acervo apresenta fragilidades no que se refere aos aspectos de preservação e conservação. Quanto ao princípio orgânico, segue as determinações arquivísticas, porém, percebemos que esse acervo teve origem com a equipe técnica paraibana, subordinada “temporariamente” à sede do IPHAN do Recife. Nessa condição, consideramos de grande importância que a instituição local, IPHAN-PB, seja detentora de uma cópia desse acervo, possibilitando maior facilidade e rapidez aos pesquisadores paraibanos, e satisfazendo as determinações do ‘direito ao acesso à informação’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desse artigo representou para nós um desafio, por tratar-se de uma questão que envolve documento fotográfico, patrimônio e organicidade, especificamente de um acervo documental que representa a trajetória histórica da Paraíba. O trabalho com o acervo pesquisado conduziu a reflexões que ajudam a compreender a difícil tarefa do contexto da salvaguarda desse arquivo e o “Princípio da Organicidade”.

Diante das circunstâncias, percebemos que deveríamos conhecer melhor a formação da instituição e desse arquivo, e assim realizar uma discussão embasada por referenciais teóricos da Arquivologia que problematizam a organicidade. Logo, percebemos que o objetivo principal de refletir sobre a organicidade e a salvaguarda do acervo fotográfico em questão foi alcançado, pois o interesse do estudo era de compreender a guarda

documental e o princípio orgânico, problemas complexos, que carece de estudos e discussões mais aprofundadas. Sendo assim, esperamos que as nuances e as conclusões apresentadas neste artigo possam contribuir para outras discussões teóricas e práticas da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20term%20arquiv.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. São Paulo: TA Queiroz, 2006. 4ª Edição.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 26/10/14.

COSTA, Ana Luiza Schuster da. **Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa**: Três décadas de história. Dissertação. 2009. Universidade Federal da Paraíba.

CERQUEIRA, Telma Soares. FONSECA, Brenda Coelho. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN. IN: **A fotografia na preservação do patrimônio cultural**: Uma abordagem preliminar. LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito e. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3818>>. Acesso em 23 out. 2014.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo e Administração**, v. 10, n. 1, p. 14–33, 1986.

DURANTI, Luciana. Documento Contemporâneo. **Revista Estudos Históricos**. Uma publicação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC-FGV. Tradução do Texto Adelina Novaes e Cruz. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado : Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc - Iphan, 2005.

FONSECA, Brenda Coelho Fonseca; CERQUEIRA, Telma Soares. **Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN**. In: A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar/coordenação Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem, Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938 – 2012). Disponivem em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=Iz83IeRyy1oC&pg=PA39&hl=>

pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 30 out. 2014.

LACERDA, Aline Lopes de. **Os sentidos da imagem:** fotografias em arquivos pessoais. In: Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p. 43,1993. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/media/v6_n1_2_jan_dez_1993.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2014.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil.** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, 2008. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Orientadora Ana Maria de Almeida Camargo. Universidade de São Paulo.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos:** finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008. Orientadora Ana Maria de Almeida Camargo. Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Luana de Almeida. **A preservação da organização da informação arquivística.** Niterói, 2012. 116 f.

OLIVEIRA Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio:** um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ÉTICA DO PROFISSIONAL DE ARQUIVO

*Janailma Souza Araújo*¹
*Maria de Fátima Paulo de Araújo*²

Resumo

A boa conduta de um profissional está relacionada à sua ética, sabemos que ética diz respeito ao conjunto de valores, princípios e comportamentos introduzidos e aplicados pela sociedade, esses costumes variam com o tempo e vão distinguir o meio em que o ser está inserido. Analisando o conceito da palavra Ética este artigo tem como objetivo abordar e discutir os vários significados da palavra ética social e profissionalmente, principalmente na Arquivologia. Como embasamento para o nosso estudo, analisamos e apresentamos o Código de Ética dos arquivistas proposto pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e os Princípios Éticos elaborado pela AAB (Associação dos Arquivistas do Brasil). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, apresenta dados de uma pesquisa qualitativa. Os dados confirmam que a ética é fundamental para que as pessoas tenham uma boa conduta tanto no seu meio social como também no

1 Graduanda no curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, email: ilmaaraujo46@gmail.com.

2 Graduanda no curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, email: fatimapauloaraujo@gmail.com.

âmbito profissional. Assim, conclui-se que uma boa conduta ética inserida nas profissões é de extrema importância para o sucesso dos profissionais. Os códigos, normas e princípios são propostos com objetivo de ajudar os profissionais na sua carreira e serve muitas vezes como auxílio na realização de atividades complicadas.

Palavras-chave: Código. Ética. Princípios. Profissional Arquivista.

INTRODUÇÃO

A ética está amplamente relacionada ao âmbito profissional, têm como objeto principal valores, princípios e condutas que ajudarão os profissionais a exercerem melhor a sua profissão. Para que isso aconteça, foram introduzidos códigos e normas que auxiliam os profissionais a se relacionarem de melhor forma no trabalho e agirem com responsabilidade em determinadas situações.

Trazendo a ética para a Arquivologia, analisaremos o Código de Ética dos Arquivistas estudado pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivo) e os Princípios Éticos do Arquivista da AAB (Associação dos Arquivistas do Brasil); portanto, este artigo tem como objetivo apresentar o Código e os Princípios Morais do profissional, abordando suas semelhanças, suas diferenças e analisando os problemas que a falta de conduta ética pode acarretar se for má aplicada.

ÉTICA E DEONTOLOGIA

A boa conduta de um profissional está relacionada à sua ética, sabemos que ética diz respeito ao conjunto de valores, princípios e comportamentos introduzidos e aplicados pela

sociedade, esses costumes variam com o tempo e vão distinguir o meio em que o ser está inserido.

Segundo Oliveira (2014), ética surgiu na Grécia Antiga, derivada de *ethos*, que diz respeito aos costumes e hábitos dos homens. Foi traduzida para o latim por *mos* ou *mores* no plural, sendo a origem da palavra *moral*.

Vários outros autores conceituam a palavra ética, de acordo com Motta:

A Ética baseia-se em uma filosofia de valores compatíveis com a natureza e o fim de todo ser humano, por isso, “o agir” da pessoa humana está condicionado a duas premissas consideradas básicas pela Ética: “o que é” homem e “para que viva”, logo toda capacitação científica ou técnica precisa estar em conexão com os princípios essenciais da Ética (MOTTA, 1984, p. 69).

A partir desse conceito, percebe-se que ética está ligada profundamente ao comportamento humano e se relaciona com o respeito do ser humano. Quando não há ética na sociedade, a convivência e as atividades e a vida das pessoas são postas em segundo plano, com isso acarretam sérios prejuízos para a humanidade, mas se ela for colocada como princípio, a convivência humana vai avançar, prosperar e diminuirá os casos de violência na sociedade.

Mas, a ética não está apenas presente na vida social; na área profissional, a ética tem que ser trabalhada com muita seriedade. Em algumas instituições públicas e privadas, a ética está sendo implantada com o intuito de fazer com que os profissionais tenham um bom nível de relacionamento com os usuários externos e internos. Por isso, a importância da ética profissional e dos

códigos de ética profissionais, trazendo a ética profissional para o campo profissional e também para a Arquivologia Guimarães (2008, p.27) diz que:

A ética profissional tem por objeto o conjunto de valores morais que uma determinada classe deve se orientar e seguir para alcançar um agir profissional correto e adequado para a sociedade em que se insere e, no mais das vezes, materializa-se por meios de regras, expressas em códigos de ética originadores de conduta profissional de dado segmento.

O termo Deontologia deriva do grego “déon, déontos” que significa dever e “logos” refere-se a discursos ou tratados. Assim, a palavra Deontologia seria um conjunto de deveres e tratados, princípios e normas. Faz parte de uma disciplina da ética especial adequada ao exercício de uma profissão. Existem vários tipos de códigos deontológicos com objetivo de melhorar os comportamentos dos membros de determinadas profissões para alcançar a excelência no trabalho, garantindo a confiança do usuário e o reconhecimento da profissão. Segundo Carrapeto e Fonseca (2012, p.11):

Trata-se, em concreto, do estudo do conjunto dos deveres profissionais estabelecidos num código específico que, muitas vezes, propõe sanções para os infratores. Melhor dizendo, é um conjunto de deveres, princípios e normas reguladoras dos comportamentos exigíveis aos profissionais, ainda que nem sempre estejam codificados numa regulamentação jurídica. Isto porque alguns

conjuntos de normas não têm uma função normativa (presente nos códigos deontológicos), mas apenas reguladora (como, por exemplo, as declarações de princípios e os enunciados de valores).

Neste sentido, deontologia é uma disciplina complementar da ética, adaptada para o exercício de uma profissão. Em geral, os códigos deontológicos têm por base declarações universais e esforçam-se por trazer sentimento ético, adaptados para o cumprimento de cada profissão.

Em síntese Deontologia distingue-se em:

- Determina o dever que regula cada situação no âmbito profissional;
- O sujeito apenas reflete sobre o melhor meio de agir em conformidade com ele: utiliza-se o raciocínio “normativo”, que identifica e aplica uma norma que corporiza um dado valor;
- É, por isso, uma forma de hetero-regulação: o bom comportamento decorre da execução de uma norma, de uma obrigação imposta do exterior.

SURGIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ARQUIVISTA

Um código de Ética é um acordo entre os membros de um grupo social, de uma categoria profissional, um partido político ou de uma associação civil. Tem como principal objetivo explicar ao grupo como construir sua identidade política ou social e colaborar com a realização das suas atividades de modo que seja compatível com os princípios gerais da ética.

O Código de Ética é importante porque propicia uma estabilidade e constitui pontos de convergência para qualquer

um dentro de uma organização. Com o reconhecimento da Arquivologia no meio profissional, os profissionais começaram sentir a necessidade de algo que explicasse e lhes ajudassem a agir em determinadas situações e a ter um bom convívio profissional e boas condutas nas instituições e também na sociedade.

Na década de 50 do século passado, os profissionais começaram a pensar em um código para profissional da área de arquivo, primeira proposta foi elaborada em 1955 pelo profissional arquivista americano Wayne Grover.

Anos depois, surgiram vários outros códigos, em 1992, a Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) elaborou um novo Código de Ética que justificava motivos para a elaboração de um novo código, o objetivo era informar aos membros da profissão os padrões mais elevados da conduta das áreas mais sensíveis do arquivista, para recordar aos especialistas suas responsabilidades, alertar aos administradores, negociantes, investigadores sobre a importância do trabalho dos arquivistas e incentivá-los a esperar padrões elevados na profissão.

Na década de 90 do século XX, surgiram outros códigos de éticas do arquivista deixando a ética conhecida na profissão. A sequência do surgimento dos códigos do profissional do arquivo foi feita pelas:

Associação dos Arquivistas do Quebec, AAQ, 1991, a Associação dos Arquivistas Canadenses, 1992, a Sociedade dos Arquivistas Australianos e a Sociedade dos Arquivistas da Nova Zelândia, 1993, e no ano seguinte foi a vez da elaboração da Associação do Reino Unido e da Irlanda (SOUZA, 2011, p.64).

O Código de Ética mais recente e utilizado pelos arquivistas brasileiros foi elaborado em 1996 pelo Conselho Internacional

de Arquivos (CIA), no XIII Congresso Internacional dos Arquivos, na China e foi elaborado para melhorar as relações entre arquivistas, colegas de trabalho e os usuários da informação, e mostrar o comportamento que um verdadeiro profissional deve ter. De acordo com Bacchelli (2014, p.4), “um código que não é aplicável ou utilizável não é um código”.

A criação de códigos de ética não é só princípios abstraídos colocados no papel, é necessário encará-lo como uma parte viva da empresa.

CÓDIGO DE ÉTICA, USUÁRIO E O PROFISSIONAL DE ARQUIVO

Nos últimos tempos, o Brasil vem passando por mudanças ocasionadas pelo Capitalismo e a Globalização que acarretam mudanças nos seres humanos. Cada vez mais órgãos, instituições e empresas estão usando regras baseadas na postura dos Códigos de Ética.

Segundo Souza (2011), os códigos de ética, em linhas gerais, estão fundamentado para instruir os arquivistas que atuam no arquivo de caráter permanente. Como contribuição, os princípios éticos dos arquivistas, segundo Souza, podem concentra-se em dez grandes ações.

Com base no autor supracitado, o código de ética se baseia em dez regras básicas que um profissional apto deve seguir, no decorrer do artigo abordaremos tais regras com mais clareza. As normas que compõem um código deverão ser claras e com uma fácil compreensão, pois auxiliará o arquivista a exercer sua profissão com responsabilidade e alcançar sucesso.

Com o código de ética implantado, haverá uma ótima ferramenta para auxiliar no processo decisório da instituição, vai auxiliar em vários departamentos, principalmente nas relações humanas tratando da legalidade e moralidade, impessoalidade,

publicidade e eficiência que são princípios elencados na Constituição Federal em seu artigo 37.

ANÁLISE DO CÓDIGO DE ÉTICA INTERNACIONAL E DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DO BRASIL

A partir de estudo feito através dos Princípios da AAB e do Código de Ética proposto pelo CIA, abordamos os seguintes pontos:

APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ARQUIVISTA

A partir do código e dos princípios pode-se perceber a missão, a visão e o valor da organização. Pode-se dizer que ambos auxiliam seus colaboradores a interagir melhor com os seus usuários, melhorando a imagem da instituição.

O Código e os Princípios Éticos são compostos por normas, uma completando a outra para melhor desempenho do trabalho. Abordaremos a seguir, o Código de Ética estudado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Segundo o CIA (1996) é dever dos arquivistas:

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado;
2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas inter-relações originais;

3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa;
4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compressão dos documentos;
5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem;
6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade;
7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada;
8. Os arquivistas sevem aos interesses de todos e evitar tirar sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem que seja;
9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência;
10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

Analisando o código, podemos concluir que os arquivistas devem sempre está à disposição de todos para disponibilizar

informações ao maior número de usuários possíveis, respeitando a legislação e o direito à vida privada das pessoas físicas ou jurídicas. É seu dever manter a integridade dos arquivos, respeitando sempre a origem dos fundos e o princípio de proveniência, é seu trabalho garantir que os documentos sirvam de prova e que o testemunho contido neles sejam fiéis aos acontecimentos, eles tratam, selecionam e conservam os arquivos de acordo com a necessidade de cada instituição, descartando-os quando necessário e estabelecendo prazos através da tabela de temporariedade para a sua preservação.

É dever do profissional manter a autenticidade dos documentos garantindo assim o seu valor neles contidos, sejam documentos eletrônicos, informáticos ou escritos. Também é função do arquivista assegurar a comunicabilidade e a compreensão dos documentos, fazendo com que haja uma reflexão sobre a conservação ou a eliminação. Sempre estão em busca de aperfeiçoamento da profissão, procurando sempre inovações para atingir o melhor nível do sucesso profissional.

PRINCÍPIOS ÉTICOS DOS ARQUIVISTAS DO BRASIL

A Associação dos Arquivistas do Brasil tem como objetivo fornecer, através dos princípios éticos, regras e condutas para o exercício da prática arquivística. Seguindo as normas da AAB (1971, p.1), é dever do profissional arquivista:

Deveres:

1. O arquivista deve respeitar os princípios arquivístico e as normas reconhecidas internacionalmente, particularmente o princípio da proveniência, de forma a garantir a integridade dos arquivos, para que eles possam se constituir em provas jurídicas e em testemunho permanente e do passado.

2. A atuação do arquivista deve ser sempre orientada pela objetividade e imparcialidade, visando os interesses de seus empregadores, proprietários de arquivos e usuários.
3. O arquivista deve sempre incentivar a implantação de uma política de gestão de documentos em que atua, através do dialogo com seus empregadores e de palestras que visem conscientizar a todos sobre o ciclo vital dos documentos, e o papel dos arquivos no processo decisório da instituição.
4. Por lidar com informações, o arquivista deve assegurar sempre a transparência administrativa e a comunicabilidade.
5. A atuação do arquivista nas atividades de avaliação dos documentos deve levar em consideração a proposta da instituição que os detém, a legislação em vigor e o desenvolvimento da pesquisa.
6. O arquivista deve comprometer-se com uma política correta de recolhimento. Atuando cooperativamente com os gestores de documentos, de maneira garantir, desde a origem, os procedimentos destinados á proteção dos documentos de valor permanente.
7. O arquivista deve assegurar a autenticidade e a integridade dos documentos nos trabalhos de processamento técnico e de conservação.
8. O arquivista tem dever de facilitar o acesso aos arquivos ao maior numero

possível de usuários, atendendo a todos com imparcialidade.

9. O arquivista deve respeitar a legislação em vigor referente ao acesso e sigilo, particularmente no que diz respeito á vida privada das pessoas relacionadas á origem ou ao conteúdo dos documentos.
10. Na comunicabilidade dos documentos, o arquivista deve respeitar os limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, a legislação e a regulamentação, os direitos dos indivíduos e os acordos com os doadores.
11. O arquivista deve dispensar a todos os usuários um tratamento cordial, empenhando-se em atendê-los com rapidez e eficiência.
12. O arquivista deve acompanhar o progresso das pesquisas das pesquisas e as inovações desenvolvidas no campo arquivístico de forma a garantir seu aprimoramento profissional e a competente formação da equipe sob sua responsabilidade.
13. O arquivista deve manter o espírito de colaboração e de respeito ao desenvolver trabalhos de cooperação técnica com profissionais de áreas afins, no âmbito ou não da esfera governamental.
14. O arquivista deve favorecer o retorno aos países de origem dos documentos públicos que tenham sido retidos em tempo de guerra ou ocupação.

De acordo com os Princípios da AAB(1971, p.3) o arquivista não pode:

Proibições:

1. O arquivista não deve colecionar pessoalmente documentos originais em respeito á integridade dos fundos.
2. É vetada a participação do arquivista no comercio ilegal de documentos.
3. O arquivista não deve utilizar nem revelar a terceiros informações contidas em documentos cujo acesso é restrito por lei, ou por acordo entre as partes.
4. O arquivista não deve comentar com os usuários sobre as pesquisas em andamento de outros consulentes, sem a autorização previa do autor.

A partir dos princípios, podemos analisar que eles vieram com os mesmos objetivos do código trazido pelo CIA que são de estabelecer normas e preceitos que ajudem o profissional de arquivo a exercer sua profissão. É dever do arquivista respeitar as normas e os princípios reconhecidos internacionalmente. O arquivista deve implantar uma gestão de documentos que facilite a organização dos arquivos na instituição e informar aos funcionários da sua importância. Realizar procedimentos de conservação e recolhimento dos arquivos tendo em vista seus valores e seu tempo de uso. É sua função também devolver os documentos que não diz respeito ao seu país, principalmente de tempos de guerras ou de ocupação de território.

Das proibições, podemos analisar que os arquivistas não devem tratar os documentos como objetos de coleções, não podem fazer o uso do comércio ilegal dos documentos e não revelar informações para terceiros sem autorização do autor.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CÓDIGO DE ÉTICA DO ARQUIVISTA INTERNACIONAL E OS PRINCÍPIOS ÉTICOS ARQUIVÍSTICO DO BRASIL

A seguir, veremos uma análise entre o código e os princípios éticos arquivístico implantados no Brasil.

Quadro 1: Quadro comparativo do CIA e da AAB

	CÓDIGO DO CIA	PRINCÍPIOS DA AAB
OBJETIVOS	<p>Fornecer aos profissionais regras, condutas de alto nível para o excelente exercício da profissão.</p> <p>Ele mostra aos novos membros como se comportar nas diferentes situações e lembra aos arquivistas experientes suas obrigações e seus deveres.</p>	<p>Fornecer ao profissional de arquivo regras e condutas no exercício da sua profissão. De acordo com os princípios estabelecidos, arquivista é aquele que atua na guarda, preservação, conservação, organização e controle dos documentos sejam eles correntes intermediários ou permanentes. .</p>
DEVERES	<p>Manter a integridade dos arquivos, constituindo testemunho digno de fé do passado.</p> <p>Tratar, selecionar e preservar os arquivos no seu contexto histórico.</p> <p>Preservar a autenticidade dos documentos em meio ao processo de conservação dos documentos.</p> <p>O profissional do arquivo disponibiliza informação ao maior número de pessoas.</p> <p>Asseguram a permanentemente e a comunicabilidade dos arquivos.</p> <p>Sempre busca aperfeiçoar seus conhecimentos na área.</p>	<p>Os arquivistas obedecem as normas e condutas internacionais, respeitando sempre o princípio de proveniência e aos fundos.</p> <p>Os arquivistas devem implantar uma política de gestão documental, conscientizar os trabalhadores sobre a importância dos documentos ajuda na hora de organizar a documentação.</p> <p>A importância da atuação dos arquivistas no processo de avaliação dos documentos, levando em conta a instituição e a legislação que o detém.</p> <p>O arquivista deve oferecer retorno aos países de origem os documentos de guerra ou de ocupação de território.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2014).

Os princípios éticos foram criados com os mesmos objetivos do código, trazer para área de Arquivologia normas e condutas que possam auxiliar o profissional no seu ambiente de trabalho. A partir do quadro apresentado, podemos observar que as diferenças entre eles são mínimas, para a criação dos Princípios Éticos do Brasil, os membros da AAB tiveram orientações do CIA, na qual a Associação dos Arquivistas do Brasil é afiliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no decorrer deste trabalho, a ética é de tamanha importância na relação de qualquer profissional no seu trabalho. O código de ética é aplicado em todas as profissões e serve de embasamento para o agir do profissional em qualquer situação. A partir do código de Ética e dos Princípios, são atribuídos valores, condutas e são construídas uma missão e uma visão para o sucesso do profissional.

Analisamos o Código de Ética proposto pelo CIA e os Princípios Éticos elaborado pela AAB. Nesta análise, podemos observar que ambos são indispensáveis para o Arquivista, são claros e mostram como profissional deve se comportar no seu ambiente de trabalho e abordam pontos que facilitem a comunicação dos profissionais dentro das instituições.

A partir da análise, é dever do Arquivista zelar pelo sigilo da informação; preservar, manter e conservar os documentos de maneira que seja fiel ao passado; agir sempre de acordo com a legislação. Embora se perceba uma preocupação na autenticidade e fidedignidade dos documentos e na conduta moral que deve ser seguida pelo arquivista, sentimos falta de um termo que explicasse sucintamente como o profissional deveria agir em situações de fraudes ou desvio de documentação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO BRASIL. **Princípios Éticos**. [On-line] Disponível em:<<http://www.aab.org.br/>>. Acesso em: 01. nov. 2014

BACCHELLI, Luciano Aparecido. *Ética Geral e Profissional*. Disponível em:<<http://professorbacchelli.spaceblog.com.br/r10583/Etica-Geral-e-Profissional/>>. Acesso em: 31. out. 2014

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de Ética dos Arquivistas**. Disponível em:<<http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 01. nov. 2014

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MOLINA, Juan Carlo Fernandez (Orgs.). **Aspectos jurídicos e éticos da Informação digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

OLIVEIRA, José Weber Fernando. **Desvendando a ética do profissional Arquivista**. 21. Ed. João Pessoa; 2014. [Manuscrito].

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ARQUIVOLOGIA COMO UMA CIÊNCIA QUE PROPICIA A INFORMAÇÃO E O CONHECIMENTO

Gregório Goldman dos Santos Felipe¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar brevemente uma Arquivologia que não está fechada na técnica pela técnica, mas que vai além do arquivo (ambiente de guarda documental), de modo que se preocupa com o indivíduo (seu usuário) e suas relações com a sociedade. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, sendo construída em grande parte através de autores da Arquivística, Filosofia, e Ciência da Informação. Os dados revelam que para uma sociedade em constante evolução política, cultural, informacional, e tecnológica, é preciso ter-se uma Arquivologia que tenha capacidade de prover meios que possam viabilizar com mais eficácia o acesso às informações contidas nos arquivos (documentos arquivísticos), que possivelmente levam ao indivíduo um maior conhecimento de si mesmo, e dos fatos que antecederam e que comporão a realidade social do meio onde vive. Conclui-se que, para a realização e o cumprimento

1 Discente do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.
Email: greg2016.goldman@gmail.com

desses tão grandes desafios, necessita-se de uma Arquivologia científica reconhecida definitivamente como uma ciência social.

Palavras-chave: Arquivologia Social. Perspectiva científica. Técnica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem expor viés de uma Arquivologia mais científica e social, e juntamente com ela se apresentará visões informacionais e científicas que possibilitarão o desenvolvimento de uma área do conhecimento que se preocupa com os seus usuários (internos e externos).

O fundamento norteador e objetivo geral desse artigo é realizar uma breve exposição que mostra a inserção da Arquivologia como uma Ciência, Ciência Social. Demonstrar-se-á os possíveis caminhos da nova perspectiva científica da Arquivologia, mostrando através de autores da área Arquivística e de outras áreas do conhecimento científico: indagações, discussões, posicionamentos e conclusões sobre o tema.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que por sua vez, foi obtida em textos de diferentes fontes como livros, artigos científicos e periódicos. Sendo esta de caráter descritiva (de cunho qualitativo) e com utilização de dados secundários. Os procedimentos metodológicos utilizados na produção do artigo, em suma, compreendem a busca de uma apresentação teórica pouco difundida da área no Brasil.

Os conteúdos tratados nesse breve trabalho direcionam a Arquivologia para uma Ciência Social Aplicada entendida desde as raízes das “humanidades”², que denota e possivelmente

2 Em geral, em termos de conhecimento científico, as ciências sociais são também incluídas como “humanidades”, como é o caso na França, e “ciências do espírito” – na Alemanha. (Cf. RABUSKE, 1987), etc.

levará aos estudiosos e interessados em conhecer a Arquivística, a uma ótica científica (no sentido de percepção) outrora um tanto não explorada pelos teóricos brasileiros da área. Trará e farar-se-á relações entre informação, conhecimento, sujeitos, Arquivologia, e Ciência.

Uma das motivações e objetivos que levaram aos construtores deste artigo a abordagem de um tema e conteúdo que vem sustentar a Arquivologia como Ciência dar-se-á simplesmente a dois fatos, primeiro, ele é um assunto que poderá oportunizar progressões significativas para Arquivística, e é comum esse assunto não ser abordado com ênfase nos trabalhos acadêmico-científicos da área.

Independentemente de haver ou não uma decisão unânime se a área constitui-se como uma Ciência no Brasil, as discussões e reflexões, juntamente com as divergentes visões devem ser apresentadas, discutidas, ampliadas, substituídas, de maneira que visem o progresso da Arquivologia, e é também desta maneira que se adquire conhecimento acadêmico e científico.

Em “Breves considerações sobre informação”, apresenta-se a relação entre informação e o conhecimento, elencando que dependendo do seu receptor, os mesmos tenderam a caminhar em mesma direção, e com o mesmo objetivo, o de transformar o interior do indivíduo e sua visão de mundo. Na seção “Relacionando o saber técnico à viabilização de informações”, analisa-se uma Arquivologia que, acima de tudo (de todos os procedimentos técnicos da área), viabilizará a informação.

A seção “O valor arquivístico da informação numa sociedade que necessita incansavelmente do conhecimento”, dissertará acerca do valor social da informação, apresentando que os momentos históricos e culturais vivenciados pela sociedade brasileira necessitam interruptamente da disponibilização da verdadeira informação, que poderá provocar e provar a concretização dos fatos.

A seção “Objetos de estudos da Arquivologia”, descreve e deixa em aberto as diversas discussões e argumentos que persistem na Arquivologia no que tange o seu objeto de estudo. Uma vez que requer maior aprofundamento essa discussão, e não é objetivo do trabalho lhe dar ênfase. Na última seção, “A Arquivologia constitui-se como uma ciência?” Mostra brevemente as definições de Ciência, Ciência Humana (o que a mesma estuda) e as relações da Arquivologia (Ciência Social) com a Ciência.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE INFORMAÇÃO

Para poder visualizar uma Arquivologia científica, primeiramente deve-se entender que modelo informacional possibilitará sistematicamente identificar a sua formação. O autor McGarry (1984, p.18 apud SILVA, 2006, p.52) considera que “a informação é concebida como o oposto da incerteza e medida do imprevisto da mensagem e da incerteza assim reduzida.” Ainda sobre informação Larousse (1997, s.p, apud *ibidem*, 2006, p.68), a informação é como: “ação ou efeito de informar, [...] indicação, explicação, esclarecimento dados sobre alguém ou alguma coisa; comunicação social, instrumento de transmissão de um conhecimento [...]”. Vale ressaltar que Silva (2006) considera esses conceitos expostos anteriormente, meros equívocos.

Simplificando, em modo geral, a informação seria nas visões semelhantes de McGarry e na descrita pela Larousse, o meio pelo qual se reduz as incertezas do indivíduo que a absorve, de forma que ele tenderá a eliminá-las, reduzindo assim as suas dúvidas.

Observa-se a informação como objeto que transforma seu receptor e que lhe proporciona o conhecimento. Define Boisot (1998, s.p, apud Silva, 2006, p.53, tradução e grifo do autor): “**Conhecimento** é definido como a aplicação e o uso produtivo

da informação. O conhecimento é mais que a informação, pois implica uma consciência do entendimento adquirido pela experiência, pela intimidade ou pelo aprendizado”.

Há várias definições abrangentes para conhecimento, dentre elas podemos citar a autora Miranda (1999, p. 287 apud VALENTIM, p.2, 2002) ao afirmar que o “conhecimento explícito é o conjunto de informações já elicitadas em algum suporte (livros, documento etc.) e que caracteriza o saber disponível sobre tema específico”. O segundo tipo seria o “conhecimento tácito [...] acúmulo de saber prático sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções [...]”. O terceiro e último é o “conhecimento estratégico [...], combinação de conhecimento explícito e tácito formado a partir das informações de acompanhamento, agregando-se o conhecimento de especialistas”. Para fazer-se relação com objetivo da Arquivologia de informar o indivíduo na sociedade, ficar-se-á com a primeira definição, a do conhecimento explícito.

Para melhor entendimento das definições e argumentações descritas anteriormente sobre informação e conhecimento, utiliza-se a definição de Targino (2007, p.49, grifo nosso), para quem “[O arquivo] fornece a informação viva e incentiva seus consulentes a reações dialéticas, construtoras de novos conhecimentos”. Ainda em relação ao conteúdo exposto, o autor defende que a sua visão de arquivo é de ida e vinda do conhecimento, ou seja, dinâmica.

Conclui-se de modo geral, que a informação está relacionada com o conhecimento, e que, sendo ela partilhada, e absorvida pelo seu receptor se torna como que uma espécie veiculadora do conhecimento, e com base em Targino (2007) o arquivo produz e é o conhecimento.

RELACIONANDO O SABER TÉCNICO COM A VIABILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Há de se perceber que a Arquivologia encontra-se em um momento de grande transformação (cf BRITO, 2005; COOK, 2012; ARAÚJO, 2013), de maneira que ingressa velozmente para a chamada era pós-custódial ou pós-moderna, assim chamada por Terry Cook, que não se constituiu através de meros procedimentos técnicos de guarda documental.

A Arquivologia Custodial (técnica pela técnica) tem a possibilidade de reduzir a área simplesmente em guarda documental, de maneira que torna esse o seu objetivo principal. Desta forma, a área é conduzida ao não cumprimento das suas principais funções e deveres, se isolando da sociedade e de seus usuários. Complementando os argumentos anteriores, em Silva (1999, p. 38 apud BRITO 2005, p.8), “a Arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico, o que, desde logo, obriga a substituir o primado do fazer pelo do conhecer”. A técnica (produção em sequência) e o saber (que é a sabedoria para empregar a técnica) devem andar juntos, para poder-se obter uma área científica.

Quando a Arquivologia fecha-se unicamente para a guarda e exclusivo tratamento de documentos em um arquivo, é vago o seu progresso social e cultural. Como disserta Bertoletti (2005, p.4), “Pois de nada vale guardamos os documentos em cofres, a sete chaves, em arquivos modernos, deslizantes, em prateleiras super ambientadas [...] negando o direito à memória, ao acesso à informação contida nos documentos”

É imprescindível, quando se trata de documentos arquivísticos, ir além da custódia de um acervo documental, e visualizar a sua abrangência em um contexto social. Um dos meios para se alcançar esses objetivos é a adesão da base teórica da disciplina às novas visões científicas que estão ganhando ampliações por

teóricos da área no Brasil, Canadá, Estados Unidos, por exemplo, os trabalhos do Terry Cook (2012), por exemplo, é um dos muitos que apresentam renovação e inovação para alguns fundamentos e linhas de pensamentos da Arquivologia.

Um das visões arquivísticas que também pode ampliar o olhar puramente tecnicista da Arquivologia é a visão Pós-Custodial, que segundo Brito (2005, p. 37) “é a denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a arquivística do século XXI”. Evidentemente não se pode separar ou aniquilar o saber técnico da perspectiva científica da área, pois é através dele também que se torna possível viabilizar a informação e o saber científico.

Deve-se observar que os procedimentos técnicos propiciam a base para o progresso de disponibilização informacional, todavia eles caminham de igual modo para conquistarem esta finalidade: a Arquivologia deve transpassar o Arquivo (local de guarda, e o documento físico), e levá-lo aonde sozinho (debaixo de meras técnicas, ou sem o mediador- o arquivista inovador) não consegue ir.

Tendo em vista a constante evolução informacional e tecnológica nos mais diversos setores da sociedade, a Arquivística enquanto área do conhecimento tenderá cada vez mais a utilizar as tecnologias informacionais para lhe subsidiar, e fornecer meios para o seu maior florescimento, seja para a sociedade, ou para a sua própria fundamentação teórica.

Desta maneira, sendo possível ter-se uma visão mais científica da área, ficará viável o seu desenvolvimento teórico e social. Perpassar o arquivo (ambiente de armazenamento de documentos) é alcançar os objetivos sociais concretos e valores morais e éticos que possuem os arquivos, juntamente com toda a informação que os compõem. Ressaltando que para alcançar tal meta, segundo os autores citados nessa seção, tenderá de haver uma modificação do pensamento meramente técnico, ainda profundamente enraizado na Arquivologia brasileira.

O VALOR ARQUIVÍSTICO DA INFORMAÇÃO EM UMA SOCIEDADE QUE NECESSITA INCANSAVELMENTE DO CONHECIMENTO

No período que entra em vigor a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, essencialmente nos artigos 215 e 216, que dentre outras questões, abordam que todos têm o direito de acesso a informações contidas em fontes da memória cultural brasileira, seja em documentos, coleções de livros, e objetos de museus, a autora Targino (2007, p.21) explica que, “Havia como que um cordão de isolamento que impedia o acesso da população às suas dependências.” Em seu discurso, a autora enfatiza que o acesso à informação, às leis da época eram restritivas, tornado estreitos os caminhos de comunicação entre o público desse período e as instituições que possuíam documentos de acesso público.

O conhecimento da sociedade, em geral, no que tange o conhecer a si mesma através das leis, e fatos históricos autênticos, era muito escasso. É interessante ressaltar que anteriormente a promulgação da Carta Magna vigente, a Arquivologia estava desenvolvendo seus primeiros passos.

Segundo Targino (2007, p.21), “Hoje [...] por força mesmo da evolução da própria sociedade, bibliotecas, museus e arquivos abriram suas portas a tanto quanto as busquem à procura de informação.” Com advento da Lei de acesso à informação, a sociedade passa de maneira significativa poder consultar, conhecer e aprender através dos documentos arquivísticos.

Vivencia-se uma sociedade que ainda absorve constantemente, muitas vezes de modo irracional e temporário pelos diversos veículos, informações manipuladas, sem vestígios algum de verdade. De acordo com Líbero (2009)³, é comum

3 Explicito em LÍBERO, Genilda Alves de. **A Manipulação dos Dados Estatísticos pela Mídia Impressa**. In: Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação - Curitiba, PR - 4 a 7 de Setembro de 2009.

ver-se que grande parte da população brasileira é manipulada essencialmente pela informação midiática, muitas vezes por conta da sua ignorância, ocasionada pela falta de educação, de maneira que os deixam de fora do conhecimento da verdadeira realidade moral e ética da nação brasileira.⁴

A autora Tânia de Oliveira Silva mostra como ocorre esta manipulação informacional dissertando que:

A informação chega a todo momento via satélite, rádio, formas de telecomunicações, porém ao invés da população ser conscientizada sobre seus direitos e fazer disso uma arma contra o estado e contra toda forma de repressão, elas são de uma maneira brutal programadas pela mídia e por tudo que ela oferece. (SILVA, 2014, n.p).

Os acontecimentos político-sociais que perpassam toda nação brasileira são em muitas vezes escondidos daqueles que têm o direito à informação concreta dos fatos, que mais que diretamente os envolvem. Como aponta Bertoletti (2006, p.6), “é garimpando nos documentos do nosso passado que iremos encontrar informações que nos permitirão melhorar o nosso futuro, construir um futuro melhor, mais verdadeiro e digno, para os que virão depois de nós.” Complementando, Rabuske (1987, p.63) destaca que, “para te conhecer, conhece a história”, como também enfatiza que (*ibidem*, p.1), “Resgatar o passado é hoje nossa obrigação, e também um preceito constitucional do

4 Através do artigo científico Os limites constitucionais à liberdade de imprensa e o direito à informação verdadeira e democracia nos dias atuais, da autora Tania de Oliveira Silva (2014), pode-se compreender melhor os argumentos tratados anteriormente.

Estado, pois cada um de nós tem DIREITO a ter acesso à sua história, à sua memória”.

Portanto, parece ser indispensável o conhecimento do indivíduo de seu passado, pois é a partir disso que ele poderá entender melhor o seu presente e visualizar mais nitidamente o seu futuro. Esse é um dos principais deveres de um cidadão brasileiro fiel a sua cidadania, que não a deixa apenas no papel, mas a exerce como é de direito.

Os dados, informações, documentos de arquivo (e todas as propriedades que provam a sua fidedignidade), e provas concretas de fatos que constituem e, certamente, constituíram a memória explícita⁵ da sociedade brasileira contemporânea e das gerações futuras, necessitam plenamente de serem tratados, conservados, geridos, e disponibilizados por uma área do conhecimento que tenha maior capacidade para desenvolver tão ampla obra. Para concluir tudo o que foi descrito, usa-se as palavras de Bertotelli (2006, p.4) “Nunca é demais enfatizar que o direito à memória é um direito do cidadão”.

A Arquivologia precisa ter em sua essência uma base científica fundamentada, que consiga suportar e superar todos os desafios que tenderão a surgir em uma sociedade que evolui interruptamente com o advento imenso da era tecnológica, que influencia profundamente suas bases sociais e humanas.

5 A memória explícita/declarativa concentra informação de fatos e informações, reproduzidas na imaginação, levadas sistematicamente ao conhecimento racional por meio dos sentidos e de mecanismos internos do cérebro, como associação de dados, dedução e criação de ideias. Para um maior entendimento da memória descrita acima e das demais memórias que compõe o ser humano, consultar GODOY, Roberto. Memória. [S.n.t]. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/corpo-humano/memoria/>>. Acesso em 02 de novembro de 2014, 18:33:47.

OBJETOS DE ESTUDOS DA ARQUIVOLOGIA

São inúmeras razões que levam o tardio avanço da área, dentre elas a falta de respostas definitivas para indagações como: a Arquivologia é uma Ciência? Qual seria o seu objeto de estudo? o documento arquivístico? a informação arquivística? ou o(s) seu(s) usuário(s)?.

Tendo como objeto a informação, que é a viabilizadora do conhecimento como posto na seção anterior, pergunta-se, sem ela qual seria a função social do arquivo? Não haveria essa função, pois não existe finalidade e objetivo concreto em um documento sem informação organizada.

Autores, como Manuel Vasquez (1996) e Antonia Heredia Herrera (1989), citados por Mandu (2005, p.36-37), apontam diversos objetos para a disciplina, ambos não trazendo uma definição convergente de qual seria o possível objeto científico para Arquivística, de modo que propicia a abertura de mais lacunas nas discussões teóricas da mesma.⁶

Para Rabuske (1987, p.60, grifo do autor), “nas Ciências Humanas, o objeto implica, direta ou indiretamente, a subjetividade. O objeto é ele mesmo o sujeito. A ação humana – como insistia Max WEBER – é intencional”. Em uma análise conjunta a esses argumentos, se pode ter um objeto científico de estudo bem diferente dos vistos anteriormente e discutidos por pesquisadores da área arquivística. Ressaltado que quando o arquivista está no processo de construção do diagnóstico, ele faz estudos e análises de como se passa a gestão documental na organização e principalmente de todos os usuários de seu arquivo.

6 Para maior aprofundamento sugere-se examinar BRITO, Djalma Mandu de. **A informação arquivística na arquivologia pós-custodial**. Arquivística. net., Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 36-37 jan/jun, 2005.

São perguntas frequentes dos questionários e indicações realizadas pelo Arquivista pesquisador: que uso o usuário faz da informação arquivística? Essa utilização modifica sua visão de mundo? Ele está satisfeito com os sistemas, bancos de dados disponíveis para consulta dos documentos? É uma preocupação e busca contínua de qual seria a satisfação e percepção do usuário sobre os arquivos e a função social da utilidade desses.

Ora, a Ciência Arquivística que realiza adequadamente os procedimentos técnicos de gestão documental, com o objetivo de fornecer a informação aos seus usuários de modo eficaz, poderia o objeto de estudo desta ser simplesmente o indivíduo, juntamente com suas relações sociais, pois como já dissertado o usuário é estudado pela mesma, sendo esse o objeto fundamental para realização dos corretos procedimentos tradicionais da área⁷

Tratando de uma análise do objeto de estudo proposto anteriormente, Rabuske (1987, p.14) define como objetos de estudos da Ciência, “Também o homem [...], a sociedade, os acontecimentos etc. são objetos da Ciência.” Portanto, se a Arquivologia estuda o seu usuário (indivíduos em relações subjetivas) com finalidade de conhecer suas aptidões informacionais (muitas vezes se portando diante delas, como que fossem/são fundamentais para uma boa Gestão Documental), para depois conceder-lhe as informações (que pode ser transformada em conhecimento) que os mesmos necessitam, o seu objeto científico poderá ser os sujeitos?

Sendo esses indivíduos considerados uma teia de relações no mundo vivido e natural, poderiam ser objeto de estudo da Arquivologia, ora, para discutir ciência não há delimitações.

7 Para acrescentar a ideia de Ciência exposta consultar RABUSKE, Edvino. **Epistemologia das Ciências Humanas**. 1. ed. Caixas do Sul: EDUCS, 1987. p. 15-19.

Deixar-se-á esta discussão para um outro trabalho e reflexão dos leitores. Mais adiante trataremos discussões acerca da Arquivologia como ciência.

A ARQUIVOLOGIA CONSTITUI-SE COMO UMA CIÊNCIA?

Destacam-se algumas abordagens que possivelmente apresentam a efetivação da Arquivologia como Ciência. Embora, para determinados leitores e teóricos estas pontuações sejam novidades, desde 2012, o autor Terry Cook (2012) abordou com maior propriedade e fundamentação teórica e conceitual a Arquivologia em um viés Pós-Custodial ou Pós-Moderna e científica.⁸

Rapidamente se faz considerações acerca da visão de Silva (2011) que apresenta a vinculação da Arquivologia à Ciência da Informação como possível caminho para o fortalecimento da Arquivologia, e sua ascensão científica.⁹

É notável que a Arquivologia seja oriunda das Ciências da Informação, todavia, os princípios, fundamentos, e teorias que se construíram durante décadas de muitas conquistas não podem ser esquecidos, e aniquilados de modo tão rápido, e/ou apenas porque há possibilidades supostamente viáveis para um

8 Recomenda-se consultar para melhor compreensão do conteúdo tratado o periódico traduzido deste teórico canadense, COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID.R Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 8- 9, jul./dez.2012.

9 Ver-se em Silva, Luiz Eduardo Ferreira da. Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de cientificidade. João Pessoa: [s.n], 2011. 88p, uma Arquivística que precisa se aproximar mais da Ciência da Informação para ser e/ou alcançar o “padrão” de “Ciência”.

progresso da Arquivologia, pois é a partir deles que a ela transpassará suas deformações teóricas.

Não se prenderá a discorrer acerca dessa visão de “progresso” para área. Acredita-se que deverão ser construídos mais discursos e outros caminhos que não comprometam o que já tem de fundamentos na Arquivologia. Continuará a apresentar no transcurso desse artigo, e nessa seção o que já veio-se mostrando nas outras seções.

Para dar-se fundamento aos argumentos que serão abordados posteriormente nessa seção, inicia-se com a definição de Castro (*et al* 1988, p.25, grifo do autor) que trazem, “ARQUIVOLOGIA é a ciência dos arquivos. É o complexo de conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização de arquivos e às tarefas do arquivista.” Poderia ter-se posto, Arquivologia, o estudos dos arquivos, ou de um conjunto/completo de documentos, contudo, os criadores dessa abordagem fizeram questão de por a “Arquivologia como a ciência dos arquivos”. Partindo das palavras desses autores ter-se-á o marco inicial do que será tratado com mais realce no decorrer dessa seção.

Uma breve definição de Ciência, Rabuske (1987, p.13), “é uma das espécies de conhecimento.” O complemento para Ciência, segundo Edvino Rabuske (1987, p.30) seria: “A técnica confirma a validade da Ciência”. Para acrescentar esse complemento, utilizará os argumentos dos autores Gadamer e Frunchon (1996, p.23) “Pois o que quer se entenda por *ciência*, não será encontrando regularidades [...]”. Portanto, a partir desses argumentos, é possível afirmar que não existe Ciência sublime, sem falhas, ou defeitos, mas que ela está a todo tempo em processo de lapidação, de forma que é constante seu processo de construção e desconstrução.

O primeiro conceito posto anteriormente é muito abrangente, e pode gerar diversas lacunas quando se fala acerca de uma Ciência constituída por métodos, e que requer um sistema

de explicações concretas e totalmente objetivas, que é o caso das Ciências Naturais. Ele ainda não é tão completo para as Ciências Sociais (para a Arquivologia), sendo assim, ficar-se-á com o segundo conceito (o complementar) e com os argumentos posteriores de Gadamer; Frunchon. Delimitar-se-á nos próximos parágrafos que Ciência possibilitará o melhor desenvolvimento da Arquivologia como área científica do conhecimento.

Algumas definições segundo Rabuske (1987) e Gadamer e Frunchoner (1996), para Ciências Humanas. A primeira é a definida por Rabuske (1987, p.59, grifo do autor), “São toda aquelas que estudam as *objetivações da subjetividade humana*.” A segunda, em Hans-Georg (1996, p.50) “as ciências humanas são consideradas ‘ciências morais’”. Esta última definição poderia ser uma espécie de complemento da primeira.

Acerca do método das ciências, Rabuske (p.106) define como, “procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir alguma coisa”. Lembrando que ele apresenta esta definição como introdução para a problemática dos métodos das ciências.

Para confrontar o conceito de que a Ciência só é Ciência se possuir um método, Gadamer e Frunchon (1996, p. 21), sustenta que, “É igualmente inútil, limitar a elucidação das Ciências Humanas a uma pura questão de método”, quebrando um paradigma dogmático, que há séculos constituiu-se nas visões de científicos, e dos idealizadores da Ciência e de tudo aquilo que a mesma comportaria, que seria o de que toda e qualquer ciência tem que possuir um “método”, pois sem o mesmo não se constitui uma ciência.

Gadamer e Frunchon (p.20) acrescenta, “Não se trata, em absoluto, de definir simplesmente um método específico, mas sim fazer justiça a uma ideia inteiramente diferente de conhecimento e de verdade”. Está exposto que necessariamente se prender a questões como, qual é o método desta ciência? Ele é

objetivo? É simplesmente, atrasar o avanço de uma Ciência que estuda as subjetividades dos sujeitos e suas relações em sociedade. Para concluir, Rabuske (p.127, grifo nosso), “a verdade [ou as essências das Ciências Sociais] não é atingida pelo método *objetivante*”.

No modo geral, as Ciências do Espírito (Sociais, ou Humanas), nas quais inclusa está a Arquivologia, segundo Dilthey Wilhelm (1883, s.p, apud EDVINO RABUSKE, 1987, p.64) “têm a realidade histórico-social por seu objeto”. Evidentemente esse objeto de estudo definido para as Ciências Humanas por Dilthey, tenderá a nortear discussões que levaram de maneira mais objetiva o definitivo objeto de estudo da Arquivologia.

Desta forma, faz-se necessário o uso da Filosofia e de alguns dos seus autores que abordam o assunto para entender-se melhor como se constitui uma Arquivologia Científica Humanística.

Vale destacar que a Filosofia contribui significativamente para as Ciências Humanas (Sociais, e a Arquivologia), segundo Rabuske (1987, p.141) das muitas contribuições pode-se destacar as de, “fornecer um conhecimento da essência do ser humano ou dos seus traços constitutivos. O que é o homem? Como se situa no mundo? Como se deve entender a razão, a liberdade, a historicidade, a sociedade etc.” Não afirmando que as origens dessas contribuições filosóficas integram inteiramente a Arquivologia, contudo de forma abrangente os estudos dos arquivos implicitamente ou explicitamente (isso dependerá de que uso se faz da mesma) realiza em certos pontos da gestão de documentos, dos estudos dos usuários externos, uma breve análise das indagações expostas anteriormente.

Ainda sobre a contribuição da Filosofia, Rabuske (1987) completa, “A Filosofia deve, inclusive, situar o próprio conhecimento científico e a atividade técnica no seu verdadeiro lugar”, que é em suma um dos grandes desafios posto a Arquivologia, e

que simplesmente, ainda não se conseguiu superar, ou solucionar (para os que veem como problema).

Portanto, é possível afirmar que a Arquivologia se constitui como uma Ciência Humana, pois as Ciências Sociais, na qual ela está inserida são originárias das Ciências Humanas, e têm em grande parte de suas essências, as ações e relações do indivíduo (principalmente) com a sociedade. Levando em conta que os procedimentos técnicos (produção em sequência) e artísticos (produz manualmente de modo inaugural), também sociais, juntos constituem a área como um campo científico, uma ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange aos assuntos abordados, ver-se uma busca e exposição de linhas de pensamento que podem guiar a disciplina de forma mais firme a uma Ciência. Devendo lembra-se de que o caminho da Arquivologia como campo científico consolidado já está em processo de criação, só resta persistência em entender que o inacabamento faz parte de qualquer ciência, e a construção de verdades é o que faz o saber científico valioso para a humanidade.

É essencial para uma sociedade em constante desenvolvimento político-social, uma Arquivologia que viabilize primeiramente a informação, que poderá ser transformada em conhecimento. Uma vez que um povo sem conhecimento de si próprio e do que verdadeiramente ocorre em sua volta, certamente, não caminhará com as suas “próprias pernas”, e sempre tenderá a ser nitidamente (ou de maneira implícita) manipulado por aqueles que visam obstruí-los intelectualmente, para o cumprimento intrínseco de seus interesses individualistas.

Visualizando uma Arquivologia científica que estuda os seus usuários internos e externos, antes mesmo da realização de suas metas técnicas, existe uma possibilidade de tê-los como

objeto científico dessa. Desta forma, quando o profissional da Arquivística estuda, principalmente, os usuários do arquivo permanente, (aquele destinado a pesquisas, consultas e estudos) antes de proporcioná-lo a informação, ele o torna de certo modo seu “objeto de estudo”.

É indispensável que o Estado democrático de Direito brasileiro, que vigora atualmente a chamada Lei de Acesso à Informação, possa criar meios que tornem cada vez mais os dados e/ou informações verdadeiramente públicos, essencialmente os assuntos que englobem a história e memória, em sua totalidade, da população brasileira.

Nota-se uma imensidão de estudos do campo da Filosofia que relacionados a temática abordada aprofundarão a Arquivologia como um campo científico. Quando se integra a Arquivologia definitivamente ao campo das Ciências Humanas, torna-se notável que ela é uma Ciência que estuda as inter-relações do indivíduo com a sociedade.

Conclui-se que é viável uma ampliação e (re)formulação de teorias que favoreçam o desenvolvimento da Arquivologia como uma ciência frente a outras disciplinas já bem difundidas teoricamente, pois esse é um dos métodos de transpassar os desafios para/da área solucionáveis através de discussões e produção científica/acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli.** v.18, n.37, p.61-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924_2013v18n37p61/25338>. Acesso em: 21 Nov. 2014.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Preservação documental:** Resgatar o passado, facilitar o acesso, construir o futuro. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2006/quartas_esther_bertoletti_2006.pdf>. Acesso em: 24 Nov. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. 118p.

BRITO, Djalma Mandu de. **A informação arquivística na Arquivologia pós-custodial.** Arquivistica.net. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 31-50, jan/jun, 2005. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=6588>. Acesso em: 21 Nov. 2014.

CASTRO, Astréa de Moraes. *et al.* **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988. 361p.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: R Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 8- 9, ul./dez, 2012. Disponível em: <www.revistas.usp.br/incid/article/download/48651/52722>. Acesso em: 17 Nov. 2014.

GAMADER, Hans-George; FRUNCHON, Pierre (Orgs). **O problema da consciência histórica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003. 72 p.

GODOY, Roberto. **Memória.** [S.n.t]. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/corpo-humano/memoria/>. Acesso em 02 de novembro de 2014.

LÍBERO, Genilda Alves de. **A Manipulação dos Dados Estatísticos pela Mídia Impressa**. In: Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação - Curitiba, PR - 4 a 7 de Setembro de 2009.

RABUSKE, Edvino. **Epistemologia das Ciências Humanas**. Rio Grande do Sul: Educus, 1987. 144p.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno ao científico**. Porto: Afrontamento, 2006. 176 p.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de cientificidade**. João Pessoa: [s.n], 2011. 88p.

SILVA, Tania de Oliveira. **Os limites constitucionais à liberdade de imprensa e o direito à informação verdadeira e democracia nos dias atuais**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 18 fev, 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47058&seo=1>>. Acesso em: 17 nov. 2014, 18:46:20.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Arquivo: centro de Informação e de difusão do conhecimento**. Idéia: João Pessoa, 2007. 61p.

VALENTIM, Lígia Pomim. **Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento**. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação. Londrina - PR, v.3 n.4, p.1-13, ago/02, 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm>. Acesso em: 17 nov. 2014.t

RELAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA: UM ELO EXISTENTE ENTRE A INSTITUIÇÃO JORNALÍSTICA A UNIÃO E SEU ACERVO FOTOGRÁFICO

Joseane Farias de Souza¹

Resumo

A fotografia teve sua gênese datada do século XIX e a partir de então se tornou comum ao homem contemporâneo. Nesse sentido, instituições jornalísticas adotaram-na como forma de desenvolver suas principais atividades. O Jornal A União utilizou esse recurso com essa finalidade e acumulou um acervo com aproximadamente 6.000 fotografias analógicas. Nesse sentido, o objetivo desse texto é refletir sobre a questão da organicidade que liga o acervo à Instituição para situá-lo enquanto arquivístico. Para a obtenção de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada que nos possibilitou entender a finalidade da Instituição e sua relação com a produção de documentos fotográficos. O trabalho fundamentou-se em autores como Bellotto (2008), Sousa (2009) e na Lei 8.159/91. Conclui-se que o acervo da Instituição é arquivístico porquanto o que o caracteriza é sua

1 Bacharelado em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba.

relação com a entidade produtora e sua gênese que se dá a partir do exercício funcional do órgão.

Palavras-chave: Acervo fotográfico. Informação Arquivística. Jornal A União. Organicidade.

INTRODUÇÃO

A fotografia tem uma trajetória iniciada na segunda metade do século XIX e tornou-se comum ao homem contemporâneo como forma de externalizar a sua visão de mundo.

O Jornal A União passou a utilizar a fotografia como forma de desenvolver sua atividade fim o que acarretou em um acervo fotográfico riquíssimo de informação. Nesse sentido, as fotografias são parte integrante da publicação das matérias, ou seja, são registros que compõem um contexto direto com os acontecimentos anunciados no Jornal.

Esse artigo objetiva refletir a questão da organicidade arquivística existente entre o acervo de fotografias e sua entidade mantenedora, o Jornal A União. Para a obtenção de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com a atual estagiária do Acervo, que nos possibilitou entender essa relação existente, como também, foi levantado conceitos de autores que contribuem cientificamente com a Arquivística.

A INSTITUIÇÃO E A ACUMULAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO ACERVO FOTOGRAFICO

A Superintendência de Imprensa e Editora A União, conhecida popularmente como Jornal A União, é um órgão da administração indireta do Governo da Paraíba e foi fundada em 02 de fevereiro de 1893 na capital paraibana. Com 122 anos, é o Jornal mais antigo em circulação no local. Suas publicações

remontam a um período de mais de um século no contexto paraibano.

Uma das maneiras que a Instituição utilizou para desenvolver suas atividades foi o emprego de fotografias a partir da década de 30, mas somente a partir da década de 70 é que seu uso nas matérias se intensificou, formando-se, assim, um conjunto documental riquíssimo em informação que contribuiu para a difusão do conhecimento de inúmeras trajetórias e épocas do estado paraibano.

O acervo possui, aproximadamente, 6.000 fotografias analógicas, e no momento está passando por procedimentos arquivísticos de descrição documental² realizado pela atual estagiária³. Por ser uma Instituição jornalística, o acervo conta com uma diversidade de fotografias das mais variadas temáticas que compreende desde o lazer à política.

Atualmente, a estrutura quanto ao expediente pode ser verificada na figura que se segue, onde podemos constatar, intrinsecamente, a estrutura organizacional.

Figura 1: Expediente do Jornal A União

SUPERINTENDENTE	DIRETOR ADMINISTRATIVO	DIRETOR DE OPERAÇÕES	DIRETOR TÉCNICO/EDITOR GERAL	COORDENADORIA TÉCNICA	ASSESSORIA TÉCNICA	EDITOR DE POLÍTICAS/ JORNAL A UNIÃO
Albigea Lea Fernandes	Murilo Padilha Câmara Neto	Gilson Renato de Oliveira	Walter Galvão	Ana Otília Meira	Waldemir Azevedo / Josy Porto	Felipe Gesteira

Fonte: Portal A União, 2016.

Por se tratar de uma extensão da administração pública, entendemos que os documentos do acervo são de natureza ostensiva, ou seja, sem restrição de acesso, franqueando a

-
- 2 Trata- de “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 67).
 - 3 Ana Cristina Coutinho Flor, estudante do 7º período do curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.

consulta tanto ao usuário interno, quanto ao usuário externo. Ressaltando, também, que em relação à Teoria das Três Idades, os documentos em questão estão no último estágio de evolução, o permanente.

O parágrafo 3º do art. 7º da Lei de Arquivos, assim dispõe sobre os documentos públicos permanentes “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (BRASIL, 1991).

Nesse contexto, trataremos mais adiante de conceituar arquivo, princípio da organicidade e, em seguida, pontuaremos acerca da relação orgânica na Instituição em questão.

CONCEITUANDO ARQUIVO E O PRINCÍPIO DA ORGANICIDADE

É de fundamental importância definir, em primeiro lugar, arquivos segundo a Legislação Arquivística, especificamente a Lei 8.159 de Janeiro de 1992, que em seu artigo 2º, dispõe que:

Consideram-se arquivos, [...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Notemos, porém, os arquivos não se formam artificialmente, mas naturalmente, visto que se constituem de documentos produzidos/recebidos, ou seja, acumulados, por “órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades

privadas [...] bem como por pessoa física”. Observemos, ainda, que não é qualquer tipo de documento, mas os produzidos em decorrência das funções dessas Instituições – constituindo um elo entre a entidade produtora e o produto gerado –, tratando-se, portanto, de um documento eivado de especificidades que se legitimam através dos princípios arquivísticos.

Segundo Camargo e Bellotto (1996 apud BELLOTTO, 2008), os princípios citados anteriormente são o da proveniência – segundo o qual os documentos de um fundo arquivístico – de uma instituição ou pessoa – não podem ser misturados a outros fundos; o da unicidade – que se refere ao caráter único do documento em função do seu contexto originário; o da organicidade – que é a condição segundo o qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas e, por fim, o da indivisibilidade – ou integridade, segundo o qual o documento perde seu sentido mediante alienação durante seu trâmite.

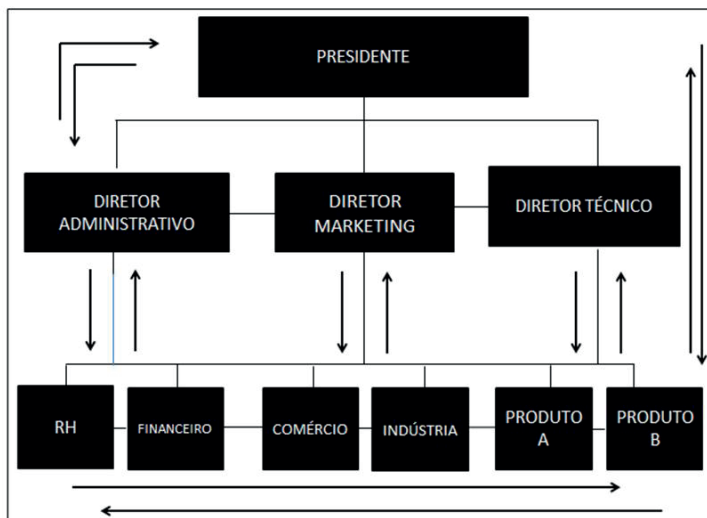
Para a autora, portanto, documento arquivístico é constituinte de um conjunto que obedece aos princípios citados anteriormente, bem como acumulados por uma entidade ou indivíduo no decurso de suas atividades e, que nasce por parâmetros de prova, pois segundo ela, “o documento de arquivo não nasce por razões informativas simplesmente e, sim, por razões probatórias”. (BELLOTTO, 2008, p. 4).

Para Sousa (2009, p.1), “as principais características da informação [arquivística], [...], é que ela deve ser registrada em um suporte material e ser resultado do cumprimento da missão da organização” e acrescenta que “esse tipo de informação recebe [...] o adjetivo orgânico, que a diferencia dos outros tipos de informações existentes nas organizações”.

Com base no exposto, podemos afirmar que o caráter orgânico, portanto, é o elemento norteador para designar um documento (informação + suporte) enquanto arquivístico,

como afirma Sousa (2009, p.2) “o que as caracteriza assim é a ligação umbilical que elas têm com a atividade que as gerou”.

Figura 2: Representação hipotética de uma Instituição enfocando o inter-relacionamento dos documentos produzidos (representado pelas setas)



Fonte: Modelo produzido pela autora, 2016.

É possível perceber na figura 2 que a entidade é um organismo, formado por partes inter-relacionadas, ou seja, os documentos produzidos possuem uma ligação interna ligeiramente ligada à finalidade da instituição, tornando-a um organismo dinâmico, mediador de informação e vivo.

RELAÇÃO ORGÂNICA COMO ELO ENTRE O JORNAL A UNIÃO E O SEU ACERVO FOTOGRÁFICO

Com a finalidade de veicular a informação em toda a Paraíba por meio do jornal impresso e, agora estendendo sua área de abrangência por meio das mídias digitais em virtude do advento das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, a princípio editado na plataforma *blogspot* e atualmente aprimorado por meio da criação de seu portal, o Jornal A União produz inúmeras fotografias em consonância com suas pautas de publicação.

Já vimos no desenrolar desse texto que um documento, para ser considerado arquivístico, necessita atender algumas características específicas, que devem ser pontuadas. A primeira delas refere-se à produção/recebimento do documento em função do exercício de atividades institucionais (BRASIL, 1991), nesse caso as fotografias que constituem o acervo são produzidas para integrarem o contexto das matérias editadas pelo jornal, ou seja, o acervo atende a essa característica de funcionalidade.

Esse fato também revela a relação orgânica existente, pois como já fora refletido anteriormente, os documentos de arquivo não são produzidos ao acaso, mas por razões de prova (BELLOTTO, 2008), e tem relação direta com a sua entidade produtora, caracterizada por uma “ligação umbilical” como pontuado por Sousa (2009).

Outra circunstância refere-se ao suporte e a informação nele registrada, quanto a isso Lacerda (2008, p. 88) argumenta que as fotografias “constituem um tipo de ‘escritura’ (feita pela ótica e pela química), sobre um suporte (filme, papel ou outro), que veicula uma evidência (no sentido de uma função documental e não no sentido de uma veracidade do conteúdo visual)”.

Cabe salientar para que as fotografias sejam caracterizadas como documento de arquivo necessita ter um elo entre a sua

gênese e a entidade que a produziu, dentro do contexto organizacional – envolvendo suas atividades funcionais- que lhe configurará caráter orgânico e arquivístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência de Imprensa e Editora A União é um órgão de grande relevância no cenário paraibano, porquanto é a entidade jornalística mais antiga em sua área de abrangência.

Pontuamos a grande quantidade de fotografias existentes no acervo acumuladas em mais de um século de fundação do órgão e as situamos no âmbito da Arquivística, ressaltando as características que respaldam essa colocação.

Não é exaustivo lembrar que os documentos da Instituição são documentos de arquivo porque fazem parte de um conjunto documental “de mesma proveniência, único, orgânico e indivisível, vindo a ser, [...] um suporte modificado por um texto (a informação) que lhe foi aderido e que foi produzido/recebido por uma entidade ou indivíduo em relação com uma atividade [...]” (VÁSQUEZ, 1988 apud BELLOTTO, 2008, p. 19).

Outro ponto mencionado no desenvolvimento do texto foi a natureza ostensiva do documento. Quanto a esse aspecto, cabe expor os artigos 4º e 5º da Lei 8.159/91 que dá legalidade ao acesso público desses documentos, onde dispõe,

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da

vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º - A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei (BRASIL, 1991).

Percebemos que acervos fotográficos arquivísticos se constituem enquanto um campo de pesquisa e práxis relevante para o âmbito arquivístico, pois é uma área para a aquisição e desenvolvimento de competências do profissional Arquivista frente ao tratamento informacional de documentos de suportes variados.

Por fim, podemos compreender que é preciso identificar os princípios da Arquivologia nos documentos para que possamos caracterizá-lo como sendo documento de arquivo, pois a informação arquivística possui especificidades que a diferencia dos outros tipos de informação.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO, Superintendencia de Imprensa e Editora. **Institucional**. Disponível em: <<http://auniao.pb.gov.br/institucional>>. Acesso em: 11 Mar. 2016

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. Ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BRASIL, Lei dos arquivos: Lei Nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 12 mar. 2016

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller**

durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. 258 f. Tese (Doutorado – História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NACIONAL, ARQUIVO. **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **A informação orgânica arquivística**. Disponível em: <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/informacaoorganicaarquivistica1.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2016.

DOCUMENTOS EM NUVENS: UMA ANÁLISE ARQUIVÍSTICA DA INFRAESTRUTURA PARA O USUÁRIO FINAL

*Elyvelton Yure Pessoa da Silva*¹

*Silvana Dias de Medeiros*²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar e discutir o arquivamento em nuvens, fazendo com que o leitor tenha uma visão do que seja esse tipo de guarda de documentos. Neste artigo, tratamos das empresas que oferecem o serviço de nuvens, como elas oferecem este serviço, quem são os seus usuários, e se estes usuários saberão como utilizar desse serviço. A metodologia utilizada foi uma revisão da literatura para situar os leitores sobre o que são as nuvens e também houve uma pesquisa empírica na qual testamos algumas nuvens. Os resultados indicam que o serviço de arquivamento em nuvens vem crescendo nas redes entre seus usuários e está cada vez mais acessível à população disponibilizando novas formas de guarda para arquivos digitais.

Palavras-chave: Arquivos. Empresas. Nuvem.

1 Graduando em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba. Email: elyveltonsilva@hotmail.com

2 Graduando em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba. Email: medeiros.sildias@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar e discutir o arquivamento em nuvens, fazendo com que o leitor tenha uma visão do que seja esse tipo de guarda de documentos.

Trataremos, nas seções seguintes, sobre seu surgimento, conceito, modelos de implantação e suas plataformas, e como empresas oferecem este tipo de serviço, posteriormente, identificar os seus respectivos usuários. Com intuito de dar uma visão maior para o profissional arquivística oferecendo uma flexibilidade, portabilidade e usabilidade, sobre softwares utilizados e como são disponibilizados, quais as suas vantagens e como essa forma de preservar documentos ajudará em seus arquivos. Podendo guardá-los sem a necessidade de um espaço físico e sem a preocupação de estar fazendo *beckaups*, pois a única necessidade é o uso da internet.

Este artigo foi estruturado em quatro seções, sendo a primeira introdução e a metodologia de pesquisa empregada, segunda seção discutiremos uma breve história do surgimento da computação em nuvem, na seção subsequente como algumas empresas oferecem este serviço ao usuário final, e a última seção é finalizada com considerações finais.

A metodologia utilizada foi de revisão de literatura de textos da área e analisamos dois serviços de arquivamento em nuvem, de modo a perceber como usuário o uso e relatar nossa experiência com essa tecnologia, como pode nos auxiliar em nosso meio acadêmico. Iremos abordar as interfaces dos programas apresentados e as dissecaremos, como forma de facilitar ao leitor que futuramente possa vir a ser usuário da nuvem.

SURGIMENTO DA NUVEM

Podemos dizer que o conceito de se arquivar em nuvem surgiu na década de 1960, através do cientista Joseph Carl Robnett Licklider, foi um dos que criou a computação em tempo real de forma que viesse ajudar o governo se interligar de qualquer lugar rapidamente e com eficiência, fazendo com que houvesse uma interatividade entre as pessoas, havia uma grande velocidade no processamento das interfaces e, com isso, fazia com que os computadores fossem utilizados nas decisões que eram propostos.

Jonh McCarthy, considerado o pai da inteligência artificial e também inventor da Lisp que é uma linguagem de programação, propôs que ela deveria ser uma computação compartilhada, e ser utilizada como um serviço de utilidade pública pode-se dizer que com um conceito tão brilhante naquela época revolucionou o mercado financeiro. Mas foi através de Ramnath Chellapp, um grande professor na área de Sistemas de informação, o primeiro a mencionar em uma palestra dada o termo computação em nuvem 1997, ela só veio se desenvolver em 1999. De acordo com Martins (2010, p.716):

O termo nuvem tem sido usado historicamente como uma metáfora para a internet. Seu uso foi originalmente derivado de sua descrição em diagramas de rede como um delineamento de uma nuvem, usados para representar transportes de dados através backnooes de rede até um outro ponto final do outro lado da nuvem.

Apesar de ter sido criada há alguns anos, só foi comercializada em 2008, sendo utilizadas por empresas de vários suportes, e que vem crescendo gradativamente, podemos observar que o mercado está se adequando a esse tipo de

tecnologia, que veio para transformar o modo de como armazenamos nossos documentos.

CONCEITOS

Podemos dizer que ainda não existe um conceito concreto para computação em nuvem, mas alguns autores tentam dar algumas definições do que seria esse tipo de armazenamento.

Machado, Moreira e Sousa (2009, p.3) definem computação em nuvem como “uma metáfora para internet ou infraestrutura de comunicação entre os componentes arquitetônicos, baseados em uma abstração que oculta à complexidade da infraestrutura”. Quando os autores dizem “uma abstração que oculta à complexidade de infraestrutura”, significa que o usuário final não deve ter um interesse de como e onde os seus arquivos estão guardados, já que esse tipo de arquivamento é uma abstração em si, o que importa é que sempre que ele acessá-lo os seus arquivos estarão lá.

O NIST (National Institute of Standards and Technology) afirma:

Computação em nuvem é um modelo que possibilita acesso, de modo conveniente e sob demanda, a um conjunto de recursos computacionais configuráveis (por exemplo, redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços) que podem ser rapidamente adquiridos e liberados com mínimo esforço gerencial ou interação com o provedor de serviços (NIST apud MACHADO; MOREIRA; SOUSA, 2009, p s/n.).

De acordo com Buyya et al (2009, 599), a computação em nuvem está se tornando uma das palavras-chave da indústria de TI. “A nuvem é uma metáfora para a Internet ou infraestrutura de comunicação entre os componentes arquiteturais, baseada em uma abstração que oculta a complexidade de infraestrutura.” Cada parte desta infraestrutura é provida como um serviço e, estes são normalmente alocados em centros de dados, utilizando hardware compartilhado para computação e armazenamento.

Figura 1: Fluxo para a nuvem³



Fonte: Google, 2016.

Ou seja, não é necessário ocuparmos um espaço físico no computador, pois iremos armazenar nossos documentos nas nuvens, sem ter a preocupação de perdê-los. Quando se faz migração para uma nuvem, não é necessária a compra de novos equipamentos, o que diminui muito os custos com essa nova tecnologia (DIAS; RODRIGUES; PIRES, 2012), o mais importante é ter o acesso à internet toda vez que for utilizar a nuvem.

3 Print tirado do site da Google. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Representação+de+pontos+potenciais+de+falha&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=jznIU4DbGqrMs-QTnmYK4Cg&ved=0CAYQ_AUoAQ&biw=1366&bih=667#q=falha+na+computa%C3%A7%C3%A3o+nuvem&tbm=isch&facrc=_&imgdii=&imgrc=fL1EF4MF_ShFNM%253A%3>> Acesso em: 19 jul. 2014.

TIPOS DE SERVIÇOS

A computação em nuvem divide em três tipos de serviços, Pontes (2014, p. 78) define a arquitetura que varia da necessidade do usuário, são elas:

Software como Serviço (SaaS): podendo ser utilizada por mais de usuário ao mesmo tempo, em qualquer lugar. No SaaS, o usuário não administra ou controla a infra-estrutura subjacente, incluindo rede, servidores, sistemas operacionais, armazenamento, ou mesmo as características individuais da aplicação, exceto configurações específicas.

Plataforma como Serviço (PaaS): ela facilita o uso de aplicações para o hardware. A PaaS oferece uma plataforma de desenvolvimento onde o software pode ser desenvolvido, testado e importado, ou seja, o ciclo de vida de um software pode ser operado em PaaS.

Infraestrutura como Serviço (IaaS): ela auxilia o PaaS e o SaaS, permitindo o acesso fácil e prático no armazenamento e na rede. O processamento, memória e armazenamento são configurados de forma escalável, isto é, o usuário pode configurar os recursos de acordo com a demanda de serviço.

MODELOS DE NUVENS

Existem quatro modelos de nuvens que uma instituição pode usar, sendo elas: privada, pública, comunidade e híbrida. Sua utilização varia muito e a forma de como vai se trabalhar.

Privado: este modelo é voltado para empresas, podendo ser uma nuvem local ou remota que é administrada pela própria instituição ou por terceiros.

Pública: é disponibilizado para o público em geral, que tenha acesso e esteja ciente deste serviço.

Comunitário: neste modelo, trabalha-se o compartilhamento por algumas organizações que apresentem os mesmos interesses, como: missão, políticas, considerações de conformidade.

Híbrida: ocorre interligação de duas ou mais nuvens, sejam elas privada, comunitária ou pública, que se consolidam como entidades únicas ligadas pela padronização ou propriedade tecnológica, que permite portabilidade de aplicações e de dados.

COMO AS EMPRESAS DISPONIBILIZAM O SERVIÇO DE NUVEM

Nesta seção do artigo, trataremos das empresas que oferecem o serviço de arquivamento em nuvem. Apontaremos quem são seus usuários, a forma que estas empresas oferecem o serviço, apresentaremos suas interfaces e as detalharemos para que os leitores compreendam seu funcionamento e possam utilizar este produto. Também, abordaremos como essa tecnologia pode ser usada como meio de preservação de arquivos digitais e de que forma o profissional arquivista pode utilizar esse recurso.

EMPRESAS

Hoje no mercado virtual, temos várias empresas que oferecem a nuvem para seus usuários guardarem seus arquivos e até trocarem os mesmos como mais uma forma de interação em rede. A seguir, mostraremos algumas delas.

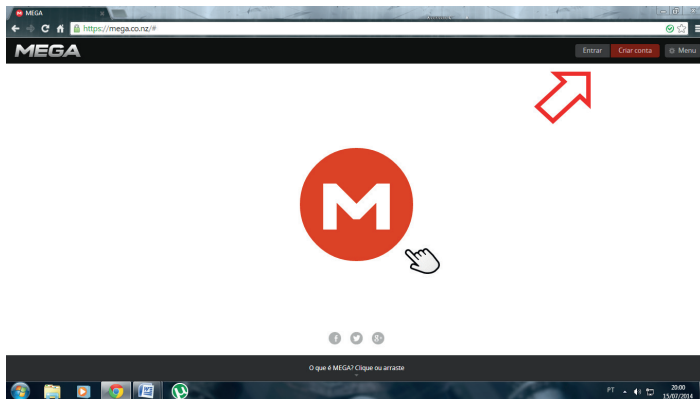
Mega

O idealizador deste programa foi Kim Dotcom, de nacionalidade alemã, o fundador do extinto site de MegaUpload, que disponibilizava arquivos em geral para download. Foi processado por pirataria e violação de direitos autorais. Teve seu site fechado pelo FBI em 2012 e seus bens congelados. Após ser preso na Nova Zelândia, ainda na cadeia, Kim já anunciava o lançamento de um novo site que substituiria o MegaUpload. Surge assim o Mega.

Em 2013, quando o programa foi lançado, ele oferecia uma nuvem gratuita com 50 gigas de tamanho para seus usuários padrão. Há também contas Pro, que são pagas e tem um tamanho maior disponibilizado. Sendo a Pro I, 500 gigas de armazenamento, 12 terabatites de banda larga, por 99.99 €, ou 302,01R\$; Pro II, oferecendo 2terabytes de armazenamento, 48 terabytes de banda larga por 199.99 €, ou 604,05R\$; e o Pro III disponibilizando 4 terabytes de armazenamento, 96 tera de banda larga por 299.99€, ou 906,09 R\$, estes valores apresentados são os pagos ao ano e esses planos mais voltados para empresas que desejem realizar a guarda de seu arquivo.

O programa oferece um aplicativo para smartphones, Iphones, Ipad, para que o usuário possa ter acesso a sua nuvem de qualquer lugar a qualquer momento, estando ele conectado à internet. A seguir, veremos sua interface, mostrando como interagir com a mesma.

Figura 02: Página inicial do Mega⁴

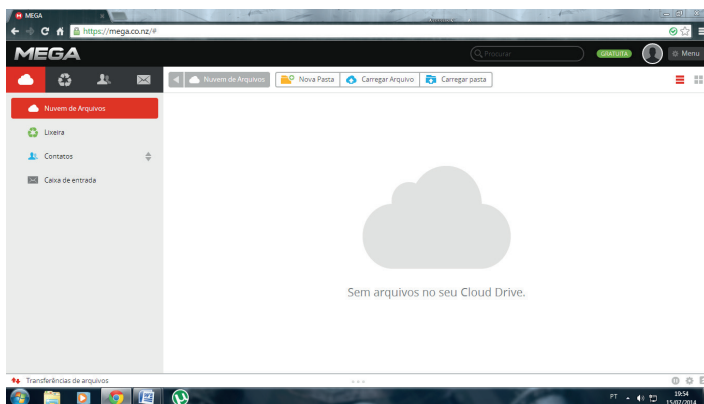


Fonte: Mega, 2016.

4 Figura 2. Print tirado do site do MEGA. Disponível em: < <https://mega.co.nz/> > Acesso em: 15 jul. 2014.

Esta é a página inicial do Mega, na qual se escolherá entre as opções: Criar conta, para os novos usuários, ou Entrar, para os que já possuem a conta. Ao entrar na conta o usuário irá se deparar com esta interface:

Figura 03: Interface do Mega⁵



Fonte: Mega, 2016.

Ela é totalmente intuitiva, fácil de operar. Este espaço já é a sua nuvem, na qual você pode carregar arquivos separados ou pastas inteiras. O Mega, assim como outros programas que serão descritos a seguir, oferecem um aplicativo que é instalado em seu computador que sincroniza uma pasta específica que se conectará a nuvem. Todo arquivo que for colocado nesta pasta automaticamente irá para sua nuvem.

O Mega foi criado com o objetivo de que seus usuários compartilhem arquivos entre si, e com outras pessoas que não conheçam este programa. Quando o usuário adiciona

5 Figura 3. Print tirado do site do MEGA. Disponível em: < <https://mega.co.nz/#> > Acesso em: 15 jul. 2014.

um arquivo no programa, tem-se a opção de gerar uma URL (Universal ResourceLocator), que é o endereço do arquivo na internet, a qual o mesmo pode disponibilizá-la em qualquer site, facebook ou outras redes, a fim de que outras pessoas interessadas possam ter acesso aquele arquivo específico. Nós, como usuário do Mega, consideramos um programa com muitas possibilidades em relação à preservação de arquivos digitais, pela facilidade de acesso que ele oferece e as diversas formas que o usuário pode acessá-los.

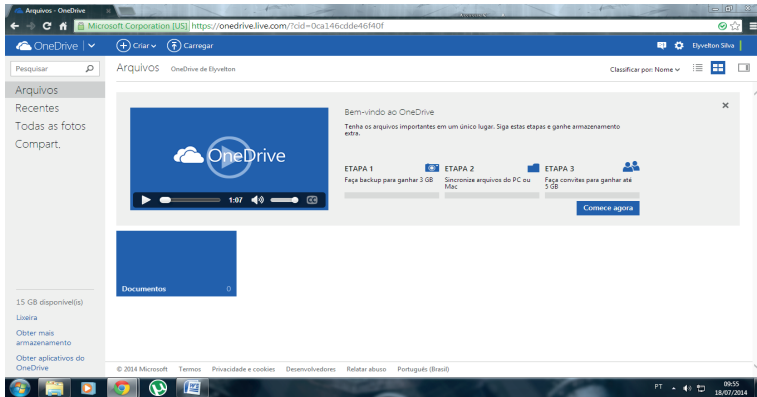
Possuímos uma conta gratuita desde o surgimento do site, nunca tive problemas com o programa, nossos arquivos nunca foram alterados de nenhuma forma e nem acessados por outras pessoas. É um programa seguro que nos oferece uma forma de guardar arquivos e, até se necessário, fazer um backup do disco rígido.

OneDrive

Serviço oferecido pela Microsoft, o OneDrive é a evolução do Skydrive. Depois de muitas pesquisas feitas pela empresa, os organizadores viram que, na sua grande maioria, os usuários tinham pelo menos cerca de 15 gigas de arquivos em suas máquinas. Agora o OneDrive oferece 15 gigas em sua nuvem para seus usuários gratuitamente, e para os que utilizam o Office 365, 1 tera na nuvem. O Office 365 é uma ferramenta que permite que seus usuários utilizem algumas ferramentas do pacote Microsoft Office em rede, um serviço em nuvem.

Toda pessoa que possuir uma conta no Outlook, acessado pelo Hotmail, tem uma conta no OneDrive que, para utilizar o serviço basta apenas entrar com o mesmo endereço de email e senha se sua conta. Ao entrar no serviço de nuvem, se deparará com a seguinte interface:

Figura 4: Interface do OneDrive⁶



Fonte: OneDrive, 2016.

A Microsoft incentiva seus usuários a usar seu produto oferecendo o aumento de espaço para a guarda de seus arquivos; através de *backup*, o usuário ganha 3 gigas e, trazendo novos usuários, poderá ganhar até 5 gigas a mais em sua nuvem. Os aplicativos para gerenciar a nuvem são disponibilizados para PC, Windows Phone, Tablets etc. no qual os usuários podem acessar a nuvem de qualquer lugar desde que tenha acesso à internet. Exemplo disso: no Windows Phone, o usuário ativa a opção de backup de fotos e vídeos. Sempre que o usuário praticar qualquer uma dessas atividades automaticamente suas fotos ou vídeos irão direto para sua nuvem.

Existem vários outros aplicativos de se salvar em nuvem como: Dropbox, Google drive, Google docs. Sendo assim, não há necessidade de sempre fazer *backups*, os seus arquivos ficam salvos na web em algum lugar, só esperando o usuário acessá-lo. Fica mais flexível seu uso e sem correr o risco de contaminar

6 Figura 4. Print tirado do site do OneDrive. Disponível em: < https://onedrive.live.com/?gologin=1&mkt=pt-BR > Acesso em: 18 jul. 2014.

seus arquivos com vírus ou perdê-los. Podemos dizer que hoje o armazenamento em nuvem é uma tendência que está crescendo entre os usuários de TI.

A NUVEM COMO PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO DIGITAL

Todos os programas que foram tratados na subseção anterior apresentam um aplicativo que é instalado nos computadores e criam uma pasta que fica diretamente conectada com a nuvem. Segundo Ferreira (2006, p. 24), “a preservação digital é a atividade responsável por garantir que a comunicação entre emissor e um receptor é possível, não só através do espaço, mas também através do tempo”.

Todo arquivo ou pasta que é salvo nesta pasta é automaticamente salvo na nuvem, apresentando a mesma organização de como foi salvo. A nuvem é, então, um espelho de como o arquivo digital é organizado dentro daquela pasta.

Estamos cada vez mais em um mundo moderno e devemos nós aperfeiçoar, para usar a tecnologia que está presente no nosso cotidiano, sem esquecer que os arquivos não podem perder da sua autenticidade enquanto documento.

Segundo Barbosa (2013, p. 31), “existem vários tipos de sistemas de armazenamento na nuvem, alguns com um foco específico, como por exemplo, arquivar *emails*, outros que lidam que com todo o tipo de dados e permitem a gestão remota”. Ou seja, temos uma diversidade de nuvens que nos permite uma escolha maior, e o usuário vai de acordo com sua preferência, podemos dizer que o armazenamento na nuvem como “serviço é um modelo de negócio em que grandes empresas alugam espaço das suas infraestruturas a outras empresas individuais.” (BARBOSA, 2013, p. 32).

Podemos concluir que os arquivos salvos em nuvem nos permitem uma flexibilidade de usá-los no momento em que precisarmos em qualquer lugar do mundo, basta se conectar à internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do artigo foi de mostrar como surgiu a ideia de computação em nuvem e seus conceitos. Apresentamos também empresas que oferecem esse tipo de aplicativo para o usuário final, visto suas vantagens e como essas empresas oferecem meios de sua utilização. É uma ferramenta nova e que poucos ainda confiam por ser um serviço em rede, mas que acreditamos que irá se espalhar com o avanço das tecnologias, podendo ser utilizada a qualquer momento só basta ter internet, que é o meio de interligar o usuário com a nuvem.

A nuvem é uma grande tendência no mercado para qualquer usuário, seja um usuário comum, empresa pública ou privada, possibilitando praticidade e rapidez ao utilizar esse serviço e futuramente veremos mais e mais serviços disponibilizados na mesma.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Pedro Marques. **UPBox**: armazenamento na nuvem para dados de investigação da U.Porto. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. p. 1-90, 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=277MU5T-gL6aX8QeTr4GYDg#q=BARBOSA%2C+Jos%C3%A9+Pedro+Marques.+UPBox%3A+armazenamento+na+nuvem+para+dados+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+da+u.porto>. Acesso em: 15 de jul. de 2014.

BUYA, R., YEO, C. S., VENUGOPAL, S., BROBERG, J., BRANDIC, I. (2009). **Cloud computing and emerging it platforms**: Vision, hype, and reality for delivering computing as the 5th

utility. Future Gener. Comput. Syst. 25(6):599–616. Disponível em: < <http://www.buyya.com/papers/Cloud-FGCS2009.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 17

FERREIRA, Miguel. **Introdução à Preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Ed. Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Portugal, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2014.

MACHADO, Javam C.; MOREIRA, Leonardo O.; SOUSA, Flávio R. C. **Computação em Nuvem**: Conceitos, Tecnologias, Aplicações e Desafios. III Escola de Computação Ceara, Maranhão e Piauí ERCEMAPI. EDUFPI. p. 150 – 175. 2009/12. Disponível em: < <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ercemapi/arquivos/files/minicurso/mc7.pdf>> Acesso em: 21 maio 2014.

MARTINS, Adriano. **Fundamentos de Computação em Nuvem para Governos**. Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Brasília. 2010. p. 716-728. Disponível em: <https://www4.serpro.gov.br/wcge2010/artigos/Artigo-Fundamentos%20de%20Computacao%20Nuvem%20para%20Governos.pdf>. Acesso em: 09 Jun. 2014.

PONTES, Glaucio Ranniere de Souza. **Arquivando nas Nuvens**: Um recurso estratégico para preservação de documentos arquivísticos digitais. João Pessoa. 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/3661/2/PDF%20-%20Glaucio%20Ranniere%20de%20Souza%20Pontes%20Parte%201.pdf>>/<<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/3661/1/PDF%20-%20Glaucio%20Ranniere%20de%20Souza%20Pontes%20Parte%202.pdf>> Acesso em: 21 maio 2014.

A IMPORTÂNCIA SOCIOCULTURAL DOS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

Vanessa Luma de Sousa¹
Zilmário Pitta Santiago Junior²

Resumo

O objetivo do presente artigo é destinado à pesquisa dos arquivos eclesiásticos, apresentando a sua definição e importância na sociedade para a construção da memória sociocultural. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico baseada nos teóricos: Bellotto (2005), Le Goff (1990), Jardim (1995) que deram suporte para o desenvolvimento desta temática. Os arquivos eclesiásticos possuem grande acervo documental que possibilita pesquisas científicas, a preservação da história da igreja, e o conhecimento da sociedade para um entendimento do passado no presente. Conclui-se que é de grande importância preservar e conhecer os arquivos eclesiásticos, assim proporcionando a informação contida em seus acervos para gerações futuras.

Palavras-chave: Arquivo Eclesiástico. Igreja Católica. Memória Sociocultural

1 Discente do curso Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.
Email: vanessa_luma@hotmail.com

2 Discente do curso Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.
Email: zilmariopitta@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com o surgimento da escrita houve o nascimento natural do arquivo, a sociedade sentia a necessidade de registrar seus atos, pois era uma maneira de controlar a administração, segundo Goody, (1986, p.121) a escrita [...] afetava não só as formas da interação como também ajudar a mudar a natureza das suas regras, substituindo pelo texto fixo a expressão oral variável.

Desde o surgimento dos arquivos, na Grécia, percebesse a íntima relação com a administração e o governo, conforme Ohira (2014, p.1) “os Arquivos surgiram nos séculos V e IV a C., como guardiães dos registros do estado e para apoiar administrativamente o governo”.

Na Idade Média, os conhecedores da leitura e escrita representavam uma maneira de ter poder. Foi o caso da Igreja Católica, que teve o monopólio sob o mundo letrado neste período. Algumas pessoas eram alfabetizadas, uma quantidade mínima tinha acesso às obras escritas, exceto os membros da Igreja.

Grande parte dos documentos de arquivos era de posse da igreja. A partir do Renascimento, que “foi um movimento, uma revivificação das capacidades do homem, um novo despertar da consciência de si próprio e do universo” (SICHEL, 1980, p.7). Com a reforma protestante, o poder da igreja sobre os arquivos eclesiásticos apresentou modificações. Foi possibilitado o acesso ao conhecimento que estava contido e reprimido pela igreja. Nesse âmbito, surgem novos arquivos e, conseqüentemente, a evolução gradativa da Arquivística.

O próximo momento, que significou grandes mudanças para o mundo, foi um marco na história dos arquivos, a Revolução Francesa, que propiciou o surgimento do Arquivo Nacional, quando os cidadãos passaram a ter acesso à documentação. Para Duchein (1992, p.17 apud RONDINELLI, 2011, p.124), “[...] os arquivos tinham permanecido cuidadosamente

fechados ou quando muito abertos a poucos pesquisadores [...]. Depois da Revolução Francesa, a noção de que a pesquisa em arquivo era um direito cívico foi sendo reconhecida cada vez mais [...].”

Nesse contexto, percebemos diante da trajetória do arquivo, a ligação com a memória. É necessário compreender os termos para ampliar o entendimento dessa relação, sendo assim, o arquivo, “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA 2005, p.27), é também um meio para guarda o registro da memória, servindo a pesquisadores interessados na história. Quanto à memória, é o processo que ajuda o futuro e faz a leitura do passado nos dias atuais (JARDIM, 1995, p.2).

Logo surgiu a necessidade de conservar e preservar todas as informações escritas, como ocorreu com a Igreja Católica. Nesse sentido, é importante considerar a grande concentração documental que a igreja absorveu, esse acervo significa uma diversidade cultural, pois acumularam textos, documentos, livros de várias disciplinas, batistérios, tratados, concílios etc.

Bellotto (2005, p.256) ressalta a importância dos arquivos eclesiásticos no olhar arquivístico.

A Igreja Católica, tem entre nós, uma tradição de organização arquivística de certa antiguidade. Os arquivos de algumas cúrias metropolitanas têm proporcionado trabalhos historiográficos de relevo, justamente pela possibilidade de uma adequada transferência de informação pela existência de razoáveis instrumentos de pesquisa.

O interesse nos arquivos eclesiásticos cresceu em grandes proporções nas últimas décadas, sendo a maior responsável por esta crescente pesquisa a Nova História Cultural, que apresenta novas abordagens, indica ao historiador a buscar fontes variadas, de conhecer o objeto, de problematizar, construir conceitos, investigar o sentido documental. Essas orientações conduzem a aprofundar os estudos, assim todo tipo de documento passou a ser pesquisado:

[...] ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduziu aos textos e aos produtos da arqueologia, uma arqueologia muitas vezes separada da História. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais; são coletados etnotextos. (LE GOFF, 1990, p.10).

Ao longo da sua história, a igreja católica arquivou um grande volume de documentos que relatam a sua memória e da sociedade. Assim, percebemos a necessidade de aprofundar os estudos sobre essa temática com o intuito de compreender a importância sócio cultural desses arquivos eclesiásticos na sociedade contemporânea.

ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

Os arquivos eclesiásticos surgiram do interesse em concentrar o poder, da necessidade da religião em registrar atividades em diversos fins, uma maneira de dominar os que não tinham leitura. Foi a partir do século IV que se têm testemunhos sobre conservação destes arquivos (ABREU, 2000) que são conjuntos

de documentos produzidos ou recebidos por uma instituição religiosa. Segundo Bellotto (2005, p. 38):

Arquivo é órgão receptor e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetivos primários do arquivo são jurídicos funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estives ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos; e que a fonte gerada é única, ou seja, é administração ou é a pessoa à qual o arquivo é ligado.

O termo eclesiástico significa segundo o Dicionário Português Léxico: relativo à igreja, ao clero cujos arquivos podem ser de diversas denominações religiosas, entre elas a católica, luterana, judaica etc.

A existência de arquivos eclesiásticos auxilia no processo de reconstrução da história e conservação da memória da sociedade católica, e como fontes primárias religiosa e civis representa um valioso arcabouço de informações. Grande parte dos documentos que esta sob o domínio da igreja é referida aos registros gerados pelas paróquias. Segundo Hayes (2008, n.p.), arquivos religiosos são:

Arquivos eclesiásticos podem ser descritos como uma coleção de documentos, e memoriais, relativas à origem, fundação, o crescimento, a historia, os direitos, privilégios, e constituições de uma diocese, paróquia, mosteiro, ou comunidade

religiosa sob jurisdição da igreja, o termo também é aplicado a um local ou depósito em que tais registros e documentos são mantidos.

A documentação conservada nesses acervos é um patrimônio de grande valia, pois o grande número de fundo que foram formados ao longo de suas administrações nas igrejas e em cidades que eram governadas pelos bispos tinha conteúdos específicos em suas atividades e era a igreja a detentora do conhecimento. A prática de depositar documentos de natureza civil em paróquias veio por meio do interesse dos religiosos católicos de organizar os arquivos eclesiais da época, e assim manter o controle do conhecimento.

Sobre a importância da produção desses arquivos; salienta a Igreja Católica (2007, 282), que:

[...] os arquivos conservam as fontes do desenvolvimento histórico da comunidade eclesial e as relativas à actividade litúrgica e sacramental, educativa e assistencial, que clérigos, leigos e membros dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica realizaram ao longo dos séculos, e continuam a realizar hoje em dia. Não raro, os arquivos conservam os documentos sobre a instituição das obras por eles patrocinadas e as inerentes às relações jurídicas entre as diversas comunidades, institutos e pessoas.

Estes arquivos são dotados de caráter privado; ao mesmo tempo de interesse público especialmente quando se trata de auxílios para pesquisas científicas, e além de patrimônio da

igreja, um bem da nação. A documentação contida nos arquivos é conservada para ser transmitida e utilizada. Esses acervos oferecem uma vantagem que permite acompanhar através dos registros os eventos de uma arquidiocese, acontecimentos religiosos, sua expansão geográfica.

A consulta ao acervo católico contribui para analisar a trajetória histórica de uma determinada Igreja e da sociedade a qual ela está inserida. Nesse sentido, percebemos como escritos da memória, um bem cultural vivo, era uma ferramenta de instrução da comunidade eclesial e civil ao longo das gerações e para o qual se torna necessário conservar esse legado.

ARQUIVOS ECLESIASTICOS NO BRASIL

A igreja, no Brasil, ainda não criou uma política arquivística que objetive uma gestão documental, para regulamentar e agregar a seus arquivos um padrão, e assim garantir a gerações futuras, o conhecimento de orientações passadas pela Comissão Pontifícia. No entanto foi criada em 25 de março de 1993, uma regulamentação na entidade religiosa católica de Roma, com a função básica de: presidir a tutela do patrimônio histórico e artístico de toda a igreja; colaborar na conservação do patrimônio das igrejas particulares e respectivos organismos episcopais; promover a sensibilização da igreja sobre esses bens. (COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 2008).

Em cada região do Brasil, os arquivos da igreja católica têm gestão própria, não existe um padrão arquivístico definido. Queiroz (2011) ressalta que o arquivo da igreja católica tem significativa importância para a ciência no Brasil, existe uma expressiva quantidade documental de valor histórico, cita a Lei 8.159/91 que ressalva a importância desses documentos, "no Art. 16, que "os registros civis de arquivos de entidades religiosas

produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social” (QUEIROZ, 2011, p. 58)

Dessa maneira, avaliamos a necessidade de inserir técnicas arquivísticas adequadas para proporcionar o acesso e a divulgação desse acervo, contribuindo com a pesquisa científica e permitindo a sociedade conhecer essa construção histórica e cultural.

A MEMÓRIA ECLESIAÍSTICA CONSTITUIDA NA SOCIEDADE

Para melhor compreensão da temática, podemos dizer que memória pode ser entendida como:

É um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 2004).

Observa-se, assim, que memória se apresenta como uma questão necessária na sociedade da informação, visto que atua como representação de fragmentos que mantêm uma coletividade e individualidade e que permite a edificação e a legitimação de uma identidade social.

Vivemos em uma sociedade globalizada em que a preservação da informação contida nos arquivos, inclusive os eclesiais, possibilita a formação do conhecimento através dos registros documentais e garantida a memória sociocultural para gerações futuras. Segundo (LE GOFF, 1990, p. 426), “o

estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

Os arquivos documentais da igreja católica possibilitam conhecer e analisar particularidades de uma época como exemplo: os registros que abordam os negros antes da abolição, através de uma padronização dos registros de batismos, que seguiam um mesmo formato em sua maioria. São consideradas fontes que se presta a um tratamento quantitativo, de grande utilidade para pesquisas demográficas, reconstituição de famílias, etc. Na época da escravidão, os registros das paróquias atestavam o nascimento, casamento e a morte dos escravos, como mencionou Ginzburg, (1991). Para Mathieu e Cardim (1990, p.114 apud JARDIM, 1995, p. 5), “os arquivos são praticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro.”

Os arquivos eclesíásticos, sendo uma reconstrução histórica, agem como ferramenta da memória, e preserva os valores existentes, assim como as suas documentações. Santos (2005, p.68) ressalta a importância desses arquivos:

O arquivo é considerando indispensável à igreja, não apenas para ser o elemento comprovador da sua presença no meio dos povos, mas também por lhe dar condições de se conhecer e de se fazer conhecer através dos registros seculares depositados nos fundos de informação arquivísticas.

Através do acervo documental percebemos que a igreja católica proporciona o conhecimento da sua própria história que se desenvolveu nos decursos dos séculos, inserindo-se nas múltiplas culturas das sociedades, sujeitando-se aos seus

condicionamentos e ao mesmo tempo transformando. Assim, os arquivos eclesiásticos são importantes centros culturais porque contribuem eficazmente para o desenvolvimento cultural na sociedade contemporânea.

Paulo (1995) salienta a importância e a riqueza dos bens culturais da igreja para a sociedade:

[...] em primeiro lugar, a riqueza artística de pintura, escultura, arquitetura, mosaico e música, colocada a serviço da missão da Igreja. Para estes devemos em seguida, adicionar a riqueza dos livros contidos nas bibliotecas eclesiásticas e os documentos históricos preservados nos arquivos das comunidades eclesiásticas. (PAULO, 1995, p. 1, tradução nossa).

Sendo assim, compreendemos que os acervos católicos têm grande valor para a sociedade, detentora de grande concentração documental que proporciona o entendimento e evolução nas diversas áreas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos de extrema importância o aprendizado desenvolvido na elaboração deste trabalho, tendo em vista nosso pouco tempo acadêmico até então. Diante do que foi pesquisado sobre arquivos eclesiásticos, podemos concluir que estes acervos são relevantes fontes de informação para pesquisas científicas e uma ferramenta que possibilita a preservação da história da igreja e construção da memória na sociedade, pois salvaguarda essas informações que estão presentes nos acervos católicos, é muito importante para o entendimento do passado, e

do presente, proporcionando as informações passadas para gerações futuras.

Percebemos que existe a real necessidade de conscientizar a sociedade sobre este bem cultural, e agente de construção de uma memória sociocultural, a riqueza de informação sobre a memória eclesial necessita ainda de vastas pesquisas, tendo em vista, que se devem resguardar corretamente estes acervos.

Acreditamos que este trabalho possa servir como forma de pesquisa e estudo sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo Permanente: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. Perfil. [2008?]. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_pro_20051996_sp.html>. Acesso em: 29 Nov. 2014.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GOODY, Jack. **O Estado, a repartição pública e o arquivo**. In: GOODY, Jack. A lógica da escrita e a organização da sociedade. Lisboa : Edições 70. 1986.

HAYES, P. J. Ecclesiastical archives. In: **CATHOLIC Encyclopedia**. [2008?] Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/01696a.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

IGREJA CATÓLICA. **A função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos**. Roma, 1997. Disponível em: <<http://www.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Gru/arquiv/CartaCircular.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014

JARDIM, J.M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, UNICAMP, 1990.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. **Arquivos Públicos do Brasil da Realidade à Virtualidade**. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf>. Acesso em 29 Nov 2014.

PAULO, João. Discurso aos membros da Pontifícia Comissão do Patrimônio Cultural da Igreja. 12 de outubro de 1995, n.3 **L'Osservatore Romano**. Edição semanal em Inglês, 25 de outubro de 1995, p.5.

QUEIROZ, Anna Carla Silva de. **Acesso e memória: a informação nos arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife**. João Pessoa, 2011. 103p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto

Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. 270p .
Disponível em: <http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_randinelli.pdf>.
Acesso em: 25 Nov. 2014.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica.** Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2005. 235p.

SICHEL, Edith. **O Renascimento.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

AS CONTRIBUIÇÕES DO SOFTWARE GDDOC PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO (IPM) DE JOÃO PESSOA

Raelma Kécia Dantas Palmeira¹

Vitor Hugo Teixeira Araújo²

“Deixa tua vocação literária explodir no impulso de vida que corre em tuas veias. Não tenhas a pretensão de escrever melhor que outros. Basta-te a certeza de que ninguém pode escrever igual a ti.”

(BETTO, 1987, p. 16)

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise da gestão de documentos aplicada no Instituto de Previdência do Município (IPM) de João Pessoa a partir de seu setor de protocolo, e tem como objetivos analisar as contribuições do software GED adotado para a gestão dos documentos da instituição e avaliar as

1 Graduada em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba. Email: raelmakécia@gmail.com

2 Graduando em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba: Email: vitorhugo-teixeira@hotmail.com

condições de seu arquivo em decorrência dessa gestão. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, embasada em autores reconhecidos na área da gestão documental sob a perspectiva da arquivística integrada. Os dados foram coletados por meio de observação direta e revelam que a implantação do sistema informatizado contribuiu para a solução de consideráveis problemas, como a perda de processos de aposentadorias e pensões e a dificuldade de acesso a eles mesmos; no entanto, há ainda algumas barreiras quanto à sua aplicabilidade. Indicou-se a implantação de uma política de acesso e acompanhamento online da tramitação dos processos pelos beneficiários do instituto, com vistas a garantir maior agilidade e eficiência no seu atendimento. Conclui-se que as imperfeições identificadas são justificadas pela ausência de políticas de valorização profissional do arquivista.

Palavras-chave: Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Gestão de documentos. Informação arquivística. Visibilidade do arquivista.

INTRODUÇÃO

A gestão dos documentos, definida como o “conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos” (DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996), tem sido amplamente discutida e ainda é tida como um desafio por diversos contextos administrativos em todo o mundo, sobretudo após a Revolução Francesa, ocorrida no fim do século XVIII, quando o Arquivo Nacional deixou de se constituir enquanto um privilégio dos órgãos de poder e passou a adotar uma política de acesso aberto ao cidadão comum.

A necessidade da difusão do conhecimento acerca de práticas arquivísticas para uma gestão eficiente despertou, no curso da

história, o interesse de diversos estudiosos, a exemplo de Michel Duchein, historiador francês que se estabeleceu como uma das personalidades estrangeiras de maior influência na arquivística brasileira, até hoje admitido pela academia. Apesar do exposto, o presente estudo adotou, em sua maioria, referências de publicações razoavelmente recentes, como garantia de uma maior aproximação ao contexto atual da gestão de documentos.

Adotou-se, para uma exploração, o Instituto de Previdência do Município (IPM) de João Pessoa – a autarquia responsável por gerir a previdência do quadro efetivo de funcionários da Prefeitura Municipal. A partir de um diagnóstico realizado através da observação direta com ênfase para a utilização do *software* GDDoc GED, os dados coletados foram interpretados, oportunizando proposições de medidas importantes a serem adotadas para uma significativa melhoria da gestão arquivística no IPM. Ademais, o arquivo da instituição também foi submetido a uma observação e a algumas proposições consideradas convenientes.

A presente pesquisa estuda a aplicação do GDDoc GED a partir do protocolo do IPM. A GDDoc é uma empresa pesense especializada na gestão de documentos pelo uso das tecnologias da informação. Dentre as aplicações da palavra protocolo, abordamos aquela que define os “setores encarregados do recebimento, registro, distribuição e movimentação dos documentos em curso” (PAES, 1997, p. 27), com o objetivo de identificar e analisar as contribuições desse *software* para a gestão arquivística da referida instituição, cujos resultados oportunizam um parâmetro para a análise da viabilidade de sua adoção por outras organizações.

Pretendeu-se, através desta pesquisa, prestar consideráveis contribuições tanto para o meio social quanto para a academia. No âmbito social, essas contribuições se evidenciam pela significativa melhoria da gestão arquivística do IPM – um órgão cujos serviços são prestados à sociedade –, por meio da adoção das

devidas medidas propostas elaboradas a partir da interpretação dos dados levantados. Além disso, com o seu acesso por outros órgãos, sejam eles públicos ou o privados, essas contribuições poderão se estender em grandes dimensões. Cientificamente, a pesquisa presta a sua colaboração à arquivologia como um todo, ao abordar um tema de valor reconhecido pela academia, que é a gestão de documentos atrelada ao uso de novas tecnologias. Dessa forma, a publicação do trabalho poderá servir como base e referência para posteriores estudos e publicações.

Apesar do desafio de se colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula em uma instituição marcada pela complexidade de muitos setores e de mais de duzentos funcionários, desfrutou-se de uma favorável liberdade para a captação dos dados e de uma certa facilidade na sua interpretação, em virtude do fato de uma das responsáveis pela investigação atuar na referida instituição: a integrante Raelma Palmeira é funcionária do IPM, lotada no setor de Folha de Benefícios.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO (IPM)

O Instituto de Previdência do Município (IPM) de João Pessoa foi criado em 26 de abril de 1984, pelo cumprimento da lei Municipal nº 4.312. Devido às novas regras impostas aos Institutos de Previdência, foram extintos do IPM, em 27 de novembro de 2000, com a Lei nº 9.293, os serviços de assistência, passando a gerenciar apenas o serviço de previdência dos servidores municipais. Está situado na Av. Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166 – Centro da capital João Pessoa.

Entende-se por previdência as medidas governamentais que dão suporte financeiro ao trabalhador e suas famílias, por meio de aposentadoria ou pensão, em caso de enfermidade e/ou atingimento da idade própria para aposentadoria. Isso posto, o IPM é a autarquia responsável por gerir a previdência do quadro

efetivo de funcionários da Prefeitura Municipal de João Pessoa e sua atividade principal compreende a prestação dos serviços de análise, concessão e revisão de aposentadorias e pensões; recadastramento e atualizações de dados cadastrais dos beneficiados; e concessão de contracheques. Para tal, conta com um quadro de 215 funcionários.

A investigação foi realizada buscando-se alcançar a perspectiva da arquivística integrada, que “se preocupa com o tratamento da informação desde o seu nascimento até seu destino final” (Garcia, 2002, p. 46), e, assim, não se restringindo apenas à realidade do arquivo da instituição. Desse modo, para esclarecer e reforçar a necessidade dessa investigação na gestão documental do IPM e considerando a sua influência nas condições de seu arquivo, observemos a afirmação de Sousa (2008, p. 80):

Entender o modo como as organizações se estruturam e como executam suas funções e atividades é compreender como os documentos são acumulados. Trata-se do resultado de um ato desenvolvido e, na maioria dos casos, cotidianamente repetido.

Além disso, a Lei 8.159 – Lei de Arquivo – intensifica a necessidade da contribuição do profissional arquivista para a gestão dos documentos, ao determinar que a gestão dos documentos públicos na fase corrente é de competência das instituições arquivísticas. Entretanto, se, por um lado, as leis determinam o que e como tudo deve proceder; por outro, isso não garante que os seus subordinados irão concordar com todas as suas imposições. Partindo dessa premissa e entendendo a real necessidade da atuação do profissional arquivista também

na fase corrente dos documentos, sirvamo-nos do incentivo de Schmidt e Smit (2014, p. 196):

Durante muito tempo, principalmente no período das Arquivologias Clássica e Moderna, para as Funções consideravam-se atividades de recolhimento, tratamento, conservação e acesso aos documentos quando destes já no âmbito do arquivo, ou seja, operações que o arquivista deveria realizar ‘dentro’ dos arquivos, com ‘os documentos em mãos’. Atualmente, alguns ‘cenários documentais’ exigem que essas atividades/ operações aconteçam também ‘fora’ dos arquivos. E isso não necessariamente porque os documentos não são mais ‘físicos’, e sim devido às possibilidades em trabalhar com a gênese documental, a gestão dos documentos [...]

Direcionando essas proposições para o âmbito da gênese documental no IPM, atentemos para uma descrição da conjuntura vigente em seu setor de protocolo.

O PROTOCOLO DO IPM

O protocolo do IPM está vinculado ao setor de Administração Geral e suas rotinas abrangem as atividades de recebimento, protocolização e distribuição de documentos aos demais setores e à prefeitura. Para isso, trabalha-se com o *software* GDDoc GED, versão 1.0 – sistema eletrônico de gerenciamento de documentos licenciado pelo IPM após longo período de frequentes panes ocorridas no *software* anterior, ainda utilizado pela prefeitura.

Dentre os principais serviços oferecidos pela empresa GDDoc, estão a digitalização de documentos, uma operação realizada com vistas a reduzir o custo com cópias e o tempo gasto no seu acesso, e a aplicação de instrumentos arquivísticos como a tabela de temporalidade, auxiliando na avaliação e destinação dos documentos produzidos e acumulados. Apesar do leque de serviços arquivísticos que a empresa oferece, a versão implantada no IPM não exerce influência no seu arquivo, limitando-se às operações desempenhadas pelo setor de protocolo.

O sistema implantado pelo IPM é composto pelos seguintes acessos: *Abertura do processo*, *Tramitação do processo*, *Folha de transferência do processo*, *Aceite do processo*, *Modificação do processo*, *Alteração de data, mês e ano*, e *Criação e modificação de assuntos e setores*, pelos quais faz o acompanhamento dos documentos da instituição. A imagem a seguir consiste em um *print* capturado a partir do sistema GDDoc GED no protocolo do IPM e indica as várias possibilidades de consulta e execução de diferentes tipos de processos:


Imagem 1: Registro do recebimento de processos

#	Nº Protocolo	Data Inclusão	Origem	Assunto	Interessado	Situação	Tipo	Recebido	Dias	Controle
1	1388/2014	21/11/2014	DIV-PRE	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	JOSÉ LEITE FILHO	Em Andamento	Processo de Aposentadoria por invalidez	Sim	273	[+]
2	2020/2015	27/03/2015	PROTOCOLO	APOSENTADORIA POR IDADE	RONALDO DO AMARAL MODESTO	Em Andamento	Processo de Aposentadoria Por idade	Sim	44	[+]
3	2073/2015	07/04/2015	GAB-SUP	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	JANILSON SIMPLICIO DA SILVA	Em Andamento	Processo de Aposentadoria por invalidez	Sim	329	[+]
4	2255/2015	14/05/2015	DIV-PRE	AUTORIZAR A AVERBAÇÃO	EXPEDIENTE Nº 01/2015 SUPERINTENDENTE DA EMLUR	Em Andamento	Processo Administrativo	Sim	367	[+]

Fonte: Protocolo do IPM – Dados da pesquisa (2016)

Para requerer pensão ou aposentadoria de um beneficiário, o servidor o faz no próprio sistema, preenchendo os seguintes formulários na plataforma do GDDoc GED:

Imagem 2: Formulário de requerimento de aposentadoria



Requerimento de Aposentadoria

Nome Completo*:

Data de Nascimento*: E-mail:

CPF*: RG*:

Telefone*: CEP:

Endereço*: Número:

Complemento: Bairro*:

Estado*: Cidade*:

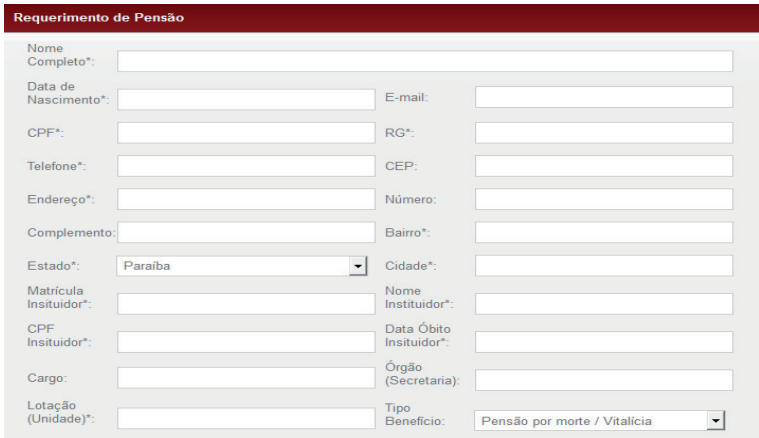
Matrícula*: Cargo:

Órgão (Secretaria): Lotação (Unidade)*:

Tipo Benefício:

Fonte: Protocolo do IPM – Dados da pesquisa (2016)

Imagem 3: Formulário de requerimento de pensão



Requerimento de Pensão

Nome Completo*:

Data de Nascimento*: E-mail:

CPF*: RG*:

Telefone*: CEP:

Endereço*: Número:

Complemento: Bairro*:

Estado*: Cidade*:

Matrícula Insituidor*: Nome Insituidor*:

CPF Insituidor*: Data Óbito Insituidor*:

Cargo: Órgão (Secretaria):

Lotação (Unidade)*: Tipo Benefício:

Fonte: Protocolo do IPM – Dados da pesquisa (2016)

Após o preenchimento do formulário, é gerado o seu respectivo requerimento, que será parte integrante do processo, juntamente com os demais documentos necessários. Após sua conclusão final – deferimento ou indeferimento –, o processo é arquivado na ficha funcional do servidor, no arquivo do IPM.

O ARQUIVO DO IPM

Segundo Sousa (2014, p. 6) “os documentos arquivísticos não constituem um conjunto formado em vista de uma finalidade específica: eles representam, mais que tudo, o produto das atividades do sujeito criador.” Dessa forma, também pela observação direta e pelo contato com os profissionais do arquivo do IPM, foram coletadas informações relevantes, as quais contribuem para o rendimento do empreendimento como um todo, tendo em vista que o processo de acumulação dos documentos atribui, ao longo do tempo, características que passam a ser intrínsecas ao arquivo, cuja “principal finalidade [...] é servir à administração” e cuja função básica é “tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.” (PAES, 1997, p. 20).

Assim, entende-se que a tomada de conhecimento acerca das formas de acumulação dos documentos permite que sejam revelados aspectos importantes da gestão documental de toda e qualquer instituição.

A partir da observação aplicada, tornaram-se possíveis a identificação dos principais problemas enfrentados e as devidas proposições de medidas importantes a serem adotadas para a melhoria das condições de seu acervo, cuja ordenação foi executada optando-se pela ordem numérica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Detectou-se que a implantação do sistema informatizado contribuiu para a solução de duradouros e graves problemas, como a perda de processos e a dificuldade de acesso a eles mesmos. Ainda assim, foram identificados desafios pertinentes, conforme detalhamento a seguir.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS E PROPOSIÇÕES PARA MELHORIAS NO PROTOCOLO

Apesar dos benefícios ofertados pela implantação do novo *software*, foi identificada a seguinte ocorrência: apesar de muito útil à instituição, a prefeitura do município não acompanhou o IPM na implantação do GDDoc GED. Assim, ao receber um documento da prefeitura, o protocolo do IPM lhe atribui uma nova combinação, no desempenho natural do sistema, porém, sem descartar o seu número original, atribuído pelo protocolo da prefeitura. Então, para fazer uso do GDDoc GED sem alterar o número do protocolo original, é criada, pela equipe do protocolo do IPM, uma nova capa para o documento. Caso contrário, quando necessário o retorno do documento à prefeitura, ele seria tido como novo, o que dificultaria o acesso e o desenvolvimento das atividades de modo geral. A imagem 4 consiste em um *print* obtido do antigo *software* utilizado, ainda adotado pela prefeitura:

Imagem 4: Acompanhamento de processos pelo antigo software

The screenshot shows a web-based interface for process tracking. At the top, there are navigation tabs: "Tramitar Processo", "Localizar Processo", and "Aceite de Processos". Below these are search fields for "Diversos Processos", "Nº do Processo" (with a search icon), and "Ano". The form includes fields for "Interessado:", "Assunto:", "Requerente:", "Últ.Tramitação:", "Secretaria:", "Complemento:", "Telefone:", "Origem:", "Secretaria:", "Setor:", and "Situação:". Action buttons include "Tramitar", "Cancelar", and "Comprovante".

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS						
ENTRADA				SAÍDA		
Data	Hora	Sec./Setor	Situação	Usuário (Recebido por)	Data	Hora

Fonte: Protocolo do IPM – Dados da pesquisa (2016)

Além do problema específico relacionado ao GDDoc GED, foi constatado que: 1) O caderno de protocolo, apesar de muito útil quando tido como o único recurso para o acompanhamento de pequenos volumes documentais, ainda é utilizado pelos funcionários, evidenciando certa incompreensão e/ou dúvida quanto à autonomia do *software* adotado para o registro e controle do fluxo documental; e 2) Não há, no setor, nenhum profissional arquivista. Aliás, em todo o IPM, há apenas uma arquivista formada – funcionária do arquivo da instituição.

Pela análise do desempenho do protocolo do IPM e pela identificação de suas respectivas imperfeições, as seguintes posições foram viabilizadas:

- Para que seja sanada a confusão entre os dois sistemas de protocolo, deve-se promover uma unificação do *software*, adotando-se uma das seguintes medidas: 1) A implementação do GDDoc pela prefeitura, ou 2) Uma readoção do *software* da prefeitura pelo protocolo do IPM, após o seu devido tratamento pelos profissionais cabíveis, com vistas à ausência de panes.

- O investimento em uma melhor capacitação da equipe do protocolo quanto à autonomia e eficiência do uso do *software*, tornando-se dispensável, por exemplo, o uso do caderninho. Para isso, medidas relevantes podem ser tomadas pela prefeitura e destinadas a todos os seus órgãos subordinados cabíveis, seguindo-se, por exemplo, a iniciativa do Arquivo Nacional, que realizou, no Rio de Janeiro, o Curso de Procedimentos de Protocolo, ministrado por técnicos da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (COGED). Segundo a notícia divulgada em seu portal na internet, o curso teve o objetivo de apresentar e discutir os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS E PROPOSIÇÕES PARA MELHORIAS NO ARQUIVO

Das informações coletadas no arquivo do IPM, especificamos os desafios mais relevantes, do ponto de vista organizacional:

- I- **Ambiente físico:** há infiltrações; não há um aparelho desumidificador; o acervo é submetido a uma temperatura irregular pelo uso corriqueiro do ar-condicionado; há janelas em locais indevidos; e a quantidade de arquivos deslizantes para o acondicionamento dos documentos é insuficiente.
- II- **Mecanismos de funcionamento:** O arquivo não conta com os instrumentos essenciais de classificação (plano de classificação) e de avaliação (tabela de temporalidade); nunca foi estabelecida, no IPM, uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), para a

devida eliminação dos mesmos; há, no arquivo, uma certa quantidade de massa documental acumulada (MDA); e, do total de quatro funcionários do arquivo, apenas um possui formação em Arquivologia.

De acordo com as informações obtidas, percebe-se com clareza as medidas a serem adotadas para uma significativa melhoria nas condições do arquivo do IPM. Para o seu ambiente físico, nota-se a necessidade urgente de um reparo nas paredes, contendo a infiltração, além de providências quanto à má distribuição das janelas; a aquisição de um aparelho desumidificador, com correção do uso do ar-condicionado, de forma a não mais afetar a conservação dos documentos; e a aquisição de estantes deslizantes, de acordo com a necessidade atual e com uma estimativa da acumulação de documentos para os próximos anos.

Por fim, e não menos importante, para um padrão de funcionamento do arquivo, além das medidas a serem adotadas para o seu ambiente físico, têm-se evidentes as necessidades de criação do plano de classificação e da tabela de temporalidade para a organização do acervo e o controle da MDA, medidas essas notabilizadas pela criação de uma CPAD – esta que, para ocorrer de maneira eficaz, exige a aplicação das práticas arquivísticas apropriadas, o que só é possível pelo esforço e determinação de competentes arquivistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em média, a tramitação de um processo de aposentadoria ou pensão no IPM dura um período de 30 a 40 dias (sem pensar nessa nova reforma da previdência, porque a estimativa é que aumentem os anos, desde a sua entrada até o deferimento ou indeferimento, e o seu acompanhamento pelos beneficiários é realizado apenas presencialmente. Esse tempo poderia ser

reduzido se, pela ação do poder público municipal, fosse implantada uma ferramenta pela qual os cidadãos pudessem realizar, a distância, o acompanhamento dos processos, como ocorre no âmbito federal, em que o Ministério da Previdência Social disponibiliza o *e-recursos*, uma ferramenta que permite aos usuários acompanhar todas as etapas processuais de um recurso administrativo contra uma decisão do INSS (PORTAL BRASIL, 2012). Com a implantação de um instrumento semelhante no âmbito do IPM, os beneficiários poderiam, entre outras etapas, fornecer seus dados via internet, agilizando o processo.

Além de facilitar o acesso ao cidadão, a iniciativa do Ministério da Previdência economiza tempo e dinheiro, tanto dos segurados como da própria Previdência, uma vez que os recursos podem ser requeridos *on line*. Segundo a notícia publicada no Portal Brasil, antes de a ferramenta ser implantada, todo o processo de recursos era físico e manual, e, conseqüentemente, mais demorado e caro. Com a ferramenta, esse prazo caiu de 85 para 27 dias, em média, a contar do momento em que o processo chega à Junta de Recursos e até uma decisão final. Acredita-se que o mesmo poderia ocorrer com os processos no IPM, pela implantação de uma ferramenta semelhante.

Acerca da escassez de profissionais arquivistas no IPM, temos a seguinte observação: Melo (2015, p. 137), ao relatar que “toda a estrutura político-administrativa deu-se com o processo escrito, gerando uma quantidade enorme de informação que necessitava de um funcionário”, traz à luz a significância dos secretários de governo e de seus consideráveis requisitos, necessários para uma boa administração da escrita já no Brasil colonial. Entendemos, portanto, que, com o desenrolar da história e o expressivo desenvolvimento da administração pública até o seu quadro atual e, ainda, com a especificidade da atuação arquivística, a inexistência do profissional de domínio no setor de protocolo do IPM caracteriza um problema que tem ocasionado

profundas dificuldades no controle do fluxo documental, resultando em maiores complicações para a organização do acervo como um todo, como constatado no arquivo da instituição.

Vale salientar que o presente empreendimento é resultado dos esforços de estudantes ainda no segundo período da graduação em Arquivologia, em cumprimento às exigências curriculares, justificando presumível indício de finitude. Sobre isso, Frei Betto (1987, p. 17) esclarece: “Nas letras há um tempo para ler e um tempo para ruminar o que se leu; há um tempo para se engravidar de uma intuição, ideia, imagem ou história, e um tempo para levá-las ao papel em sinais gráficos.” Com essa concepção, aposta-se no desenvolvimento constante dos responsáveis enquanto escritores e pesquisadores e na sua efetiva contribuição para a sociedade e para a Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Curso de procedimentos de protocolo**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2509&sid=40>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BETTO, Frei. **O Dia de Ângelo**. Editora Brasiliense, 1987.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 1982.

GARCIA, Olga Maria Correa; SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. A aplicação da arquivística integrada,

considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, v. 7, n. 1, p. 41-56, 2002.

INNARELLI, Humberto Celeste; SANTOS, Vanderlei Batistas; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. In: SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico**. 2. Ed. Distrito Federal: SENAC, 2008. Cap. 2, p. 80.

MELO, Josemar Henrique de. Os acervos coloniais e os Secretários de Governo das Capitanias: o início dos arquivos no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2015.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. FGV Editora, 1997.

PORTAL BRASIL. Usuários contam com e-recursos para consultas a processos da Previdência. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/10/usuarios-contam-com-e-recursos-para-consultas-a-processos-da-previdencia>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; SMIT, Johanna W. **De marcos teóricos fundamentais a abordagens contemporâneas da arquivística: algumas considerações**. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 15., 2014. Anais... Belo Horizonte: PPGCI-ECI/UFMG, 2014. p. 184-198.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 8, n. 1-2, 2014.

EFICÁCIA DOS EPIs: ESTUDO DE CASO SOBRE O USO E PROTEÇÃO DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB DURANTE O PERÍODO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Cláudia Vital Ribeiro¹

Rejane Rosa Medeiros de Moura²

Resumo

Este artigo trata de uma análise através do estudo de caso sobre o uso adequado dos EPIs (equipamentos de proteção individual) pelos alunos no ambiente de estágio obrigatório do curso de arquivologia do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2016. A pesquisa é de abordagem qualitativa e o método comparativo. Usou-se como instrumento um questionário com os estudantes do P6, P7 e P9 que estão estagiando em diversas instituições públicas e privadas, analisando o uso dos EPI's. Em um universo de aproximadamente 50 estagiários, colhemos uma amostra de 10 estudantes. O objetivo deste trabalho é avaliar se

1 Graduada em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba, email: claudiavital7@hotmail.com

2 Graduada em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba, email: jani.medeiros@hotmail.com

de fato os estudantes estagiários estão fazendo o uso correto dos EPI's e qual o nível de segurança destes equipamentos no que diz respeito à proteção da saúde deles mesmos. Os dados apontam que em sua grande maioria, os estagiários estão fazendo uso dos EPI's e se mostram bastante conscientes da sua importância para segurança e integridade física, garantindo assim, uma melhor qualidade de vida enquanto estagiários e futuros arquivistas. Conclui-se que as instituições que receberam estagiários de arquivologia em 2016, disponibilizaram os EPI's, mas ainda falta uma correta orientação e fiscalização com relação ao uso deles mesmos.

Palavras-chaves: Arquivo. EPI. Saúde do Trabalhador.

INTRODUÇÃO

O objeto do nosso estudo é analisar o uso dos Equipamentos de proteção individual (EPI's) por estagiários e arquivistas no ambiente de trabalho. Nosso interesse em abordar o tema surgiu a partir de vários relatos de profissionais que adquiriram doenças dermatológicas e alérgicas nos acervos. Como estudantes de Arquivologia e futuras estagiárias, decidimos investigar se durante os estágios obrigatórios solicitados pela UEPB, o uso dos EPI's está sendo feito corretamente pelos estagiários, até que ponto esses equipamentos promovem uma proteção e se há uma correta orientação com relação ao uso e sua importância.

A relevância deste trabalho está no foco da saúde do arquivista, pois estes trabalham muitas vezes em locais insalubres, úmidos, sem iluminação correta, ventilação e temperaturas ideais. Não raro, o arquivo de uma instituição, principalmente de alguns órgãos públicos, são verdadeiros repositórios de objetos inutilizados misturados a uma massa documental inadequadamente guardada. Nosso objetivo é a partir da análise dos dados obtidos com a pesquisa, conhecer a realidade dos estagiários no

que diz respeito ao uso dos equipamentos de proteção individual dentro das instituições onde cumprem seus estágios e, a partir daí, fazer considerações pertinentes ao ambiente de trabalho dos futuros arquivistas.

REVISÃO DA LITERATURA

Analisando os arquivos, mesmo com todo o aparato tecnológico, arquivos digitais e novas tecnologias, deparamo-nos na maioria das vezes com os registros arquivísticos ainda em suporte de papel, que se não estiverem bem acondicionados, em temperatura e ambiente ideais, facilitam o processo de aparecimento de agentes biológicos como bactérias, fungos e microrganismos causadores de diversas doenças, dentre elas as alergias e as micoses.

Segundo Cassares (2000 apud FERNADES, 2014, p.74), “os agentes biológicos além de sua agressão na saúde do profissional oferecem um risco também ao acervo”.

Neste sentido, preocupadas com a saúde dos estudantes de arquivologia, que necessitam cumprir os seus estágios, desenvolvemos uma pesquisa, que nos possibilitou analisar até que ponto o uso do EPI - Equipamento de Proteção Individual, protege com segurança os estudantes do curso de Arquivologia de fungos, bactérias e microrganismos encontrados nos arquivos durante os Estágios Obrigatórios nas empresas.

Em 2010, a aluna MVR do curso de Arquivologia da UEPB, cumprindo a disciplina de estágio obrigatório no fórum cível da cidade de João Pessoa, ouviu da responsável pelo setor que a mesma havia se “curado” de diversas alergias após não mais fazer uso de luvas e máscaras, obtendo assim “imunidade”. Contrariando o que aprendeu no curso, a aluna passou três meses cadastrando processos nos mais diversos estágios de conservação, dos novos aos quebradiços, mofados e úmidos, sem fazer

uso de luvas e máscaras. A partir do quarto mês, começaram a aparecer furúnculos em sua cabeça e quando estes estouravam não mais nascia pêlos na região afetada. No auge da infecção a aluna teve de uma só vez, 17 furúnculos. Ela se consultou com diversos médicos, clínicos gerais, dermatologistas, infectologistas e um cirurgião de cabeça e pescoço. Foi diagnosticado uma “ foliculite decalvante” adquirida pela bactéria “staphilococcus aureus”. Até hoje, a aluna precisa de acompanhamento médico. Diante do que passou ao longo de quase dois anos, MVR fez uma pesquisa dentro deste arquivo e esta foi a base da sua monografia: “ A Síndrome dos Arquivos Doentes: O risco de contaminação por fungos no trabalho em arquivo”.

Devido à repercussão do caso, o assunto passou a ser tema de TCC da Universidade. O trabalho de Ferreira (2014) ‘É MELHOR PREVENIR DO QUE REMEDIAR’: Aspectos Técnicos e Práticos da Segurança do Trabalho do Arquivista, aborda a temática de segurança do trabalhador arquivista mostrando que se deve ter mais atenção com a prevenção, pois estas só são tomadas a medida em que os fatos acontecem.

Outro TCC que nos chama a atenção é o de Frade (2014), “ANALISE DOS RISCOS QUE ENVOLVEM OS ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA”. Nesse Trabalho, a autora também faz referência às condições de trabalho dos estagiários de arquivologia da UEPB (Campus V) em instituições públicas de João Pessoa – PB. O tema escolhido foi devido uma situação de descaso com a segurança dos profissionais no ambiente de trabalho durante um estágio não-obrigatório em uma instituição pública.

A Saúde do trabalhador, seja ele autônomo, estagiário ou vinculado a algum órgão público ou privado, deve ser vista como prioridade, pois sem condições de trabalho adequado, o profissional pode sofrer algum tipo de acidente, deixando-o

impossibilitado de exercer suas atividades laborais. Segundo a Lei nº 8.080/90, art.6, §3.º, entende-se por saúde do trabalhador:

Um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. (Lei nº 8.080/90, art.6, §3.º).

Para que o profissional possa se certificar de que a segurança da sua saúde esteja assegurada, faz-se necessário a utilização adequada de Equipamento de Proteção Individual (EPI), bem como os Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC).

De acordo com a Portaria SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) Nº 25 de 15 de outubro de 2001 define para fins da aplicação da NR 6, Equipamento de Proteção Individual - EPI como sendo: “todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador”.

Segundo Silva (2007), no tratamento dos arquivos, os EPC's compreendem a mesa ou cabine de higienização, chuveiro de emergência, recipiente para materiais perfuro cortantes, captadores de fumaça e extintores de incêndios. Já os arquivistas devem fazer sempre o uso dos EPI's a fim de evitar os riscos biológicos e químicos que podem estar presentes no material do acervo. Para estes, os equipamentos de proteção individual são: Jaleco, touca, máscara, luvas e óculos.

Com relação à conservação dos documentos, o manual de gestão de documentos do Arquivo público do governo do Estado

do Rio de Janeiro (2012), dispõe que os procedimentos básicos para conservação de acervos documentais devem ser conhecidos e seguidos por todos que mantêm sob sua responsabilidade documentos de guarda de curto ou longo prazo, evitando assim a destruição e a perda dos documentos públicos produzidos e recebidos na administração pública.

Nesse sentido, a gestão documental deve estar comprometida com a Conservação Preventiva, que se define pelo conjunto de procedimentos e técnicas que visa manter a integridade dos documentos a partir da garantia de condições adequadas de guarda, prolongando o tempo de vida do acervo e assegurando seu uso e acesso às informações neles contidas de maneira eficaz e segura. A conservação de documentos diminuiu a proliferação de pragas e melhora a utilização dos documentos. Além disso, proporciona segurança ao documento e aos servidores que o manuseiam.

Quanto ao Manuseio, o manual orienta:

- Ao manusear documentos arquivados, usar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – jalecos (guarda pó), luvas, máscaras, e óculos a fim de evitar riscos à saúde;
- Não comer ou beber durante o manuseio dos documentos ou dentro das áreas de guarda, para evitar que resíduos de alimentos danifiquem os papéis ou se tornem atrativos para insetos;
- Evitar objetos metálicos como cliques, grampos ou “bailarina” de metal, pois oxidam, danificando o papel. Nestes casos utilizar bailarinas e cliques de plástico; e

- Evitar rabiscos e utilização de fitas adesivas para pequenos reparos. (GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 38)

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de campo, pois trata-se de uma pesquisa empírica de cunho qualitativo. O estudo iniciou-se com uma base teórica que aborda o tema sobre a segurança do trabalhador para fins de enriquecimento do trabalho e para melhor entendimento do assunto.

A “**Organização Mundial de Saúde**” (OMS) define a **saúde** como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”. A segurança e a saúde do trabalhador estão amparadas por lei, de acordo com o Decreto nº 229 de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece normas gerais e atribuições às empresas do fornecimento de EPI e segurança a seus trabalhadores.

Embora a lei ampare os profissionais da segurança da sua saúde, ainda pode-se perceber que nem todas os ambientes de trabalhos estão aptos a receber o trabalhador com segurança. Cabem as instituições, públicas ou privadas, tomar consciência e fornecer amparo e segurança no ambiente de trabalho a seus funcionários.

A Lei 11.788\2008 (Lei de Estágio) em seu artigo 9º, parágrafo primeiro diz que o estagiário tem direito a seguros contra acidentes pessoais, cuja obrigação de contratar é da parte concedente. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro poderá alternativamente ser assumida pela instituição de ensino.

Em um universo de, aproximadamente, 50 estagiários, foi selecionado uma amostra de 10 alunos do curso de arquivologia da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba – Campus V

dos períodos 6, 7 e 9 do turno da manhã, que cumprem estágios obrigatórios em instituições públicas e privadas.

Para avaliar se de fato os estudantes estagiários estão fazendo o uso correto dos EPI's e qual o nível de segurança destes equipamentos no que diz respeito a proteção da saúde dos mesmos, foi aplicado um questionário com 08 perguntas.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A finalidade desta seção é detalhar os dados coletados durante a pesquisa. Os resultados serão mostrados em forma de percentual sobre as perguntas do questionário aplicado, a fim de responder a hipótese levantada.

Quanto ao período de estágio, 80% cursavam o 6º período, 10% o 7º e 10% o 9º período do curso de Arquivologia. Os dados demonstram que os alunos pesquisados já estão nos períodos finais do curso e já se mostram bem orientados pela instituição de ensino quanto ao uso dos equipamentos de segurança. Parece-nos importante desenvolver o estágio nos anos finais, no entanto, talvez, seria de mais valia se os alunos estivessem no meio do curso para que pudessem colocar em prática a teoria estudada e tivesse oportunidade de refletir sobre a realidade encontrada.

Em relação às instituições onde estão sendo feitos os estágios, 90% estavam na pública e 10% na privada. Os números nos mostram um maior interesse por arquivistas nas instituições públicas.

Quanto ao uso dos EPI's no ambiente de estágio, 90% dos estagiários pesquisados responderam que o uso dos EPI's é obrigatório e 10% responderam que é opcional. O que nos chama a atenção é que aqueles que responderam ser o uso do EPI opcional, estavam na empresa privada, o que denota desconhecimento

da importância do uso desses equipamentos na instituição privada.

Já em relação a frequência do uso dos EPI's, 60% responderam que sempre usam, 30% que usam quase sempre e 10% nunca usaram. Os dados apontam que os dois maiores percentuais (que usam sempre ou quase sempre) são das instituições públicas e o percentual menor, que nunca usa, está na instituição privada. Percebemos diante disso, que embora nas instituições públicas o uso dos EPI's seja obrigatório, não há rigor na fiscalização, pois 30% afirmaram usar "quase sempre". Com relação à instituição privada, sugerimos desenvolver um trabalho de conscientização com relação à importância do uso dos equipamentos de segurança.

Quanto ao número de estagiários que desenvolveram algum tipo de alergia durante suas atividades, 90% não desenvolveram processos alérgicos durante seus trabalhos e 10% tiveram algum tipo de alergia. Os percentuais mostram que, como a maioria faz uso dos EPI's, comprova-se a proteção com o uso desses equipamentos. Os 10% que desenvolveram alergia estavam em instituição privada, que não fazem o uso do EPI.

Quanto a credibilidade dos EPI's em relação à segurança e proteção da saúde dos profissionais arquivistas, 100% dos estagiários responderam que acreditam que os EPI's correspondem ao que deles se espera.

Em relação a alguma contaminação por fungo ou bactéria adquiridos no ambiente do estágio, 100% respondeu que não foram contaminados no período em que trabalharam no acervo. Os dados mostram que fazendo o uso dos EPI's, os alunos estagiários estiveram protegidos.

A última pergunta da pesquisa foi aberta a solicitações dos alunos estagiários junto as empresas onde estão estagiando. 40% dos estagiários não fizeram solicitações, 20% solicitou EPI's descartáveis no ambiente de trabalho, 20% solicitaram fiscalização

com relação ao uso dos EPIs, 10% requereram luvas e máscaras e 10% solicitaram orientação quanto a regra de segurança na apresentação do ambiente no início dos estágios.

Os dados mostram que, apesar da obrigatoriedade dos EPI's, nem sempre estes estão disponíveis no ambiente de trabalho, muitas vezes o estagiário tem que comprar o seu próprio equipamento de segurança. Observamos também que as pessoas responsáveis pelos arquivos nem sempre orientam os estagiários com relação aos cuidados necessários para segurança e proteção da saúde deles mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que as empresas públicas exigem que seus estagiários façam uso dos EPI's, mas nem sempre disponibilizam esse material no ambiente de trabalho. Os estagiários, por sua vez, estão conscientes da necessidade e importância do uso dos equipamentos mas relatam a falta de orientação e uma maior fiscalização por parte das instituições.

Este é um campo que demanda estudos mais aprofundados, pois entre a “obrigatoriedade” do uso e a disponibilidade dos EPI's junto às orientações necessárias de como usar, há um longo caminho. Há que se trabalhar nos acervos com cuidado e precaução, pois qualquer descuido pode comprometer a saúde dos arquivistas.

Não há ainda na grade do curso de Arquivologia uma disciplina que trate especificamente dos cuidados com a saúde desses profissionais, o que no nosso entender seria de grande relevância.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Emmanuel Silva. **Ergonomia na Arquivologia: levantamento sobre os principais riscos ocupacionais à saúde do arquivista e propostas de medidas preventivas.** 2014.

FERREIRA, Daniela da Silva. “**É melhor prevenir do que remediar**”: aspectos técnicos e práticos da segurança do trabalho do arquivista. 2014.

FRADE, Jordânia Durand Ramalho. **Análise dos riscos que envolvem os estagiários do curso de Arquivologia-UEPB em instituições públicas de João Pessoa-Paraíba.** 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIO DE JANEIRO. GOVERNO DO ESTADO. (Org.). **MANUAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.** Rio de Janeiro, 2012. 108 p. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1711903/DLFE-71375.pdf/ManualdeGestaodeDocumentos_2012.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde:** “Efetivando o controle social”. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cist/index.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

NORMAS da ABNT: Citações e Referências Bibliográficas: Disponível em: <<http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.16>>. Acesso em: 23 maio 2016.

PORTARIA N.º 25, DE 15 DE OUTUBRO DE 2001.
Disponível em:<http://www.trabalhoseguro.com/Portarias/port_25_2001_altera_nr6.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

RIBEIRO, Marília Vital. **A síndrome dos arquivos doentes: o risco de contaminação por fungos no trabalho em arquivo.** 2014.

SILVA, F. H. A. Lima e. **Segurança e saúde do profissional em conservação.** Rio de Janeiro: MAST. 2007. v. 9, p. 163-174.

XARÃO, Daniele Rodrigues. **Saúde e segurança em acervos documentais: a conscientização sobre as condições adequadas no ambiente de trabalho.** 2009.

A DIALÉTICA DENTRO DA ARQUIVOLOGIA

*Eliceu Modesto da Silva*¹
*José Cabral da Silva Filho*²

Resumo

Este trabalho aborda a dialética, apresenta seus conceitos e aponta algumas características inerentes a ela. Em seguida, busca contar sucintamente sobre o início da Arquivologia, conceituar e mostrar algumas características presentes nessa ciência e também situá-la na história. A partir daí, com a base necessária para o entendimento do assunto, realizou-se uma pequena análise sobre a importância da Dialética dentro da Arquivologia, como se deu sua participação na construção de algumas práticas arquivísticas, bem como para a formulação de teorias dentro dessa ciência. O objetivo é trazer a Arquivologia à luz da Dialética para mostrar sua importância como meio de construção do Princípio de Proveniência, tido como o princípio fundamental para

-
- 1 Licenciatura Plena em Geografia pela UFPB, Funcionário Público Municipal e aluno do 2º período de Bacharelado em Arquivologia na UEPB; email: elimodestosilva@outlook.com
 - 2 Técnico em Eletrônica pela ETER, Servidor Público Federal e aluno do 2º período de Bacharelado em Arquivologia na UEPB; email: cabral_seane@hotmail.com.

essa ciência. E, para tanto, utilizou uma pesquisa bibliográfica baseada em Demo (1995), Araújo (2015), entre outros autores. Após a pesquisa, evidenciou-se o papel da dialética como participante do processo de formação dos conceitos e práticas na Arquivologia ao longo do tempo.

Palavras-chave: Dialética. Arquivologia. Ciência.

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho se propõe a apresentar um método de investigação com o qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas sobre um problema que nos seja proposto, chamado silogismo dialético e, estabelecer uma relação com a Arquivologia, ciência que assumira o papel de gerir a crescente quantidade de documentos produzidos de forma a permitir o acesso à informação contida nestes em tempo hábil para tomada de decisões e contribuindo com a modernização das práticas administrativas. Assim, apresentaremos aqui o conceito e as características de dialética, de Arquivologia e qual a contribuição da dialética para essa ciência. Partimos do ponto de vista de Souza (2003) no qual afirma que a Dialética pode ser entendida como a teoria das leis gerais do movimento, do desenvolvimento do mundo e do conhecimento humano, com o acréscimo das reflexões de Demo (1995) ao explanar que, na prática, não encontramos apenas dialética diferentes, divergente, mas também dialéticas contraditórias.

Embora possa existir algum trabalho focando esse objetivo, até sua confecção não tomamos conhecimento a respeito.

Esta pesquisa serviu para apresentar pontos importantes nos quais conseguimos observar claramente o método dialético no meio arquivístico, como sua participação ativa contribuiu para a formulação de muitos conceitos e técnicas na área.

CONCEITO DE DIALÉTICA E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

A palavra dialética vem do grego, “*Dialectike*” e significa a arte do diálogo, da discussão. O prefixo “dia” dá ideia de reciprocidade ou de troca. *Dialegein* é trocar palavras ou razões, conversar ou discutir. Segundo Souza (2003), a dialética, filosoficamente falando, nasceu antes de Sócrates, vinda de Heráclito, que viveu no século VI a.C., Sócrates a utilizava para provocar nos seus discípulos a eclosão do conhecimento, a maiêutica.

Mas, o que é dialética? Podemos usar a ideia de que dialética é uma forma de abordagem sobre determinado assunto que se constroem em volta desse assunto, divergentes ou até contrárias, para formar o conhecimento a cerca dele. É uma junção das verdades apontadas de cada lado. Ressalvando que nem as afirmações, tampouco as negações formalizadas são absolutas. Contudo, como afirma Demo (1995), não existe a dialética, como se esse processo fosse fixo, com forma e objetivos iguais, mas sim as dialéticas já que este é um fenômeno dinâmico e não estático. E por isso, não encontraremos dialéticas iguais, mas diferentes, divergentes e até contraditórias.

Na dialética, vamos sempre encontrar uma estrutura básica formada de tese, antítese e síntese. A tese, ou seja, a ideia que é tomada como ponto de partida baseada em um contexto existente, muitas vezes formada empiricamente, é constituída e passará a ser negada por uma ideia divergente, ou até contrária, que chamamos de antítese. A partir do encontro dessas ideias, entre a tese e a antítese, surge uma fase melhorada que recebe o nome de síntese. A síntese, podemos assim apontar, reúne o que há de verdadeiro tanto na tese quanto na antítese. Daí, o movimento volta a se repetir dinamicamente, a partir do surgimento de novas antíteses que formarão novas sínteses.

Algumas características da dialética que podemos citar aqui são totalidade, simultaneidade, criticidade, ausência de hierarquia, as condições objetivas, as condições subjetivas e as unidades de contrários. Totalidade é uma visão filosófica que afirma que, sem olhar para o todo, não é possível entender as partes. A simultaneidade diz que, na dialética, tudo ocorre ao mesmo tempo. Criticidade, por sua vez, é uma característica de avaliar as ideias apontadas, ou ainda, reavaliar. E por não haver uma coisa mais importante que outra dentro da dialética, outra característica é a ausência de hierarquia.

As condições objetivas dizem respeito às condições impostas pela natureza, ou as que não dependem da ação do homem. Já as condições subjetivas são as que o homem consegue alterar. No caso das unidades de contrários, segundo Hegel (apud. Souza, 2003, 2), a contradição não é apenas uma dimensão essencial na consciência do sujeito do conhecimento, é um princípio básico que não pode ser suprimido nem da consciência do sujeito nem da realidade objetiva. Em sua essência, podemos definir as unidades de contrários como as polarizações adquiridas pelos polos envolvidos em cada situação analisada, pois a síntese elaborada será contrariada por uma nova antítese em um movimento dinâmico e, conseqüentemente, as ideias serão polarizadas diferentemente a cada ciclo.

Além dessas características apresentadas, merece ser mencionados aqui alguns princípios que a norteiam: princípio de totalidade, princípio da mudança qualitativa, princípio do movimento e princípio da contradição.

O princípio de totalidade afirma que tudo se relaciona, quer no mudo humano, quer no mundo social; o princípio do movimento diz que tudo se transforma, que a realidade é o próprio movimento; no princípio da mudança qualitativa, está expressa a relação recíproca entre os contrários, qualitativos e quantitativos; e o princípio da contradição diz que tudo se opõe. É nesse princípio que atua diretamente a unidade dos contrários.

Aqui foi colocada uma base de conhecimento acerca de Dialética para ser somada às informações sobre a Arquivologia, presentes na próxima seção que será apresentada esta ciência.

CONCEITO DE ARQUIVOLOGIA E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

Vamos aqui fazer um breve histórico da Arquivologia para que o leitor se situe melhor sobre o assunto. A Arquivologia, como área do conhecimento, de acordo com Silva et al. (1998), a partir de achados arqueológicos, situam o surgimento dos arquivos há seis milênios, no Vale do Nilo e na Mesopotâmia. A partir do surgimento da escrita e a sedentarização dos povos, que passaram a ocupar determinadas áreas por mais tempo e pela necessidade de registro, principalmente os contábeis, algumas técnicas foram desenvolvidas para auxiliar na organização dos arquivos da época. Porém eram práticas utilizadas sem uma teoria que as embasasse, realizadas de forma espontânea e intuitiva.

Nos séculos seguintes, no Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e se consolidaram diversos arquivos relacionados com os mais diferentes fins – religiosos, políticos, contábeis, jurídicos, entre outros (MASTROPIERRO, 2008). Contudo, ainda não era possível se falar em Arquivologia, pois aqui, as práticas ainda eram espontâneas.

No período seguinte, em se tratando de história da Arquivologia, compreendido desde a Revolução Francesa até o fim da segunda guerra Mundial, houve o aumento de atribuições dadas aos documentos e, por isso, também cresceu a necessidade de organizá-los. A partir desse cenário, algumas necessidades vieram à tona, como a guarda e conservação dos documentos, o espaço para acumular essa documentação, e a organização se

tornou ainda mais necessária bem como o acesso às informações contidas ali.

Nesse contexto, Araújo (2015, p. 53 grifo nosso), afirma, no século XIX, a necessidade de constituir-se como campo científico, isto é, como conhecimento sistemático e articulado que aspira a formular as leis que regem os fenômenos de uma realidade, “fez com que os conhecimentos arquivísticos se aproximassem do **Positivismo** – a forma específica de cientificização das ciências humanas e sociais, seguindo o modelo das ciências da natureza.”

Mas é em meados do século XIX que Natalis de Wailly formula o princípio de proveniência e é publicado o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, conhecido como Manual dos Holandeses. É a partir desse momento que a Arquivologia se estrutura como área do conhecimento, pois deixa de usar para a classificação dos documentos as teorias de outras áreas, como a biblioteconomia, por exemplo. Nessa publicação, foram lançadas as regras e os princípios teóricos para classificação e descrição de documentos apresentados até então. Araújo (2015, p. 53) complementa:

[...] O modelo de ciência então dominante concebia a existência de uma realidade única passível de ser conhecida em termos de regularidades expressas por leis, a possibilidade de um conhecimento exato e objetivo dessa realidade, e a construção de instrumentos de intervenção (tecnologia) para moldar essa realidade segundo as vontades e interesses da sociedade.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a produção documental eleva-se exponencialmente devido à Guerra fria e dois problemas vieram a foco. O primeiro foi a falta de pessoal

profissionalizado para executar essa atividade, bem como locais para a guarda dos documentos produzidos; o segundo e principal foi a necessidade de gestão para esses documentos. A partir de então, acompanharam-se as formas encontradas em cada país para lidar com essas questões e as respostas mais bem fundamentadas foram sendo copiadas por outros países. Como exemplo desse período, podemos citar aqui o modelo americano, que dividiu as atividades ligadas aos documentos em duas frentes: uma encarregada da gestão dos documentos visando contribuir administrativamente, ou seja, ligada diretamente à produção, chamada Records Management e outra de guarda, direcionada aos documentos tidos como históricos, situada nos arquivos constituídos, denominada Documents. Mais tarde, desenvolve-se, também nos Estados Unidos, a teoria do Ciclo Vital, que mostra maneiras de interpretação dos documentos recém-produtos de acordo com sua utilidade que seria aprimorada e passaria a ser chamada teoria das Três Idades.

Outras contribuições foram apresentadas por outros países ao longo do século XX e se desenvolveram pesquisas, flexões, estudos e novas técnicas e práticas adicionadas à Arquivologia até a superação desse modelo. No entanto, a Arquivologia continua sendo muito discutida, em busca de uma uniformização tanto prática quanto teórica e até linguística. É a partir dessa ideia que buscamos entender como se deu a participação da Dialética e quais as contribuições para a Arquivologia.

A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO DIALÉTICO PARA A ARQUIVOLOGIA

Nesta seção, mostraremos como o método dialético esteve presente na construção do conhecimento arquivístico, na formação da ciência Arquivologia.

Nós vimos anteriormente, que nos primórdios da Arquivologia as práticas eram atividades que se adquiria com

o tempo, de forma empírica. Não havia um estudo ou pesquisa científica para a elaboração de tais práticas. Assim, todo o conhecimento que se tinha a época era aquele formado no dia a dia de quem trabalhava com os documentos, definido a seu modo, com base nas experiências vivenciadas no labor. Nas citações apresentadas na seção anterior, fica claro o entendimento de Arquivologia como uma área de conhecimento regida por leis tangentes a uma realidade, uma forma enrijecida e estática de formulação das técnicas arquivísticas era aplicada.

Ao passar do tempo, as necessidades dentro da área foram surgindo e as mesmas práticas não foram capazes de dar conta da demanda de serviço em tempo hábil ou, quando era realizado, tinha-se um serviço de baixa eficiência e eficácia. Então, começou-se a discutir formas de promover uma melhor qualidade aos serviços em arquivos, bem como dinamismo para sua realização. Araújo (2013, p. 65), sobre isso, afirma:

No começo do século XX, alguns manuais e iniciativas começaram a evocar mudanças no modo de se conceberem os arquivos. **Adjetivos como ‘vivo’, ‘dinâmico’ e ‘ativo’ começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nos arquivos de modo a combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmo. (grifo nosso) [...]**

Aqui, podemos evidenciar claramente a transição na história da Arquivologia, de uma ciência antes pautada nos métodos empíricos passando a adotar características dialéticas na busca pela forma ideal de organização dos arquivos.

Araújo (2015, p. 51) afirma que, na sua conformação como campo, a Arquivologia teve sua composição interna mapeada

por muitos autores. Para fundamentar sua afirmação, no trecho abaixo, ele cita alguns autores expuseram seus estudos acerca do assunto.

Silva et al. (1998), por exemplo, distinguem três grandes fases da produção de conhecimento arquivístico, relacionadas com o estatuto científico e com o binômio custódia/acesso: uma fase sincrética e custodial (do início do século XVIII a 1898); uma fase técnica e pós-custodial (de 1898 à década de 1980) e uma fase científica e pós-custodial (a partir da década de 1980). Utilizando como critério o foco de preocupação e a inserção geográfica, Lopes (1998) identifica três principais correntes de pensamento arquivístico: a arquivística tradicional (mais ligada aos arquivos permanentes, e de natureza essencialmente francesa, italiana e espanhola); a records management (centrado nos arquivos correntes e relacionado aos Estados Unidos); e a arquivística integrada (voltada para o ciclo de vida completo dos documentos e de origem canadense). Já Silva (2008), considerando as disciplinas de interface mais presentes na construção do objeto de estudo, apresenta também três grandes visões sobre os arquivos: a histórica, a gerencial e a informacional.

No trecho acima, o autor aponta a existência de visões diferentes, pois, para ele, essas concepções partem de observações baseadas em aspectos e fatores determinados. A mudança, segundo Araújo (2015), pode ser ainda maior quando os

critérios utilizados forem diferentes, podendo chegar a mapeamentos semelhantes, mas também bem distintos. Mas, para o autor, essa diversidade é muito positiva uma vez que dinamiza o pensamento arquivístico, seu manifesto em diferentes momentos, locais e contextos, bem como a visão de diferentes aspectos ou problemas com relação aos arquivos.

Sobre essas diferenças e por vezes até divergências entre os resultados obtidos pelos autores pesquisados por Araújo, este discorre:

Se, por um lado, a existência de um grande consenso ou uma síntese pode transmitir uma sensação de segurança, é sobretudo a existência do contraditório, de distintas posições, ideias e teorias, que garante a vitalidade e as condições de crescimento de um campo científico. Assim, é salutar, para o debate epistemológico sobre a Arquivologia, a existência de diferentes mapeamentos e sistematizações sobre o campo. Cada um deles tensiona certos aspectos, evidencia certas teorias, descobre pontos de aproximação. [...] Contudo, ao longo do século XX, as diversas pesquisas e teorias formuladas buscaram superar o caráter restritivo do primeiro modelo, explorando outras possibilidades e problematizações. Tais abordagens podem ser inscritas em quatro grandes eixos: estudos funcionalistas; críticos; voltados para os sujeitos; e estudos sobre representação. [...] (ARAÚJO, 2015, p. 51)

Nesse trecho, percebermos uma postura apontada para o processo dialético, mas pela necessidade que havia no século XIX de se constituir como ciência, a Arquivologia ainda estava

muito próxima do Positivismo. Da formulação do “Princípio de Proveniência”, por Natalis De Wailly em 1841 até a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, embora tenha sido um período de grandes avanços nos procedimentos técnicos, esse modelo não possibilitou mais avanços.

De acordo com Araújo (2015), é ao longo do século XX, ainda sob o ideal iluminista, foram se desenvolvendo pesquisas, reflexões e estudos em diferentes países e realidades, buscando-se problematizar as funções dos arquivos que levaram gradativamente a superação do modelo Positivista. Para ele, foi nesse contexto que se desenvolveram as teorias funcionalistas da Arquivologia.

A transição da Arquivologia sob a perspectiva positivista para uma sob a ótica dialética não ocorreu num momento exato nem tampouco de forma generalizada. No entanto, baseando-se em Silva et al. (1998), Araújo (2015, p. 55) afirma que essa passagem poderia situar-se nos anos 60:

O desenho de uma arquivologia crítica começou principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa, como as de Bautier, de 1961, sobre os erros e contradições da Revolução Francesa, com a reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas [...] Nos anos 1960, alguns autores começaram a questionar a suposta “naturalidade” dos princípios e práticas arquivísticas.

Para o autor essa forma de análise da Arquivologia, evidenciou-se nos anos 60 e continuou nos anos 80. Então o autor nos dá mais uma mostra das transformações ocorridas nas funções arquivísticas. É o caso do que ocorreu nos anos 80, em que se

pode observar claramente que a partir de posições antes formadas, foram se estabelecendo novas fundamentações. Essas novas fundamentações foram se estabelecendo, quer fosse por uma forma diferente de análise, quer fosse por complementação de outra já existente. Segundo Araújo (2015), em 1980, surgiu no Canadá a chamada Arquivística Integrada. Para ele, a abordagem trazida no artigo de Ducharme e Russeau enxerga o fluxo documental como um sistema.

No entanto, ele aponta para uma síntese dos *records management* e da *archives administration* formalizada por Couture e Russeau, através do grupo de Québec, apenas dois anos depois. Ainda segundo Araújo, essa era uma visão global dos arquivos, na qual a gestão de documentos está intrínseca a Arquivologia. Dessa forma, apoiando-se em Couture (1999), conclui que é a aplicação da teoria das três idades numa perspectiva integrada. E, assentado em Silva et. al. (1998), continua sua conclusão afirmando que essa abordagem também se desenvolveu, mas de forma específica atendendo aos diferentes contextos de cada autor.

Nessa linha de pensamento, Barros (2010) traz um breve resumo sobre as transformações porque passou a teoria arquivística. Para ele também não há dúvidas quanto as análises e a “discursividade” existente na história da Arquivologia, na formulação de seus princípios e suas funções. O autor afirma haver uma continuidade na formulação dos enunciados e portanto, aqui vejo mais uma vez, uma forma dialética de promoção da arquivística.

Após analisar diversos autores, partindo do manual de Arranjo de Descrição de Arquivos de Muller, Feith, e Fruin, passando por Sir Hillary Jenkinson, Theodore R. Schellemborg, Antonia Heredia Herrera até chegar em Heloísa Liberalli Belloto, Barros (2010) percebeu que em suas obras os conceitos eram os mesmos e, embora por vezes abordados de maneiras diferentes, eram complementares. Através de sua análise, pode concluir que houve uma “discursividade” entre esses autores uma vez que,

mesmo havendo o que chamou de “polifonia” na disciplina, não se perdeu o rumo, mas pelo contrário, apenas houve modificações para sua fundação.

O autor reforça mais adiante, “Esta análise discursiva acontece de maneira simultânea, na relação entre o enunciado e seu histórico conceitual visando a sua percepção discursiva.” (Barros 2010, p. 91)

Diante do exposto até aqui observamos que embora a Arquivologia tenha sua base no Positivismo, foi possível observar claramente a importante e necessária participação de variadas perspectivas, de forma dialética, tanto para a formulação dos princípios arquivísticos quanto para as suas funções. Analisando esse percurso ainda sob uma abordagem dialética, podemos entender que a tese, foi posta em contraposição à antítese para se chegar a uma nova síntese. Partindo da ideia original (Princípio de Proveniência), foram feitas adaptações as realidades de cada país e de cada instituição e, a partir desse processo chegou ao desenvolvimento da Ciência da Arquivologia. Ou seja, aqui esteve presente a tríade base da dialética para a Arquivologia chegar aos moldes atuais: tese, antítese e síntese.

Quando pesquisamos autores como Clarissa Moreira, Johanna W. Smit (2015), também veremos referências as diversas maneiras de encarar as problemáticas em cada época, como a Inglaterra que lançou o Public Record Office Act, na Alemanha se estabeleceu três parâmetros para isso: idade, conteúdo e posição hierárquica da entidade produtora. Já nos EUA, fez a teorização sobre os valores dos documentos. De acordo com Duchein (1993), nenhum modelo é exportável tal qual fora no seu próprio contexto. Diante disso, é inevitável, ao nosso entendimento, utilizar práticas arquivísticas oriundas em regiões diversas sem que haja a utilização do método dialético, para verificar a convergência de ideias, bem como achar os pontos divergentes até estabelecer as necessárias para o problema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas.** Ciência da Informação, v. 42, n. 1, 2015.

ARISTÓTELES, **Poética e Tópicos I, II, III e IV** Tradução de Marcos Ribeiro de Lima. São Paulo: Hunter Books, 2013.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição.** 2010.

COUTURE, C. et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine.** Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

DEMO, Pedro. Dialética - Processualidade de Estruturas Históricas. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo, Atlas, 1995.

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos.** Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 10, p. 14, 1982.

MASTROPIERRO, M.C. **Archivos públicos.** Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; SMIT, Johanna W. **De marcos teóricos fundamentais a abordagens contemporâneas da arquivística: algumas considerações.** 2015.

SILVA, A.M. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.** Porto: Afrontamento, 1998.

SOUZA, Geraldo Lopes de. **Dialética e Educação-Dialética e Violência – Dialética e Felicidade.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, n. 1, 2003.

PARTE 2

MEMÓRIA

ENTRE GARRAFAS E CAJUS: RESSIGNIFICAR A MEMÓRIA DA FÁBRICA DE VINHOS TITO SILVA & CIA

Vanessa Ferreira de Azevedo¹

Resumo

Pretende-se com esse artigo abordar a importância do arquivo fotográfico, como uma ferramenta de informação e memória. Com o objetivo de valorar a história da Fábrica de Vinhos Tito Silva & Cia, ressignificar a trajetória dessa instituição que foi um marco na indústria paraibana. O artigo está limitado às fotografias oriundas do acervo do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Evidenciou-se as dificuldades do pesquisador em mostrar através do estudo imagético a história da instituição por falta de arquivos específicos, que a ausência de uma gestão não contribui para a localização e identificação das imagens. Resultando em levantar reflexões sobre a gestão documental dos arquivos imagéticos.

Palavras-chave: Arquivos fotográficos. Gestão documental. Memória institucional.

1 Aluna graduanda de Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba.
Email: Azevedovanessaazevedobig@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade em que o apelo imagético é cada dia maior, vive-se quase uma realidade virtual, uma abordagem através do acervo documental fotográfico, estimulando a informação do conhecimento histórico, provocando lembranças e utilizando a fotografia como um instrumento de preservação da memória.

A fotografia permite a viagem no tempo, um regresso a outra época, para uma realidade distante, um recorte da história passada que possibilita a perpetuação de um fato e/ou momento, da informação que se registra nela, tornando-a um instrumento fundamental para o resgate da identidade e história de uma sociedade.

A cada dia, a fotografia é mais presente em nosso cotidiano, não apenas como um registro do momento ou de algo, mas como uma forma de expressar os sentimentos. Segundo Kossoy (2001, p. 28), “é a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”.

O poder da imagem para contar histórias do cotidiano e do estilo de vida de grupos sociais remete ao tempo das cavernas, com as pinturas rupestres, de acordo com Samain (2005, p. 20) “[...] é o suporte imagético que, na maioria das vezes, vem orientando a reconstrução e veiculação da nossa memória, seja como indivíduos, seja como participantes de diferentes grupos sociais”.

O objetivo desse artigo é mostrar a importância da imagem como ferramenta histórica cultural, desempenhando o papel de divulgadora de uma parte da cultura institucional paraibana, lembrando a história da Fábrica Tito Silva & Cia e reconhecendo seu papel importante na construção da nossa história, pois a instituição foi um marco de sua época.

A somar a relevância da fotografia como documento arquivístico e algumas teorias da metodologia arquivística para a gestão de documentos imagéticos, para ser considerado documento de arquivo:

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence (MANINI, 2008, p. 127).

É fato que os arquivos fotográficos são uma importante fonte de rememoração e de preservação da história da instituição ao qual está organicamente relacionado, mas se evidenciou dificuldades de ter acesso a esses acervos e a falta de gestão documental. Realizando uma pesquisa empírica no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), observou-se que, no fundo relacionado à Fábrica Tito Silva, não havia fotografias da fábrica, apenas alguns certificados, algumas embalagens originais de produtos fabricados pela Tito Silva e algum material de divulgação.

Era pretendido mostrar imagens da Tito Silva & Cia, no entanto, em outra visita ao Arquivo do IPHAN, em um arquivo digital, foram encontradas algumas imagens da fábrica. Mas, como não havia nenhuma gestão documental, seria impossível identificar quem tirou as fotos, o ano em que o registro foi feito ou distinguir as pessoas nas imagens.

A gestão documental para registros fotográficos, conforme Ancona Lopes (2008, p. 3):

[...] passou-se a dar uma grande importância à cena retratada e à técnica de execução, esqueceu-se de promover a contextualização arquivística do documento, no âmbito das atividades de seu produtor. Construiu-se assim, o consenso equivocado a respeito da força elocutória da imagem fotográfica fala por si [...] Os esforços dos documentaristas na organização de tais registros direcionaram-se para a identificação do fotógrafo, da técnica de obtenção da imagem, em detrimento de sua contextualização arquivística.

Fica evidente que a falta de gestão documental impossibilita a divulgação correta dessas imagens e o acesso ao público de uma maneira eficaz e eficiente, com informações precisas desses registros.

A metodologia de trabalho escolhida foi a pesquisa empírica, por meio da observação do acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com relação ao arquivo fotográfico da Fábrica de Vinhos Tito Silva & Cia, uma análise qualitativa das imagens, buscando ressignificar a memória da instituição.

No entanto, também foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema: Arquivos fotográficos, analisando algumas teorias e conceitos a respeito da importância da fotografia como uma ferramenta de valorização da memória.

O artigo propõe a reflexão sobre a importância do arquivo fotográfico, da gestão documental de documentos imagéticos e sua enorme relevância para a memória, seja ela, institucional, cultural e histórica.

HISTÓRIA DA FÁBRICA

No texto *Fábrica Tito Silva*, escrito pelo arquiteto e museólogo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Rodrigo Cantarelli (2013), relata que o jornalista Tito Henrique Silva, fundou a Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva, em 1892. Situada à Rua da Areia, número 33, em João Pessoa, Paraíba.

Segundo o autor, a Fábrica de Vinhos Tito Silva & Cia, era a mais antiga e a maior produtora de vinhos de caju, bebida que foi por um longo tempo muito popular no Nordeste. Ele destaca que a fábrica ganhou diversos prêmios nacionais e internacionais, ao longo de sua história, prêmios esses de reconhecimentos da qualidade de seus produtos.

Cantarelli (2013) conta que, no início, a produção de vinhos de caju era artesanal, a manufatura era caseira e que apenas os familiares trabalhavam na linha de produção, ele ressalta ainda que, até 1917, seus únicos empregados eram mulher e filho. Foi a partir de dos anos 40 que o processo começou a se industrializar com a compra de maquinários vindos da Inglaterra e dos Estados Unidos; no entanto, foi preservada a forma tradicional de processamento.

O arquiteto frisa que a fábrica não comercializava apenas vinhos de caju, mas também produtos fabricados em outros estados, como vinhos de uva, jabuticaba, vinagres, álcool, aguardente e néctares de diversas frutas.

Cantarelli (2013) aponta que, em torno de 1964, a fábrica entrou em processo de decadência financeira e que alguns dos motivos foram o volume de capital exigido para manter o nível de produção que ultrapassavam o lucro com as vendas dos produtos e a alta carga tributária que chegava a incidir 46% da produção.

Esse autor aborda que o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), por volta de 1970, percebendo a relevância

do caju no contexto socioeconômico, descobriu a fábrica Tito Silva, e a importância da técnica de produção de vinhos do caju como elemento identitário. Ele afirma que o CNRC, com Aloísio Magalhães à frente, reconheceu como patrimônio nacional os valores de saber fazer, esse tipo de valor pela primeira vez, a ideia de preservar uma técnica ligada a um produto de consumo, demonstrava o grande interesse do governo em se aproximar das manifestações culturais de cunho popular.

O museólogo esclarece que, em 1984, a fábrica encerrou suas atividades no mesmo ano em que o edifício foi tombado e que após o seu fechamento a Fundação Joaquim Nabuco, recebeu importante acervo relacionado a ela, uma coleção de rótulos comerciais vendidos pela Tito Silva & Cia, e que uma das herdeiras, Maria Olga Silva doou a FUNDAJ, em 1985, em um total de 676 documentos, no qual além de rótulos comerciais, havia matérias, gráficos, como propaganda, matérias de expediente, entre outros.

Cantarelli (2013), por fim, salienta que a fábrica não obteve sucesso no projeto de valorização de suas técnicas em 1984, e a Tito Silva ficou abandonada até 1997, quando foi iniciado um processo de restauração que foi concluído em 2003. Hoje, no prédio, funciona a Oficina Escola de João Pessoa, um projeto social, que capacita jovens adultos para atuar na restauração do Centro Histórico de João Pessoa.

MEMÓRIA E ARQUIVO FOTOGRÁFICO

O homem sempre recorreu às imagens desde a época das cavernas, como uma forma de registro e memória; atualmente, esse tipo de registro está cada dia mais sendo utilizado na nossa cultura social.

A fotografia é constantemente utilizada com a finalidade de rememoração:

A consciência íntima que temos da passagem do tempo acaba sendo abalada e certificada pelo testemunho do objeto fotográfico. O efeito da imagem fotográfica sobre a memória é devastador. No exercício historiográfico, quando confrontamos dados históricos textuais com fotografias podemos corrigir a memória escrita e reformular aquilo que já se conhecia [...] diz ser ela um recorte do espaço da realidade num determinado momento (tempo). Este objeto que carrega um fato, coisa ou pessoa do passado – e a cada clique tem seu passado imediatamente criado – insere-se instantaneamente na categoria de objeto de memória (MANINI, 2011, p.80).

Nesse ponto de vista, a fotografia tem um poder maior de revivenciar a história, porque ao contrário de um documento textual, no qual a informação que é obtida é um fato, na fotografia cabe a interpretação e a análise de cada um, como o seu olhar e as suas recordações.

Seguindo essa linha de raciocínio Manini (2011, p. 80):

Pessoas, grupos, sociedades, povos inteiros poderão reconhecer numa fotografia um referente aurático de sua própria história. Na fotografia doméstica, é a memória familiar; na fotografia do mundo do trabalho, é a memória institucional; no fotojornalismo, é a memória social e política; na fotografia documental, é a memória histórica.

Em cada área, a fotografia atende a uma especificidade da memória, em cada registro reúne uma informação para o público que se destina. O arquivo fotográfico é uma fonte de informações, de registro da cultura e da história de uma sociedade, no entanto, todo esse poder informacional só tem valor se for dado acesso ao público, estando disponível para pesquisadores e cidadãos interessados.

No arquivo fotográfico é fundamental a gestão documental, saber a origem da fotografia e finalidade pela qual ela foi criada:

No universo dos documentos imagéticos de arquivo, a função se desloca, muitas vezes, dos aspectos informativos imediatos. A questão principal, neste caso, é diferenciar o papel exercido pelo documento na vida do pesquisador, quando está abordando outras questões [...] As razões de uma certa confusão estão ligadas ao não entendimento pleno do conceito de documento de arquivo – definido pelas funções administrativas das quais resulta e não pelo conteúdo informativo (ANCONA LOPEZ, 2008, p.10).

O documento fotográfico tem que estar ligado com o documento textual ao qual foi produzido, ou com cabeçalho para que se identifique em que situação ocorreu o registro e a sua finalidade, como explica Ancona Lopes (2008, p.10):

Os documentos imagéticos de arquivo – talvez por sua estética visual, por seus suportes, ou por algum outro fator – têm provocado a organização individualizada de unidades documentais [...] a formação de coleções dissociadas de seu organismo

produtor, reduzindo as possibilidades de uma compreensão global de seu significado.

Essa questão é de relevância para resgatar informações precisas e resguardar o valor de autenticidade dos documentos imagéticos; infelizmente, na maioria dos casos, ainda não é tomada pela prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa e o que foi observado, é preocupante que registros imagéticos que compõem uma parte significativa da nossa história, não estejam disponíveis com a totalidade da informação que representa por falta de gestão documental ou estejam disponíveis em outro estado, longe da sociedade que esses registros representam.

O fato de algumas instituições não guardarem os acervos fotográficos junto com a documentação ou sem a descrição da fotografia é uma situação delicada, ao qual cabe um estudo mais complexo dessa situação.

O que os autores não negam é o poder informacional e a representatividade do documento imagético, e da sua importância para os documentos arquivísticos; no entanto, como visto na Fábrica Tito Silva a falta de uma gestão comprometida com a guarda permanente dos documentos prejudica a memória de uma instituição e, conseqüentemente, de um povo.

REFERÊNCIAS

ANCONA LOPEZ, André Porto. **O contexto arquivístico como diretriz para gestão documental de materiais fotográficos de arquivo**. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/303/1/ARTIGO_contexto_%20arquiv%-C3%ADstico_diretriz.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

CANTARELLI, Rodrigo. Fábrica Tito Silva (João Pessoa, PB). **Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife**. Disponível em: <<HTTP://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 20 nov. de 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História / Boris Kossoy**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da imagem**, Londrina, n. 8, 2011, p. 80.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. **Gestão em Arquivologia: abordagem múltiplas**. Londrina: EDUEL, v.1, p. 127, 2008.

SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Editora Hucitec / Editora Senac – São Paulo, 2005, p.20.

MEMÓRIA E LINGUAGEM MUSICAL INFANTIL: UMA ABORDAGEM CRONOLÓGICA NO CENÁRIO NACIONAL

Glébia Karla Alexandre Souza¹
Tereza Ludimila de Castro Cardoso²
Wanessa Roberta Tôrres³

Resumo

Este artigo propõe mostrar as músicas infantis presentes na infância desde 1980, fazendo uma reconstituição da memória e da linguagem musical infantil, a qual vai além de apenas mero entretenimento; ela significa desenvolvimento e aprendizagem que é primordial quando se trata de crianças em processo formativo. A memória social está diretamente envolvida neste contexto, devido a sua essência que é a do conhecimento coletivo e cultural. Nossas crianças vêm perdendo a identificação

1 Bacharelanda em arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba.
Email: glebia.karla2@gmail.com.

2 Bacharelanda em arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba.
Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Santa Emília de Rodat. Email: luddyjampa@gmail.com.

3 Bacharelanda em arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba.
Email: Alveswanessanovacriatura@hotmail.com

com músicas que contenham teor infantil, essa preocupação nos motivou e decidimos fazer um levantamento desta memória musical e reconstituir o que hoje parece estar esquecido. Fizemos um levantamento bibliográfico acerca do assunto e elaboramos um questionário com perguntas específicas destinados aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Os resultados apontam que as crianças têm uma boa aceitação, divertem-se e interagem ao ouvirem um repertório que condiz com sua faixa etária, porém esse repertório fica quase sempre, restrito ao ambiente escolar. Conclui-se que a criança é um produto do meio onde ela vive, neste contexto, percebe-se que é preciso fortalecer os valores familiares, para que ela aprenda a discernir e saber absorver o que faz bem para o seu crescimento ético; as escolas devem estar preparadas para atuarem com projetos que envolvam e estimulem os alunos a gostarem de músicas, que representem valores e ajudem na formação do futuro cidadão, desta forma, galgando o fortalecimento da memória social e musical infantil.

Palavras-chave: Linguagem musical infantil. Memória musical. Memória social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma pesquisa e análise das músicas infantis que estiveram presentes na infância desde 1980 aos dias atuais, fazendo uma reconstituição da memória e a identidade musical infantil de cada época observando a contribuição que estas canções têm na formação sociocultural humana.

Algumas canções infantis, a exemplo das cantigas de roda, são transmitidas de geração em geração, passando a fazer parte da cultura e do folclore de um determinado lugar, isso permite que essa memória musical seja sempre evocada. A memória está ligada diretamente a identidade, que é a essência de uma

cultura, sem ela não existe memória e sem memória não existe identidade.

A música infantil deve ser instrutiva, ensinando por exemplo, hábitos de higiene e de boa educação (lavar as mãos, dizer “por favor e obrigado”) e também devem ensinar valores morais (cuidar da natureza, respeitar o próximo), ensinamentos esses que eram mais visíveis nas músicas infantis de outras décadas. Na contemporaneidade observamos que as crianças tendem a gostar das músicas pelas quais são mais ouvidas em casa ou na comunidade onde moram, muitas vezes ou sempre, são músicas feitas para adultos que influenciam diretamente a formação sociocultural da criança.

Nossas crianças vêm perdendo a identificação com músicas que contêm teor infantil, por isso pesquisar sobre memória e linguagem musical infantil é importante para que não se caia no esquecimento uma cultura oralizada ou editada em alguns suportes como disco de vinil.

MEMÓRIA MUSICAL INFANTIL

Vimos que memória nada mais é do que “lembrar do passado”; relembrar aquilo que já foi vivenciado um dia, no caso particular da música, podemos relembrá-las ouvindo, cantando, tocando, enfim, revivendo e, de certa forma, revivenciando o que já passou.

Para que possamos entender melhor o cenário musical infantil brasileiro devemos fazer um resgate histórico a partir da década de 1970, conforme Moreira (2012, p. 289): “Buscando compreender o panorama atual da música no contexto escolar, é necessário que nos voltemos para os acontecimentos dos últimos 40 anos, em que a Música enquanto conteúdo formal esteve ausente das escolas brasileiras.” Isso ocasionou a perda da identidade e da memória musical infantil dessa época. Moreira (2012) chama a atenção para o seguinte fato: ao invés de

Educação musical, as escolas passaram a adotar as artes visuais, isso ocorreu após o advento da disciplina de Educação Artística, a musicalidade ficava limitada a canções repetitivas, simples e para determinadas ações.

Na década de 1980, com as crianças praticamente sem nenhuma identidade musical infantil, surgem grupos que popularizaram as canções voltadas para esse público, a exemplo de: “Balão Mágico”, “Trem da Alegria”. Esses grupos musicais passaram a ser verdadeiros fenômenos de vendas, e a cada festa infantil, estações de rádio, programas infantis de TV, eles estavam presentes. Também na década de 1980, surgiram várias composições de Vinícius de Moraes e Toquinho que são lembradas e referenciadas até hoje para o público infantil, algumas delas são sugestões para educação infantil conforme: “Referencial Curricular para Educação Infantil” como: “A ARCA DE NOÉ. Toquinho e Vinícius de Moraes. Vols. 1 e 2. Polygram, 1980.” (BRASIL, 1998, p. 79). Outras canções como: Aquarela, O Caderno, O Poeta Aprendiz, A Casa, O Pato, Pinguim, são verdadeiras obras de arte musicais que permanecerão eternas na memória de várias gerações.

Em meados da década de 80, surge o “fenômeno Xuxa” que passa a monopolizar as músicas infantis, seu maior sucesso “Ilariê” tendo compositor: Cid Guerreiro, Dito e Ceinha; estes estouraram nas paradas de sucesso da época. Muitas músicas de Xuxa marcaram essa época como: Lua de Cristal, Arco-íris, Doce Mel, Brincar de Índio e etc. Xuxa também produziu um trabalho voltado ao público infantil de menor faixa etária o: “Xuxa Só Para Baixinhos” com canções como Cinco Patinhos, Cabeça Ombro Joelho e Pé, Txu Txucão, e etc. Este último já no início do ano 2000.

Nos anos de 1990, uma dupla de irmãos chegava para estourar as paradas de sucesso: Sandy & Júnior, com as músicas: Maria Chiquinha, Vai Ter Que Rebolar, Pica- Pau, A Dona

Aranha, Aniversário do Tatu. Pode-se dizer que essa dupla cresceu juntamente com seu público, pois as melodias ficaram mais românticas e menos infantis, assim a dupla passa a focar no público adolescente e não mais no infantil, fazendo com que toda uma geração os acompanhasse.

Diante desse panorama, chegamos à contemporaneidade e em se tratando de crianças com a faixa etária de 5 a 10 anos não existe atualmente nenhuma banda voltada a esse público, é notório que as crianças estão sem alguém para se espelhar. Com relação a artistas brasileiros infantis, a maioria das crianças hoje só se interessam por músicas de outras nacionalidades e/ou aquelas que não são destinadas à sua faixa etária, criando verdadeiros conflitos de gerações, muitas vezes são músicas de conteúdos totalmente inadequados para essa faixa de idade.

Nesse contexto, caracteriza-se a perda ou a minimização da cultura, da continuidade da memória e da identidade musical, fazendo com que, cada vez mais haja o empobrecimento de nossas músicas infantis e de vários aspectos da cultura brasileira.

LINGUAGEM MUSICAL INFANTIL

A linguagem musical deveria estar presente na vida das crianças desde muito cedo, através da música, muitas crianças conseguem demonstrar habilidades, socializar-se, e até mesmo desenvolver melhor sua capacidade cognitiva. Nesse sentido, o “Referencial Curricular para Educação Infantil”, afirma que: “A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo à linguagem musical. É uma das formas importantes de expressão humana”. (BRASIL, 1998, p. 45). Contudo, a linguagem musical vai além de apenas mero entretenimento, ela significa desenvolvimento e aprendizagem que é primordial quando se trata de crianças em processo formativo.

A música é uma arte, e como tal aprimora a sensibilidade e habilidade dos indivíduos. Para Gohn e Stavracas (2010), a música além de uma arte, é também uma forma simbólica de linguagem com várias representações que fazem com que as crianças expressem melhor suas emoções e seus sentimentos, contribuindo para a sua formação integral. Sem a música, como fonte inspiradora, a monotonia tomaria de conta de ambientes infantis que merecidamente necessitam de algo para alegrar e dinamizar as ações, a exemplo de: lavar as mãos, esperar os pais chegarem na escola, antes do lanche, hora da brincadeira e etc.

O processo de musicalização é iniciado de forma bem precoce e espontânea, até mesmo durante a gestação a mãe pode inserir a música para acalantar o feto que já está com a audição formada, assim também como os bebês que reagem ao ouvirem determinadas músicas, nas crianças em geral a musicalidade age de forma interativa, divertida e comunicativa.

O ambiente sonoro, assim como a presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas, parlendas etc., reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem. Encantados com o que ouvem, os bebês tentam imitar e responder, criando momentos significativos no desenvolvimento afetivo e cognitivo, responsáveis pela criação de vínculos tanto com os adultos quanto com a música. Nas interações que se estabelecem, eles constroem um repertório que lhes permite iniciar uma forma de comunicação por meio dos sons. (BRASIL, 1998, p.51).

Nesse contexto, enfatizamos a importância da presença da linguagem musical na infância como precursora da formação de uma memória e identidade cultural futura, assim sendo, essa linguagem deve ser realizada de uma maneira sistemática, organizada e adaptativa a cada realidade, para isso não podemos deixar de citar sobre a necessidade de uma boa formação para os professores da educação infantil, somente dando-lhes capacitações e conhecimento adequado chegaremos a uma educação de qualidade e rica culturalmente.

Nossa cultura, cada vez mais, passa por processos de mudanças sofrendo influências externas, sejam elas de outros países ou por variações momentâneas. Nesse contexto, as músicas infantis vêm perdendo sua importância, pois a divulgação das mídias (rádio, TV, Internet) influencia nos gostos musicais familiares (muitas vezes inadequados) e o meio em que a criança está inserida.

Não podemos falar em músicas infantis no Brasil sem falar da década de 1980, pois nessa época, foi onde houve a grande disseminação de músicas para esse público no Brasil, baseado nisso fizemos um levantamento de dados com os professores da Educação Infantil e Fundamental I e comprovamos que 95% dos pesquisados utilizam as músicas dessa época. A seguir mostraremos como a pesquisa foi realizada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória/descritiva, com levantamento bibliográfico, realizamos a aplicação de um questionário tendo como população (23) professores, sendo (7) da rede privada e (16) da rede pública, da grande João Pessoa-PB, em busca de informações sobre os gostos musicais das crianças a partir dos 5 anos, e a visão/entendimento que essas professoras têm sobre esse assunto. Essa etapa do trabalho teve a duração de duas semanas.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados estão apresentados por tabelas e dados descritivos, dessa forma, procuramos representar com o máximo de fidedignidade os dados colhidos através de um questionário, tentando transmitir as informações necessárias para o alcance dos objetivos do trabalho.

Foram pesquisadas 23 professoras, sendo 16 de escolas públicas e 7 de escolas privadas, com idades variadas entre 23 aos 58 anos, podemos perceber que a maioria dos professores, estão na faixa etária dos 40 anos, representando 39,13% (ver Tabela-1).

Tabela 1: Faixa etária dos professores pesquisados

Item	Quantidade	Percentual
De 23 aos 29 anos	06	26,09%
De 33 aos 39 anos	04	17,39%
De 40 aos 49 anos	09	39,13%
De 50 aos 58 anos	04	17,39%

Fonte: Dados da Pesquisa, (2014).

Os pesquisados lecionam na Educação Infantil (de 3 a 6 anos) e Fundamental I (de 7 a 10 anos), estas faixas etárias são as padronizadas no modelo educacional atual, por essa razão a escolhemos, porém nos surpreendemos com a quantidade de alunos com idades superiores as recomendadas por séries, 74% dos professores tem alunos com idades maiores do que as padronizadas.

Outro questionamento abordado foi sobre a utilização dessas cantigas nas escolas (conforme Tabela- 2), percebemos que

o acolhimento e as datas comemorativas representam 50% das ocasiões em que estas são utilizadas, seguida das atividades em classe com 22%, projetos escolares com 13%, Arte e cultura com 3% e por último a recreação com 2%, as músicas infantis têm um papel fundamental na socialização e na reconstituição da memória, tanto a sociocultural quanto a musical propriamente dita.

A acolhida é o momento em que as professoras chamam a atenção dos alunos e aproveitam para socializá-los através das músicas. Sem as canções, estas atividades se tornariam monótonas e desestimuladoras, assim também como as atividades com as datas comemorativas, imaginemos como seriam comemorar algo sem música? Seria no mínimo estranho.

Tabela 2: Ocasões em que as músicas são utilizadas

Item	Quantidade	Percentual
Acolhimento	08	25%
Datas comemorativas	08	25%
Atividades em classe	07	22%
Projetos escolares	04	13%
Arte e Cultura	03	9%
Recreação	02	6%

Fonte: Dados da Pesquisa, (2014).

87% dos professores utilizam materiais didáticos que contenham músicas infantis, disponibilizados pela escola, contra 13% que não tem acesso a esses materiais, como CDs, pen drives e coleções musicais. Quando perguntamos a respeito da utilização das canções mais antigas, 95% dos professores disseram que trabalham com elas, e apenas 5% não; as mais citadas foram: cantigas de roda (Atirei o pau no gato, Sambalelê, Terezinha de Jesus, O sapo não lava o pé, O cravo brigou com a rosa e etc), músicas do grupo Balão Mágico, Toquinho e Vinícius de Moraes, Sandy

e Júnior, Xuxa, Eliana. Indagamos sobre as reações das crianças quando essas músicas mais antigas são apresentadas, 57% delas reagem com entusiasmo e alegria. (Ver Tabela-3)

Tabela 3: Reação das crianças diante de músicas infantis antigas

Item	Quantidade	Percentual
Entusiasmo, Alegria	13	57%
Demonstram interesse	06	26%
Não gostam de imediato	02	9%
Preferem as atuais	01	4%
Não responderam	01	4%

Fonte: Dados da Pesquisa, (2014).

Ao questionar se as crianças pedem para ouvir/cantar alguma música específica, 78% responderam positivamente e 22% disseram que não.

As músicas apresentadas pelos pesquisados foram: as cantigas de roda (Marcha soldado, A canoa virou, Roda roda roda, Borboletinha, Se essa rua fosse minha, Bota aqui o seu pezinho, Meu pintinho amarelinho, A linda rosa juvenil, Homenzinho torto, Primavera, Ciranda), O leão, A pulga, A casa, O pato, A foca, Meu lanchinho, A janela, Era uma vez, Vamos pular, Aquarela, músicas gospel e músicas da atualidade não especificadas. Além das músicas, foram citados: o grupo Balão Mágico, Xuxa Só para Baixinhos, trilha sonora do filme Frozen e a cantora Anita; e ritmos como funk e swingueira.

61% dos professores pesquisados afirmaram que os gostos musicais das crianças estão ligados diretamente com o que elas ouvem em casa, na mídia e na comunidade onde vivem, conforme relata o Pesquisado 1 “O gosto musical tanto das crianças como dos adultos, no meu ponto de vista depende muito do que a família costuma ouvir no seu ambiente. Neste ano, tivemos a

oportunidade de assistir uma apresentação de uma Orquestra aqui na escola, todas as crianças gostaram e ficaram interessadas.”

De acordo com o Pesquisado 2, podemos perceber que as crianças têm uma boa aceitação com músicas que são feitas para elas. “Infelizmente hoje não temos muitas opções para o público infantil, essas músicas de hoje são carregadas de pornografia, tanto nas letras quanto nas coreografias.”

Desta forma, compreendemos a importância da música adequada para cada faixa etária da criança, sendo assim, o adulto responsável pela formação dos futuros cidadãos devem evitar, a todo custo, que as crianças ouçam e aprendam palavras e gestos de baixo nível, sabemos que a criatividade é uma característica muito forte em crianças a partir dos 5 anos de idade, e é na infância que se desenvolve a formação da personalidade de um indivíduo.

Assim, o adulto responsável e os professores devem ter o máximo de atenção para que as crianças aprendam e desenvolvam o que é bom, incentivando na formação de opiniões para que elas saibam diferenciar aquilo o que (querendo ou não), elas ouvem na mídia e na comunidade onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tentamos buscar a reconstituição da memória musical infantil, através das músicas que marcaram épocas, resgatando a identidade cultural e social.

De acordo com os dados levantados, percebemos que as crianças têm uma boa aceitação, divertem-se e interagem quando ouvem as canções antigas. Notamos um deficit de músicas adequadas para crianças dentro da família e no meio que elas estão inseridas, sendo assim, todas as músicas infantis as quais elas conhecem é somente através das escolas, pouquíssimos pais incentivam seus filhos a ouvirem músicas adequadas a idade deles, estando alheios a esta responsabilidade.

Chegamos à conclusão que é necessário repensar os valores familiares, pela influência que este tem diretamente sobre a criança. A escola precisa estar preparada para resgatar e atuar com projetos culturais que envolvam e estimulem os alunos a gostarem de músicas que representem valores, instiguem a reflexão e a formação da criticidade no seu dia a dia, dessa forma, reconstituiremos a memória social e musical infantil.

Também refletimos sobre a necessidade de um lugar que possa fazer o resgate dessas canções infantis oralizadas, registrá-las em algum suporte (vídeo, cd, etc) e as que já foram publicadas e estão em suporte sonoro como cd, disco de vinil, etc também precisam ser preservadas. Para nós, fica evidente a necessidade de salvaguardar a memória social, certamente, poderá ser uma preocupação de arquivistas e instituições com a memória musical infantil de nosso país.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.5, n. 3, 2005, p. 27- 33. Disponível em: < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=93>>. Acesso em: 03 Nov. 2014.

BOSI, Ecléa. **A Pesquisa em Memória Social**. São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a12v4n12.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. v. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

CARVALHO, Patrícia Alves; ROJAS, Jucimara. **A Música:** uma linguagem no aprender infantil. Disponível em: <http://www.ded.ufms.br/listprof/currc1/jucimara/1063%20%20Trabalho-2-4-5-2006_16-25-27.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia, Juventude e Memória Cultural. **Educação e Sociedade**, Campinas, 2008, v. 29, p. 667-686. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0329104.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

GOHN, Maria da Glória; STAVRACAS, Isa. O Papel da Música na Educação Infantil. **Eccos Revista Científica**, Brasil, v. 12, n. 2, jul./dez, 2010, p. 85-103. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71518580013.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MOREIRA, Ana Lúcia Iara Gaborim. Música infantil no Brasil: reflexões sobre o repertório midiático, escolar, erudito e popular. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 2., 2012, São Paulo, **Anais...** São Paulo: SIMPOM, 2012, p. 289-297. Disponível em: <file:///C:/Users/Ludimila/Downloads/SIMPOM_2012_-_Musica_infantil_no_Brasil_-_reflexoes_sobre_o_repertorio_midiatico_escolar__erudito_e_popular-libre.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

OLIVEIRA, Rosimary Lima Guilherme. **A Inserção da Música na Educação Infantil e o Papel do Professor**. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3412_1722.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o Campo de Estudo da Memória Social:** uma perspectiva psicossocial. Rio de Janeiro, 2007, p.

290- 295. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n2/a15v20n2.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SOUZA, Carlos Eduardo de; JOLY, Maria Carolina Lema. A Importância do Ensino Musical na Educação Infantil. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, Ano 4 v. 4 n. 7, jan -jun. 2010, p. 96-110. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/180/106>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

REVISITANDO OS ANTEPASSADOS DOS NORDESTINOS: O CASO DOS JUDEUS SEFARDITAS

Paulo Henrique Pereira de Lima¹
Igor José Filgueira de Sá Barreto²

Resumo

Este artigo objetiva evidenciar parte da história de parcela da população nordestina. Refaz o caminho dos judeus sefarditas até a chegada ao Brasil, a miscigenação com os nativos e a ocultação de uma cultura, quer seja pela inquisição, quer seja pelo antissemitismo. O artigo traz uma abordagem investigativa de documentos que se encontram em vários arquivos permanentes e pessoais. Utilizando uma metodologia bibliográfica e de cunho qualitativo, este trabalho mostra como aconteceu a ascendência judaica dos nordestinos. Conclui-se que muitos brasileiros, especialmente nordestinos, possuem uma ascendência semita, de modo que desconhecem esse fato, pois foi encoberto por

-
- 1 Paulo Henrique Pereira de Lima, graduando em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba. Email: henricpaulo7@gmail.com.
 - 2 Igor José Filgueira de Sá Barreto, graduando em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba. Email: igoruepb@gmail.com

diversos fatores. Por isso, fica evidente a importância do acesso à informação nos arquivos, pois eles não deixam a memória de um povo se apagar, pois é através do documento que se adquirem bases para qualquer área expor a interdisciplinaridade da Arquivologia e sua importância na preservação da memória social.

Palavras-chave: Arquivística. Judeus Sefarditas. Memória. Vestígios.

INTRODUÇÃO

Os judeus mostraram ao longo da sua história uma resiliência ímpar, adaptando-se sobre diversas circunstâncias desde a primeira diáspora. Este artigo não tem por finalidade se tornar um trabalho genético, pois se trata de uma investigação de vestígios de documentos, na busca de fazer possivelmente emergir uma parte da história desconhecida por muitos brasileiros.

A história se faz única e exclusivamente com documentos e esta pesquisa utilizou como referência autores que se dedicaram ao tema para refazer o caminho dos judeus sefarditas no Nordeste do Brasil. Por que os judeus vieram colonizar o Brasil? E por que essa parte da história é omitida?

A inquisição ibérica dos séculos XVI e XVII fez os judeus, que passaram a ser chamados de cristãos-novos (recém-convertidos ao cristianismo, forçadamente), olharem para o Novo Mundo como refúgio. Desde 1499, não existia mais judeus em Portugal, eram denominados de cristãos-novos e a emigração para o Brasil seria um alento à paz e liberdade de culto. De acordo com o Dicionário de Sobrenomes Sefaradi (FAINGUEMBOIN; VALADARES; CAMPAGNANO, 2011), os arquivos indicam a chegada de judeus no Brasil, desde seu descobrimento, inclusive membros da frota de Pedro Alves Cabral eram cristãos-novos.

Ainda de acordo com o supracitado, os arquivos da inquisição brasileira mostram que com a ocupação holandesa no Nordeste, houve um grande aumento de judeus, eles puderam se organizar e fundar a primeira sinagoga das Américas, a Kahal Kadosh Zur Israel, em Recife-PE.

Muitos nordestinos desconhecem sua ascendência judaica, pois a inquisição atemorizou os judeus. A inquisição considerava crime as chamadas práticas judaizantes, ou seja, apenas ser judeu era motivo de morte. Então, a religião era ocultada e com o passar do tempo ficou restrita a pequenos grupos.

Revisitar os antepassados dos judeus foi o objetivo da pesquisa que buscou a finalidade de mostrar o antissemitismo embutido em nossa história, e expor quem foram judeus portugueses e holandeses que contribuíram para a colonização do Brasil, baseado, principalmente no Dicionário de Sobrenomes Sefaradi (FAIGUENBOIM; VALADARES; CAMPAGNANO, 2011) que utilizou 334 arquivos europeus, destrincharemos o que se refere à vida e trajetória dos judeus no Nordeste.

Como evidenciar a ascendência semita de uma boa parte da população nordestina? Um caminho seria através da investigação de documentos em arquivos permanentes, confrontando autores que se aprofundaram sobre essa temática e explicar sobre o trajeto que fizeram até chegarem a solo nordestino, mostrando a miscigenação deles com os nativos e o antissemitismo imposto pela inquisição conhecidos como “crimes judaizantes”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este artigo tem como fundamento teórico a abordagem de arquivos da Inquisição e constatação da descendência judaica dos nordestinos e sobre a ocultação dessa parte da história.

JUDEUS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Os judeus do século XV se perguntavam como seus ancestrais chegaram a Península Ibérica? Que direitos detinham sobre essas terras? Porque eles não sabiam atestar sua antiguidade e ancestralidade na Península Ibérica durante a expulsão da Espanha em 1492 e era preciso conhecer a história de seus ancestrais, porque como tinha sido expulsos, precisava-se saber os lugares dos seus antepassados, para poder sair da Espanha.

O primeiro texto que faz referência ao tema, de acordo com o Dicionário de Sobrenomes Sefaradi é a *Refundição da Crônica* de 1344. Porém, os judeus afirmam que se estabeleceram em território espanhol bem antes da destruição do Segundo Templo (70 d.C). “A documentação existente não esclarece se esses judeus vieram por vontade própria ou perseguidos. A versão insistentemente contada era que eles chegaram a Espanha muito antes da crucificação de Cristo.” (FAIGUENBOIM; VALARES; CAMPAGNANO, 2011,, p. 27).

Luis Del Marmol Carvajal, quando fala da revolta dos mouros em Granada e da chegada dos judeus a essa cidade e muitas localidades na Espanha tem o mesmo nome de cidades israelitas, como Toledo (Toledot), Escalona (Asquelon), Noves (Nobe) e Yepes (Jope/ Jaffo); todos os nomes provenientes do hebraico.

Um documento importante é uma carta encontrada no Guenizah, recinto onde se guardava livros sacros danificados que, por lei religiosa, não podem ser destruídos, que menciona judeus que residem na Babilônia se reportando aos judeus da Espanha, durante a época de Alexandre Magno.

No começo da Era cristã, os judeus viviam sob as mesmas condições de vida de outros povos do Império Romano-Germânico. Entretanto, com a conversão do rei Recaredo, ao Cristianismo, 586, uma política de perseguição aos judeus se instalou na Espanha e continuada com o rei Sisebuto, em 613,

que instituiu leis que obrigavam os judeus a se converterem ao Cristianismo.

Muitos judeus atravessaram Gibraltar e foram viver no norte da África, mas o que remanescente não conseguiram viver em paz com liberdade de culto. Essa política antisemita perdeu por todos os reis visigóticos até a invasão muçulmana, em 711.

A VIDA DOS JUDEUS DURANTE A INVASÃO MUÇULMANA

Em 711, ocorreu a invasão islâmica na Espanha, através do norte da África. Com isso, os judeus não eram hostilizados pelos muçulmanos e passaram a receber responsabilidades para trabalhar no Estado, através de cargos de segurança do setor administrativo, eram agentes colonizadores e entre outros, assim conseguiram adquirir a confiança dos árabes e com isso havia uma atmosfera tolerante e um clima de progresso surgido do intercâmbio entre judeus e muçulmanos, em que a corte estava sempre disposta a promover os sefarditas.

Com isso, surgiu a esperança judaica de uma nova vida, no início do século XI. Mas ocorreu uma forte crise política no mais poderoso estado árabe chamado de Império Omíada, que foi fragmentado em pequenos reinos e, com isso o intercâmbio, bastante abalado, mas com a fragmentação do Império árabe em outros reinos, os judeus de talento tinham muitas oportunidades para exercer, cada vez mais, cargos importantes.

O clima era que reinava a cultura árabe, e, com isso, as comunidades judaicas eram favorecidas, já que existia um bom convívio com os muçulmanos. Assim a cultura judia era gradualmente desenvolvida, porém existiam algumas confusões na Espanha muçulmana e, ao passar do tempo, aumentava cada vez mais, assim gerando corrupção e dificuldades econômicas

na qual impuseram aos judeus o abandono de várias regiões da Espanha, levando assim o fim da nova vida judaica.

RECONQUISTA DA ESPANHA CRISTÃ

Com a crise do estado muçulmano através de poderes exacerbados, resultou em uma reação cristã, que iniciou uma campanha política e militar para reconquistar o território. Nessa campanha, havia uma exploração dos reinos católicos com os judeus, que eram obrigados a pagar altas taxas de impostos, na qual eram investidas no financiamento de despesas bélicas, além de que eram bastante explorados e não podiam reclamar. A reconquista só avançava e, com isso, cada vez mais diminuía a importância e aumentava o clima de ódio com os judeus.

Houve uma enorme contribuição sefardi à civilização, especialmente a Espanha. “Os judeus hispânicos abriram novos caminhos dentro do judaísmo em áreas do conhecimento filosófico e místico.” (FAIGUENBOIM; VALADARES; CAMPAGNANO, 2011, p.43). Conseguiram avanços importantes na interpretação de textos e um amplo conhecimento na exegese bíblica, no direito, na cartografia, náutica, cosmologia, astrologia, alquimia, medicina e matemática e contribuíram de forma essencial para que portugueses e espanhóis se tornassem as duas maiores potências marítimas nos anos de 1450 a 1500.

JUDEUS NAS CORTES REAIS

Apesar de todo sofrimento do povo judeu na península Ibérica, existia o “cortesão judeu”, que eram aqueles que trabalhavam na corte como um alto funcionário que ocupava um posto-chave como organizador, intermediário ou centralizador, eles viviam no palácio real e atuavam em favor do seu povo e eram considerados dignos dirigentes da nação judaica em terras ibéricas.

Os reis necessitavam dos judeus ricos para utilizá-los como “agentes colonizadores” e os soberanos viajavam com a família real em todo território nacional em companhia de judeus, porque o reino precisava dos serviços judeus, que obtinham por sua vez, a proteção da Corte. A confiança depositada aos cortesãos judeus fez com que muitos se convertessem em bailli que significa a antigo cargo nas Cortes ibéricas, podendo ser um juiz provincial ou o comendador de ordens militares.

No final do século XV o fenômeno “judeus de corte” caiu em desuso, por causa de alguns fatores como a recuperação territorial da Reconquista, a unificação religiosa e a precipitada decadência dos Estados ibéricos, que marcaram o término das necessidades de colonizar, guerrear e reconquistar, com isso a função do cortesão judeu não era mais necessário.

CONVERSÕES FORÇADAS

Chegou um período em que a população judaica foi atacada, provocando assim várias matanças pelo reino de Castela que logo; em seguida, se expandiu para Aragão. Os judeus estavam desesperados nas igrejas pedindo o batismo, que era a “conversão forçada”, ou fugiam para lugares desconhecidos, para se livrar dos ataques e das matanças, foi um período muito difícil para a comunidade judaica, porque houve muitas perseguições e, com isso, provocando várias mortes.

Tentavam encontrar respostas para entender o que estava acontecendo, alguns procuraram até a Bíblia, mas não encontravam as razões para tanto sofrimento de ódio e violência praticados pelos cristãos. Chegavam a conclusão de que só podiam ser “castigos divinos”, na qual o povo israelense era castigado por Deus, por causa, de seus pecados. Após o período de conversões, muitos cristãos-novos ainda cultivavam hábitos judaicos.

DISPERSÃO SEFARDITA

De acordo com Barroso (1990), desde as primeiras expedições ao Brasil comandada por Pedro Álvares Cabral, existe a presença de judeus. Após a expulsão dos reis católicos espanhóis e portugueses, os judeus se viram em um ponto sem saída, ou migravam ou continuavam, apesar de converter ao catolicismo não era garantia de viver em paz, pois uma série de direitos era cerceada.

Os primeiros judeus sefarditas a chegarem ao nordeste brasileiro se alocaram na ilha de Fernando de Noronha, posteriormente, no Brasil holandês, vieram grandes concentrações de judeus que colonizaram os estados com domínio holandês.

Como o Brasil era colônia, seguia as mesmas leis da metrópole, os cristãos novos eram constantemente vigiados. A Paraíba com uma população de 52.000 habitantes, tornou-se alvo do Tribunal do Santo Ofício, de acordo com o historiador José Octávio Melo.

No estado vizinho, Pernambuco, houve destaque para a capital Recife, que recebeu muitos judeus sefarditas, inclusive a primeira sinagoga foi construída nas Américas foi a *Kahal Kadosh Zur Israel*, na cidade do Recife.

Muitos judeus chegaram ao Brasil como cristãos-novos, tinham sido batizados na Europa por causa da Inquisição, eles faziam parte das embarcações portuguesas:

O judeu Gaspar embarcará na nau do capitão-mor como língua e conselheiro hoje diriam intérprete e técnico, em coisas e negócios das Índias. Seus olhos vivos e espertos, olhos de rato fugido dos guetos da Polônia, viram o nosso Brasil no primeiro dia de seu amanhecer. (BARROSO, 1990, p.32).

Com a forte Inquisição da igreja, na Europa, os sefarditas sentiram-se obrigados a fugir para outro lugar, caso não quisessem morrer ou se tornar cristãos-novos, com isso, várias famílias hebraicas vieram à América Portuguesa, onde inicialmente viviam livres dos tribunais do Santo Ofício, com isso tinha uma vida de absoluta tranquilidade.

Com o passar dos anos, porém, a tranquilidade judaica em território brasileiro foi se acabando, porque com a chegada dos portugueses e de outros povos europeus, os judeus voltavam a serem perseguidos, muitos deles foram para o interior do país, local que existia pouca ou nenhuma habitação.

Quando chegaram ao Brasil, os sefarditas resolveram se instalar principalmente em Pernambuco, porque lá não existiam inicialmente tribunais de Santo Ofício e começaram a produzir a cana-de-açúcar. Posteriormente, existiam alguns senhores de engenho judeus. Também havia alguns judeus na Bahia, só que a maioria deles encontravam-se em Pernambuco, principalmente no Recife, e tiveram sua contribuição na independência do Brasil.

Os judeus tiveram uma importância fundamental não só na independência do Brasil, mas na construção da história, memória e da cultura de nosso país, como existem vários costumes de brasileiros muito relacionados com os sefarditas, principalmente no interior, onde muitos deles habitaram essa região no passado, na luta para fugir da inquisição e suas perseguições.

Segundo o documentário “A Estrela Oculta do Sertão”, (YOUTUBE, 2012) nas primeiras décadas da colonização, há 500 anos estima-se que um em cada três portugueses que aqui chegaram era cristão-novo, judeu convertido, à força, em 1497. Durante três séculos, foram perseguidos pela Inquisição, mostrando o lado sofrido dos judeus, uma história sofrida oculta e desconhecida por muitos, um passado que precisa ser contado.

A história judaica foi marcada por muitas perseguições, desde a Europa até o Brasil; esse povo passou vários séculos se escondendo da Inquisição, não podiam praticar sua religião, eram obrigados a se converterem. E essa parte da história que foi oculta, tem muita importância para o nosso povo, muitos são descendentes; é preciso refazer o caminho dos sefarditas e a pesquisa em arquivos é um caminho para se resgatar a história pelos textos descritos em documentos que podem contar uma história esquecida ou desconhecida pela nação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de refazer o caminho dos judeus no nordeste brasileiro, verificou-se que o antissemitismo embutido desde inquisição escondeu essa parte da história, muitos que se converteram ao catolicismo tiveram seus hábitos cerceados e, com o passar do tempo, praticamente esquecidos. Em contrapartida, muitos hábitos judaicos ainda existem em nosso meio, isso se dá pela forte presença dos judeus que se misturam com nativos, tanto que na cidade de Galante, interior da Paraíba, uma casa que tem aproximadamente duzentos anos, possui uma estrela da Davi em sua fachada, o que evidencia a presença semita.

Conclui-se a responsabilidade dos arquivos e de seus profissionais para salvaguardar a memória e a importância de se fazer um trabalho arquivístico de qualidade para que possa facilitar a pesquisa de historiadores e interessados com a história de um povo.

REFERÊNCIAS

A ESTRELA OCULTA DO SERTÃO (Os judeus desconhecidos) In: YOU TUBE. 20 maio 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zM6dRc5mrtM>> Acesso em: 20 maio de 2012.

BARROSO, G. **A História Secreta do Brasil**. Porto Alegre: Revisão, 1990.

FAIGUENBOIM, G.; VALADARES, P.; CAMPAGNANO, A. **Dicionário Sefaradi de Sobrenomes**. São Paulo: Fraiha, 2011.

A HISTÓRIA INVISÍVEL: UMA TRAJETÓRIA DE VIDAS CONTADAS PELO ARQUIVO DA NAMÍBIA, ÁFRICA

Gabriel de Lacerda Moreira

Gabriela Alves da Silva

Rachel da Silva Araújo

“Eu **grande** general dos soldados alemães, envio esta carta aos Hereros. Os Herero não são mais **súditos** da Alemanha [...] A nação Herero deve deixar o país. Caso se recusem, eu os forcarei com o **canhão**. Qualquer Herero encontrado dentro das fronteiras alemães **com ou sem armas** ou gado, será **executado**. Não pouparei nem **mulheres**, nem **crianças**”. (General Alemão Adrian von Trotha Lothar Dietrich)

Resumo

O artigo anuncia e denuncia o pouco interesse da comunidade acadêmica arquivística brasileira em fatos relacionados à África e traz um convite à reflexão e ação sobre o preconceito e sua permanência no mundo civilizado através da releitura do primeiro genocídio do século XX cometido

pelos alemães às etnias africanas herero e nama no Sudoeste da Namíbia, África. Este estudo foi realizado por intermédio de pesquisa exploratória do documentário exibido pela Globonews Expedição Namíbia, com contribuições de Terry Cook sobre a participação do profissional do arquivo frente aos novos paradigmas da sua profissão, que necessita reavaliar suas práticas nas áreas de conhecimento e usar como referencial a tradicionalidade arquivística, mas confrontando com os novos paradigmas da arquivologia contemporânea: identidade, memória, evidência e comunidade para aproximar-se de fato do usuário real, e a despertar da sociedade de inclusão, através da humanização e inovação pela preservação coletiva de interesses dos usuários invisíveis que a sociedade excludente promove, mas que o arquivo revela e desvela em verdades para retomada de dignidade e cidadania.

Palavras-chave: África. Arquivística. Arquivo. Genocídio. Memória.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, percebe-se ainda o pouco interesse da comunidade acadêmica arquivística brasileira em fatos relacionados à África e ao seu povo, como por exemplo, a Namíbia localizada no sudoeste do país. O Artigo retrata, em período colonial as barbáries e atrocidades cometidas a etnias herero e nama, em decorrência do desejo do império Alemão.

De suma importância tais fatos, devem ser tratados pelo mundo civilizado para retomada da cidadania dos descendentes que gritam ao mundo por justiça, solicitando o reconhecimento do mal velado, e reescrever a história desta população descendente que pejeja pelo desejo e necessidade do respeito à memória

dos seus mortos resistentes bravamente pelas suas terras, por seus meios de sustentabilidade, identidade, dignidade; pilares sólidos para a construção de uma verdadeira independência.

Tais dados foram analisados através da pesquisa documental de cunho exploratória; o documentário exibido pela *Globonews Expedição Namíbia*, à luz das contribuições de Terry Cook, arquivista e historiador da Universidade do Canadá que revela novos paradigmas para o profissional do arquivo e sua participação na sociedade, além dos autores Ralph (1990) e Bauman (2004) para contextualizar as bordas sociais.

É um convite à reflexão sobre preconceito e sua permanência perversa no mundo globalizado; um espelho para aqueles que não conhecem sua própria história e janelas para os refugos humanos com suas demandas de exclusão social nos entrelace da liberdade de informação, do arquivo, do arquivista e da sociedade.

Portanto, o livre acesso aos arquivos oferecem aos namibianos e a própria população brasileira uma releitura para fomentar as perspectivas do patrimônio da memória social, celebrando a história e a memória da cultura africana.

A HISTÓRIA DA NAMÍBIA

Os relatos aqui efetivados sobre a Namíbia são baseados no documentário exibido pela *Globonews Expedição Namíbia* e nos motivaram a refletir sobre a função social dos arquivos e dos arquivistas. Primeiramente, analisamos os discursos que circundaram no vídeo, depois elaboramos nosso questionamento, fizemos um levantamento das referências necessárias e, por fim, as reflexões baseadas em Cook (2012).

Uma história conhecida por poucos, mas que tem ligação com todos nós; o primeiro genocídio do século XX foi esquecido por interesses de grupos dominantes desde sua inserção, de

maneira a legitimizar seu poderio com aumento de riquezas para o império alemão. Tudo passa entre 1904 e 1907, na Namíbia, situada na África, quando status colônia da Alemanha. Agora, 110 anos após as atrocidades em várias formas de extermínio de duas etnias africanas pelos alemães, a Namíbia busca sua democracia interna e racial desde 1990, marco de sua independência com a África do Sul, por quem era regida desde a Segunda Guerra Mundial.

Uma terra marcada com chegadas, conquistas e perdas. O solo na Namíbia possui grandes riquezas, e uma das maiores, são seus atores sociais; ferrenhos em seus ideais de luta e independência, os povos hereros e namas. Todavia, não contavam com a astuta habilidade alemã para domínio do território e a grande chacina. O documentário Globonews Expedição Namíbia, conta que na ocasião quando o português Diogo Cão chegou àquelas águas em 1485, chamou o local de Angra Pequena, porém não houve interesse por aquela área desértica protegida pelo deserto Namibe (denominado de escudo); o mais antigo do mundo com 55 milhões de anos, que dá nome ao país. O deserto de fato cumpriu sua missão por quase 400 anos, proteger seu povo sobre qualquer tipo de inferência de outros países e continentes. Sua área territorial de 1.500 km causava impasse aos navegadores, fazendo por descaracterizar qualquer tipo de interesse em exploração.

Com base em informações da National Geographic Brasil e, através de Emanuel Araújo, museólogo, curador e diretor do Museu Afro Brasil, nos poucos registros da história pré-colonial da Namíbia, grandes feitos arqueológicos indicam que o país era habitado há 25.000 anos pelos povos bosquímanos, cuja presença marcada nas gravuras rupestres. Estes povos fazem parte da família 'Nama', que nos recursos linguísticos apresentam cliques nas falas e que foram alvo dos alemães nos campos de concentração e extermínio.

Além desta etnia, a Namíbia possui uma população diversificada em grupos linguísticos e culturais, destacando-se os Mukubais que são os subgrupos dos Hereros, os Muhimbas, Muhacaonas, Mudimbas, Muchavícuas; todos com várias habilidades de trabalho para suas subsistências e campo vasto para a linguística. Os Hereros possuíam uma habilidade para cultura pastoril, com uma relação intrínseca entre boi e meio ambiente, já que viviam em áreas mais favoráveis no deserto, local de relevância e interesse dos dominadores por possuírem o que eles precisavam para as construções de suas colônias de povoamento e aumentos de suas relações comerciais com outros países.

O documentário mostra que no decorrer dos anos 1793 a 1797, sucederam no mundo muitas posses e países sendo agregados a outros. No caso da Namíbia, o desejo de grandes comerciantes por áreas mercantes com canais marinhos de águas profundas era de suma importância para escoar e aumentar suas riquezas; fato que ocorre até hoje com a parceria entre a Namíbia e o Brasil.

Deste modo, o Reino Unido assumiu o controle da Baía Walvis, na Namíbia, posteriormente conhecida como Ludertz, em decorrência da homenagem pelo nome do jovem alemão que trabalhava para um mercador, e que iniciou seu desembarque com suas atividades comerciais nesta local. As corridas coloniais surgiram para todos os lados e a Alemanha não possuidora de áreas agregadas, ficando para trás no ranking; em contrapartida os ingleses vangloriavam-se cada vez mais dos impérios formados, e isto gerava certo desconforto para o império alemão, visto que no final do século XIV em paralelo, houve um crescimento populacional muito rápido na Alemanha necessitando assim de espaço para seu próprio crescimento econômico.

Como estratégia dos países ricos, possuir colônias era algo como soberania nacional aos olhos dos mercadores e comerciantes, na seguinte análise: colônia versus metrópole era resultado

certo de lucro. Sendo assim, os entrepostos comerciais eram justificados pelos emergentes sociais de alto poder aquisitivo, para alimentar o sistema de interesse sobre as posses das colônias de povoamento, e desta forma legitimar seu poder, além de aumentar e escoar suas riquezas garantindo a totalidade imperial alemã e dos seus próprios interesses.

O chanceler alemão Otto von Bismarck, homem de poder e influências na Alemanha, encetou em reunião o que ficou conhecido na história como a Partilha da África; países europeus dominantes prevalecem sobre os menos favoráveis, retalhando o continente africano independente da vontade de sua população. Dava-se o início da opressão sobre os oprimidos, com profundo agravo as mudanças que seriam impostas ao povo africano, e nesta fatia do bolo, à Namíbia com seu numeroso grupo: os hereros e namas com suas propriedades, culturas e identidades.

De acordo com o documentário Namíbia Expedição, iniciado o processo de colonização, os colonos acreditavam que seriam os senhores destas colônias e que receberiam tratamentos de submissão, usando muitas vezes a força física para intimidação. No decurso, um crescente racismo por parte dos soldados alemães acentuava-se ao por ficarem contrariados de não exercerem o poder sobre aquele povo, que considerava inferior sobre a raça alemã. Percebe-se, nestes dados, a presença forte do preconceito racial, já com forte indicio da busca à raça ariana, tão militarmente difundidas décadas após. Por sua vez, fatos revelados no documentário traz à tona uma época de darwinismo social, que acentuava a maneira do tratamento dado pelos colonos aos povos africanos. Neste tempo, o aspecto diferença humana era sinônimo de estranheza e curiosidade, fatores que andavam juntos com o alto grau do racismo. A melanina da pele acentuada dos povos africanos era pretexto para as pseudociências estudarem e definirem como pessoas exóticas; ratificando anos mais tarde sendo ostentados em lugares públicos, sob ponto de vista biológico como seres inferiores.

Tendo em vista o exposto, analisar que tais comportamentos racistas em pleno século XXI ainda permeia nossa sociedade no mundo, se valida à invisibilidade da mais alta ancestralidade humana, os africanos. Um clássico da literatura, Ralph (1190) aborda de forma singular a invisibilidade dos negros na sociedade capitalista.

Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como aqueles que assombravam Edgar Allan Poe; nem sou um ectoplasma de filmes de Hollywood. Sou um homem com substância, de carne e osso, fibras e líquidos, e talvez até se possa dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou, por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim, vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo, menos eu (ELISSON, 1952, p.7).

Nos espelhos da vida o reapropriamento destas raízes ancestrais foi para todos os lados; pedaços humanos da África deslocados por vários continentes a fim de fortalecer os países dominantes. As aberrações da epiderme provocam até hoje, em determinados locais, o peso da palavra, transformando-os em seres humanos invisíveis. A cegueira da sociedade continua de tempos em tempos, haja vista que tal fato ocorria nos tribunais alemães na Namíbia em época em detrimento aos testemunhos dos negros para beneficiar os abusos dos soldados e oficiais alemães, e hoje os negros ainda são esquecidos e oprimidos pelo sistema de exclusão racial.

O processo de exclusão racial e de interesses comerciais agravava-se na Namíbia, no transcurso da imensa seca nas pastagens agravando ainda mais a situação dos povos africanos, com endividamento aos comerciantes alemães; para saldar suas dívidas os hereros e namas perdiam o seu maior capital, a terra. Em um planejamento algoz, os dominantes transferiram os papéis dos hereros e namas de vítimas para agressores, por infringirem os ritos de passagem dos acordos, dívidas e conflitos, favorecem a um levante no período pós-seca. Todavia por conhecer bem a região, os hereros ficaram em vantagem por dois meses, acentuando ainda mais a ira do império alemão sobre uma população frágil e despreparada para o que viria acontecer; extermínio de homens, mulheres e crianças que buscavam o livre arbítrio da liberdade.

O poder e o direito de escolha convergem para a acessibilidade da independência destes povos africanos que anunciava e, ao mesmo tempo, denunciava a utilização de seus espaços com verdadeiros gritos de alerta ao mundo. A ausência de democracia participativa destes sujeitos sociais foi reforçada pelas contenções das informações que ocorriam na Namíbia como sinal ao mundo; não havia espaços e interesses para as verdadeiras verdades, mas para as exclusões de sociedades às margens das convenções sociais com suas crenças e valores desassociados.

Com base nas produções teóricas de Cook (2012, p.144), o arquivista deve repensar através das suas inquietações, a busca destas verdades veladas, dando voz ao usuário, acessibilidade com independência e com direito ao poder de escolha.

A NAMÍBIA E O ARQUIVO

Apesar do tempo, o poder de escolha e de acessibilidade às informações circula por aqueles que desejam justiça na Namíbia e na própria Alemanha existem reivindicações de deputados do Bundestag - parlamento alemão para o reconhecimento do genocídio, além da reparação pública mundial para os descendentes

destes povos que contestam as devoluções dos milhares esqueletos e crânios há mais de um século em poderio de universidades europeias para experiências pseudocientíficas, reparando o respeito por suas crenças ritualizadas em enterros da existência dos seus ancestrais, bem como provocar ao mundo o ato da consciência, através dos mecanismos sociais.

Os arquivos são templos modernos – templos de memória. Como instituições, tantos como coleções. Os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e da consciência social (COOK, 1997, p. 143).

Parte desta história, o arquivo que é mantedor destas informações e provas, sendo assim deve posicionar-se com postura impar para desvelar estas invisibilidades à sociedade, permeando o caminho da informação, oferecer aos usuários as percepções e conhecimento das ocorrências no passado; promover no presente aos descendentes das vítimas seculares a devida prova para reparação; com a possibilidade de reconstrução da verdade para que a sociedade contemporânea mundial tenha acesso às informações secretas que ainda possam existir em posse da Alemanha, face aos documentos que revelam bastidores das operações dos campos de concentração aos africanos, como alternativa planejada para a dizimação em massa, evitando que o mundo percebesse estes crimes de torturas e mortes.

Descreve Kundera (1987, p.10) “a luta contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”. Desse modo, o

arquivista deve cumprir seu papel social como agente interviniente das muitas verdades reveladas ao mundo, a partir das informações documentais que transpassam as fronteiras do arquivo, intervindo com ações de auxílio a informação para a reconstrução da sociedade pós-moderna marginalizada pelo poder dominante.

Assim, os arquivistas mudaram no último século, passando, dos custodiadores jenkinsonianos passivos da totalidade dos resíduos documentais deixados por seus criadores, a ativos conformadores da herança arquivística. Evoluíram de uma suposta posição de guardiães imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tornarem-se agentes intervinientes que estabelecem padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística. Tornaram-se, assim, construtores muito ativos da memória social (COOK, 1997, p. 139).

O arquivista necessita desta sensibilidade para o repasse da informação a todos; quebrar paradigmas exige uma relação arquivo ao usuário real, e não apenas ao ideal. Numa transformação como varredores, os arquivos tomam espaços para visibilidades e vozes de negros, intelectuais, escritores, músicos, poetas, donas de casa, professores, trabalhadores braçais, cientistas, operadores, agricultores e Estado. Na Namíbia foram homens, mulheres, jovens, crianças e idosos a serem reduzidos ao silêncio em sua terra, ou obrigados a emigrar para não serem mortos pelos alemães.

Os arquivos precisam emitir seus sons para afastar os estigmas formados pelo mundo de cidades sem memória social; gente que não sabe, que não lembra e que moram em cidades que não sabem nem o que ocorreu. Poucos recordam da sua própria história como mostra o documentário Expedição Namíbia da Globonews. A linguagem semiológica no arquivo deve fazer-se presente e no presente, a fim de oferecer transparência a esta população negra; como se a própria gente que não sabe mais nada, que não se lembra de mais nada e que mora em uma cidade sem nome com seus ossos ao céu aberto. Através da transparência ativa, a sociedade namibiana em posse das informações custodiadas pelas entidades produtoras, obterá conhecimento dos elementos usados no processo de colonização forçado na Namíbia, tornando publica ao mundo acadêmico e a sociedade.

No Brasil, A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, regulamenta o direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. Já a África possui sua lei de acesso à informação pública, porém com grandes problemas de acessibilidade e fraqueza no próprio cumprimento da lei.

Por conseguinte, dados arquivísticos despontam claramente do ponto de vista bélico dos alemães, suas estratégias para o aumento das riquezas e uso deste país; porém, fica evidente a forma exacerbada do preconceito racial com o extermínio de aproximadamente cem mil hereros e namas. Fatos que levam ao discurso e documentação de tais registros que as estratégias sucedidas podem ter sido utilizadas como modelo de avaliação pelos nazistas para suas ações na Europa.

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca

insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas . [...] Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. [...] desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, com significantes que se referem determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente invisíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso (FISCHER, 1995, p. 15).

Fundamentado nos arquivos da história e despreendendo-se das representações informacionais do discurso, as colônias de povoamento foram palcos de lutas sangrentas, de resistências aos colonizadores ao redor do mundo, e neste contexto, um fato difere a Namíbia em muitos processos da formação colonial, houve uma ordem oficial escrita para o extermínio. Toda esta verdade incomoda até os dias atuais; vários governantes, tanto na Alemanha como na própria Namíbia, por puro interesse de suas classes dominantes. O entreposto continua, e a revelação deste cenário abre para o mundo janelas que determinados investidores, governantes e grandes empresários não desejam que venham à tona.

Apesar dos 110 anos deste fato, da ocorrência do genocídio dos hereros e namas, o fato ainda é vivo, todavia necessita de visibilidade acadêmica do ponto de vista arquivística para um

basta na história mundial da violência. Uma revisão crítica da histografia alemã, através dos documentos, traz à tona questões sociais destas descendências coloniais africanas que necessitam ultrapassar os passos de discórdia destes governantes ao mascarar os conflitos que houve no passado, para que no presente as concepções étnicas e ideológicas sejam destruídas, de modo que os sonhos destas vítimas civis sejam exterminados de fato, devolvendo sua dignidade à sociedade namibiana e assim provocar discussões pelo preconceito de produção acadêmica na área arquivística sobre este continente.

Nessa ideia da construção da memória coletiva e na necessidade atual de um entendimento mais profundo dos processos funcionais da sociedade e de suas instituições para se empreenderem as novas metodologias de avaliação [...] “recordar”, para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal, quanto social, tanto interno, quanto externo, tanto privado quanto público. Assim deve sê-lo, coletivamente, para os arquivos são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, de suas raízes, de sua história, que, por definição, combina o público e o pessoal (COOK, 1997, p. 139).

São princípios básicos da coletividade humana na sociedade namibiana, que o arquivo deve romper estas barreiras de acesso, para que o grupo étnico herero e nama, hoje com menos de 10% da população estimada, tenha autenticidade para o usuário real; e não uma história contada pelos vitoriosos alemães em suas propostas racistas com o uso da informação que melhor ajustar. Todavia, a mudança ocorre quando a rescrita através das provas documentais, aproxima-se dos vitoriosos e a memória

social vem à tona rompendo o conflito sócio histórico que os arquivistas podem enunciar, de modo que esta devolução à história não se torna apenas uma verdade, ou fato isolado para os namibianos, mas para o mundo; vários negros assim como os hereros e namas, foram desenraizados de sua cultura, para serem submetidos à exclusão social com o mais cruel e desumano tratamento dado. Isto ocorreu em vários continentes em períodos pós-colonial e moderno.

Em controvérsias, passado, futuro e presente andam juntos quando associamos as relações do colonialismo alemão do III Reich aos fatos na Namíbia. No próprio documentário, há historiadores da Namíbia que discordam da tese de genocídio, como há toda uma corrente favorável. Nesse sentido, é importante compreender a importância do arquivista nesse processo porque, segundo os textos científicos do canadense Terry Cook (1997), o arquivista deveria se distanciar de discursos imparciais do arquivo como espaço neutro de transmissão de conhecimento, para mostrar-se como papel social, fundamental para a construção da socialização à informação, de modo que a sociedade através do arquivo possa escrever o presente na Namíbia com reparos não apenas aos descendentes dos hereros e namas, mas para todas as vítimas de preconceito racial no mundo que sentiram na epiderme toda forma exacerbada de poder.

O mundo precisa desta retomada aos arquivos, à informação e à história para recontar verdadeiramente estes fatos, no sudoeste da África entre 1904 a 1907, em que pessoas morriam todos os dias; sem distinção de mulheres, crianças, idosos, homens. As provas resistem ao tempo; porém com a ação do homem, correm-se riscos na tentativa de apagar ou não se tornarem públicos fatos tão obscuros.

É de suma importância a contribuição acadêmica para que estudos sejam realizados, mas que principalmente estes resultados cheguem às classes sociais menos favorecidas.

Segundo Cook (1997, p.139), “esta é uma visão que poderá ser alcançada no século XXI, se os arquivistas deixarem de ser mantidos como prisioneiros pelo pesado jugo de suas próprias tradições ultrapassadas”.

Tais tradições precisam ir muito mais além das fronteiras arquivísticas; precisam iniciar no seio educacional, na base formadora de valores, opiniões e influências, a escola. Assim como aprendemos nas escolas sobre o nazismo e suas consequências aos judeus e ao mundo, pouco se fala de povos tão próximos ao Brasil. Nada, se relacionada aos primeiros a sofrer nas mãos dos alemães de forma vil; ou será que ainda iremos permear os tempos da oralidade?

ARQUIVO COMO TESTEMUNHA DO GENOCÍDIO DE UM POVO

Durantes anos, a questão do genocídio ocorria pela oralidade através de reuniões familiares para contar a história de um povo que lutou bravamente pelos seus direitos e foi brutalmente impedido pelo mais valoroso dom, a vida.

A oralidade tão presente desde as antigas civilizações, para este povo do continente africano, ficava a cargo dos idosos que representavam a informação com lembranças do passado ao longo do tempo de geração para geração.

O arquivo passa de papel passivo para ativo face às questões de memória social para compreender os paradigmas da sociedade e o que infringem as organizações públicas e privadas. Em pleno século XXI, a ciência arquivística necessita reformular seus propósitos tradicionais, para embasar o novo papel do seu profissional, frente a diversas questões sociais que o torna co-responsável e agente multiplicador de ações no arquivo que refletem diretamente na sociedade.

O Arquivo Nacional da Namíbia possui os suportes escritos e fotográficos, desvelando visivelmente o que ocorreu na trágica história dos hereros e namas. Documentos expõem a ordem e, relatos contados no documentário, afirmam que a determinação foi traduzida para a língua herero para que a comunicação fosse expressamente cumprida pela autarquia alemã. Como estratégia, as mulheres prisioneiras africanas foram dubiamente usadas, através dos estupro e repasse da ordem explícita. Para os casos de entrega dos resistentes à ordem, generosas recompensas eram compensadas aos que fossem entregues ao General.

Deste modo, a ordem foi espalhada e consumada; tal qual a repercussão pública foi tamanha dos assassinatos em massa, que dois meses após, foi suspensa por causa do Congo Belga. Será que ‘o mundo’ gostaria de saber o que se houve na África? Como resposta, o arquivo traz registros e provas dos campos de concentração de prisioneiros em áreas de confinamento.

Algo muito semelhante em nossa memória, que temos conhecimento em filmes, livros e na vida acadêmica, e por que não dizer, em nossa base educacional. Percebe-se o quanto o preconceito é latente em todas as esferas brasileiras; o estudo da África é singularizado, ou seja, é tomado por partes interessadas. Os infortúnios são levados ao conhecimento do mundo sobre a África, mas o mundo ainda não acordou o quanto necessita desta ancestralidade, de sua força de trabalho, de sua intelectualidade, da cultura, enfim, o quanto respira a sua humanidade.

O arquivo traz à tona esta humanidade e reforça entre suas funções como a chave documental de tantos fatos e sobresaltos na história que ocorreram e ocorrem até os dias atuais. Cook (1997, p.131) afirma que “[...] em alguns países os arquivos nacionais ou institucionais oficiais servem, às vezes, como repositórios passivos de certas categorias de papéis [...] estariam de outra forma ameaçados de perda ou destruição”. Cabe aos arquivistas, abrir de fato esta chave e tornar público os direitos

dos vencidos, e fazer a inversão dos papéis para que as verdades possam de fato aparecer, acima de tudo com transparência e legitimidade nesta imensa floresta de informações.

Ao focar a pesquisa de avaliação arquivística na análise e avaliação, isto é, ‘avaliando’ a importância destas funções, programas e atividades e interações dos cidadãos, em primeira instância, ao invés de avaliar milhares de milhões de documentos, ou dezenas de milhares de sistemas, séries e coleções de documentos, o arquivista é capaz de ver toda a floresta, ao invés de apenas algumas árvores (COOK, 2012, p.142-156).

Estas chaves são importantes para compreensão do mundo pós-moderno na Arquivologia, de modo que possa analisar os documentos com os modelos de planejamento e definições dos alemães que resistiram ao tempo e as ações humanas. O documentário traz à tona a expressão TRABALHO LIBERTA, usada em vários campos de concentração nazista, e relaciona que começa bem antes de Adolf Hitler e muito longe da Europa; este local chama-se Namíbia. E o mais intrigante de tudo isto, boa parte da população mundial desconhece.

Foram construídos cinco campos de concentração próximos às colônias alemães, para uso exclusivo de mão de obra forçada: Luderitz, Windhock, Okahandja, Karibib e Swakopmind. Neste último local, Swakopmind, há os registros originais sobre os números de homens, mulheres, idosos e crianças sendo assassinadas. Uma segunda prova sobre a proposta alemã, é que no suporte de papel para ser realizado o registro das ocorrências nos campos, já vinha com a inscrição: “Infolge Entkräftung und Unterernährung”, tradução, “alimentação

insuficiente”. A máscara já vinha de ordens maiores, com alto grau de financiamento do império alemão para os desmandos. Provas que o arquivo auxilia no desvelamento do extermínio de quase cem mil inocentes.

O ARQUIVISTA, O ARQUIVO E SUAS RESPONSABILIDADES SOCIAIS

Conforme Cook (2012, p.155), “o arquivista foi transformado, de acordo com as quatro fases, de guardião passivo a avaliador ativo, a mediador da sociedade, a facilitador da comunidade”, logo a compreensão e participação social do arquivista perpassam por muitos ideais à busca pelo respeito do outro, de modo que os direitos sejam respeitados e enfatizados diariamente, que a população africana tenha a devida atenção e respeito com petições de reparações para que não haja mais tantas banalidades sobre as violências físicas e mentais ocorridas no início do século XX e que permeiam ainda dentro de cada um daquele povo pastoril e por não dizer, em nós.

No documentário Expedição Namíbia, o primeiro ministro Hage Geingob fala “[...] agora que temos a paz, a reconciliação, vamos esquecer o passado e seguir em frente.” Extermínio a estes políticos, a falta de profissionalismo, a ausência de escuta de gestores de arquivos, ao desrespeito e a tudo o que nos adoece repletos de inverdades.

De acordo com as indagações de Cook (2012, p.144), “por que adotamos uma mitologia profissional de guarda passiva ao invés de mediação ativa com o passado?” Diante do exposto, o papel do arquivista deve ser além de suas fronteiras administrativas, a da capacidade de analisar e viabilizar as informações para que a sociedade conheça e exija das autoridades as competências judiciais com os devidos reparos sociais. Assim, oferecer o

canal para a obtenção das respostas, deve fazer parte do escopo do Arquivo e do seu profissional.

Por que insistimos em ser percebidos como guardiões de documentos antigos, quando estávamos na verdade a moldar o arquivo. Ao invés de **manter** arquivos, nós fazemos arquivos. E esse foi o principal momento de virada para mim: nós como profissão, somos tão obcecados pelo **produto** (o documento, o mapa, a fotografia) que negligenciamos o **processo** (COOK, 2012, p.144. grifo do autor).

Na reportagem “Expedição Namíbia, exibida pela Globonews” em 23 de Agosto de 2014, pessoas foram questionadas nas ruas sobre o assunto, mas poucas souberam informar na íntegra o que ocorreu em seu país. A história continua a ser contada pelos descendentes, alguns líderes comunitários, historiadores e interessados pela história local; e, deste modo, caberá a quem está no comando a melhor forma de moldar a informação. O documentário também exhibe pessoas imparciais e outras que não desejam ter, e partilhar o conhecimento sobre o fato.

Fatos ignorados ou não pelas autoridades locais e sociedade comum, os registros no Arquivo Nacional da Namíbia, desvelam que havia muito próximo, em Ahark Island, Namíbia um grande campo de concentração para o extermínio; na sua maioria, mulheres e crianças que eram consideradas alvos e prisioneiras de guerra.

O documentário relata que estas mulheres muitas vezes tinham que limpar as cabeças cortadas de seus companheiros, filhos e amigos para entregar as autoridades alemãs. Existem vários crânios e esqueletos na Instituição Charité Krankenhaus (Universidade de Medicina de Berlim), na Universidade

Freiburg, no Museu Nacional da Namíbia, para serem entregues aos seus descendentes; existem covas coletivas a céu aberto sem nenhuma sinalização em referências a estes corpos, simplesmente estão lá; existem culturas e memórias reveladas que devem ser respeitadas com seus costumes de passagens da vida em relação aos restos mortais dos ancestrais; povos que lutaram pela independência da Namíbia, valorizando sua terra e sua gente.

Aos poucos são entregues alguns destes crânios e parte do corpo, criando uma cadeia de dor, rejeição e sentimento de busca pela justiça por aqueles que lutam por milhares de vozes caladas dos seus ancestrais e por que não dizer, parte de nós, para que o mundo forme melhores seres humanos, em uma atualidade ainda muito mais cruel que século passado. No mais, esta população necessita de seu retorno à dignidade, a valorização de sua cultura e seus costumes.

A retomada destes costumes parte-se do processo de descolonização; a Namíbia possui igrejas luteranas e parte de sua população é cristã, mas a fé e os costumes do povo africano herero e nama, é a referência através das intermediações dos antepassados, de modo que os cemitérios são considerados sagrados, e um lugar de suma importância para esta comunicação com a passagem da vida. Assim, toda reivindicação de devoluções dos corpos de seus ancestrais tem forte questão social e memória.

Os registros do extermínio brotam no chão, com ossos vistos a olho nu. A história está na terra, na ferrovia construída sob trabalho escravo com infinita crueldade e na memória dos campos de concentração. Os sinais de burocratismo e militarismo alemão são notáveis pela escrita nos suportes de papel e fotografias que se encontram no Arquivo Nacional da Namíbia e por seus tributos de glória com suas homenagens ao próprio general Von Lothar em alojamento militar da Universidade de Hamburgo e suas estatuais na própria Namíbia, para referenciar

o ‘progresso’, que décadas mais tarde inspirou Hitler em suas leituras sobre a supremacia racial e pureza, do genecista Eugen Fischer em campo de estudo de negros e mestiços durante o genocídio da Namíbia.

Revelações ao mundo, porém um continente com pessoas consideradas sub-humanas, preconceito e a falta de interesse do mundo ainda permeia sem relevância. Mas quarenta anos após, o III Reich com crime em massa e foco no mundo pós-moderno. Coincidência? Qual postura do arquivista frente a estas questões? Ainda nas margens da invisibilidade o seu papel e o cidadão? E por que poucas produções científicas na área da ciência da informação que envolve os profissionais em arquivística nesta abordagem? Existe humanização ao arquivo? Para quem se destinam estas informações, ao usuário ideal ou real?

[...] arquivos como provas para a proteção dos direitos humanos de cidadãos e povo indígenas, ou ainda sobre arquivos sendo capazes de refletir cidadãos marginalizados na sociedade que não usam arquivos e cujas necessidades e interesses seriam excluídos de qualquer medida de uso passado (COOK,.2012, p.148).

Cook (2012, p.154) traz um convite à reflexão sobre o preconceito e permanência perversa das bordas sociais que não conseguem na integralidade as informações, e relata como arquivo fornece a sociedade, entre tantas informações, um mapeamento das sociedades invisíveis para o despertar de uma consciência social, através de atitude e participação na reconstrução da sociedade.

A preservação documental promove diálogos sobre memória, identidade, direitos humanos com a reparação humana e social afim de que os erros do passado não sejam mais repetidos

e que a história seja contada de fato com ela é, e não pelos vitoriosos. Para tal, o arquivista necessita sair da 'caixa', perceber seus pares e quanto a sua formação acadêmica está intrinsecamente ligada à constituição e reconstrução de uma sociedade com mais dignidade e respeito.

[...] arquivos como um recurso social, que era discernido, avaliado, adquirido e descrito por arquivistas, por direito próprio, como especialistas em documentos, para uma grande variedades de usos, um recurso da sociedade que respeitava cada vez mais a natureza pluralista e ambígua do mundo pós-moderno e digital ao invés dos padrões monolíticos que tinham dominado as estruturas arquivísticas anteriores, fossem estas jurídica ou históricas. Arquivos também deixaram de ser um recurso cultural e de patrimônio subjacente à elite acadêmica para se tornar uma base social para identidade e justiça (COOK, 2012, p.154).

Neste poder discursivo, o arquivista e a universidade tem seu espaço na sociedade-capital para uma construção real desta sociedade-democrática participativa, chamando usuários e profissionais da informação frente a uma postura protetora aos documentos com visibilidade da informação, de modo que à população não seja manipulada, ao ponto de desconhecer a sua própria história; transformando em conformistas das adversidades correntes, que fazem parte de um esquema totalitário de interesses por classes dominantes desta base estrutural, perpetuando o sistema de relacionamento e poder que são instauradas nas populações africanas e porque não dizer mundial.

O sentimento do medo, das incapacidades e da própria aceitação dos fatos ocorridos, torna a aparência dos algozes em vítimas, de modo que sempre haverá elevados conglomerados de estruturas financeiras que não poupam esforços para deturpar as informações, visto que os documentos gerados há mais de um século contêm procedimentos errôneos dos alemães a fim de moldar a notícia ao agrado de seus patrocinadores e investidores, que vão desde grandes personalidades políticas na Namíbia e na Alemanha aos profissionais liberais, civis e cidadãos.

Por isso, o passado encontra recessão no presente, como percebe sobre a própria participação da comunidade acadêmica arquivística sobre o tema apresentado. Há inversão de papéis na Namíbia, na Alemanha e no mundo; civis são transformados em bandidos e flagelos, através de uma política voltada para a corrupção que circula em setores desde campos de concentração até os dias atuais, com administradores e arquivistas dos arquivos públicos, uma demonstração de imparcialidade nas verdades da informação, protegendo a modelagem do discurso.

A própria identidade do arquivista foi ancorada em ser o especialista liderando a sociedade para encontrar sua identidade através de memórias compartilhadas fundamentado em concepções mais sofisticadas de evidencia. [...] a busca da própria identidade do arquivista como um mediador consciente ajudando a sociedade na formação de suas múltiplas identidades recorrendo à memória arquivística e como um agente ativo protegendo evidencia em face da complexidade acelerada de organizações sociais e mídia digital em mudança rápida (COOK, 2012, p. 155).

Destarte o documentário reflete as vozes dos hereros e namas que não querem calar e estão sendo caladas até a contemporaneidade, analisar a história e seus variados tipos de suportes através das informações para analisar o presente, é perceber que o calar do poder dominante sempre se mostrou evidente e presente, e na atualidade não há grandes diferenças.

Assim, o mundo precisa destas verdades e para isto, os arquivos e seus profissionais precisam de papéis claros e definidos para esta atuação ao analisar estas informações com posição sobre estas verdades, de forma que não ocorram mais recortes, influenciando os comportamentos dos cidadãos namibianos com diálogos e memórias privatizadas na formação ideológica.

Segundo Hans Booms, desafio a profissão arquivística ao documentar a sociedade ativamente, estrategicamente, e de forma cuidadosa. Com efeito devastador, ele mostrou que as teorias do passado deixavam o arquivista nu, um imperador sem roupas, selecionando arquivos por instituição ou com desinteresses, privilegiando assim, criadores poderosos ou usuários influentes (COOK, 2012 p.152).

Esta nudez provocada ao profissional arquivista vem do lado de fora, através da globalização excludente e eliminadora. O tempo sombrio dos últimos tempos na Namíbia desde sua independência em 1990 marcam os discursos e reforçam o que encontramos na história do fascismo, suas propriedades e as facilidades de manipulação da população hereros e namas. Inúmeras consequências destas manipulações foram negligenciadas, e variadas estigmas com marcas pelo preconceito, são causas cada vez mais exacerbadas numa sociedade que dificilmente devolve a identidade, marginalizando-as e saqueando pelo seu próprio direito humano.

As ideologias morrem e ações são claramente evidenciadas pelo desrespeito, quando refugam histórias, vidas e verdades, transformando cada vez mais uma sociedade às margens da invisibilidade; o arquivista necessita tirar os ‘óculos’ e sinalizar o que foi colocado a esconder: a moldagem da informação.

Com base na referência bibliográfica de Bauman (2004, p.26), “as raízes do problema, ao que parece se afastaram para além do nosso alcance. E seus aglomerados mais densos e espessos não podem ser encontrados em nenhum mapa de levantamento topográfico”. As diferenças sociais acumulam-se pela Namíbia, com suas ilhas de revoltas, com acervo de pessoas desmotivadas e violentadas pela ausência de estímulo e valorização humana. Este é o reflexo da realidade de um antigo e adolescente país, às margens de sua pseudoindependência.

As rupturas persistem através das desigualdades sociais, da segregação racial e social, legitimando seu poder de forma indevida através da violência, que geramos e que se encontra em seu interior. Para resolver estas “inquietações” e “desarranjos”, utilizam-se ainda as mesmas formas como os racistas alemães usaram no início do século XX; de uma forma mais sutil e silenciosa, utiliza-se os aparatos estatais para limpar a cidade de toda feiura, de todo lixo produzido por nós mesmos.

Histórias são como holofotes e refletores – iluminam parte do palco enquanto deixam o resto na escuridão. Se iluminassem o palco todo, de fato não teriam utilidade. Sua tarefa, afinal é “limpar” o palco, preparando-o para o consumo visual e intelectual dos espectadores; criar um quadro que se possa absorver, compreender e reter, destacando-o da anarquia de borrões e manchas que não se podem assimilar e que não fazem sentido (BAUMAN, 2004, p.26).

Em um contexto que tantos falam de globalização da informação, os “hereros e namas ainda estão invisíveis” neste palco de consumo da comunidade científica arquivística e a própria população negra brasileira, que não percebe toda relação ocultada e expressamente ligada com nossas realidades atuais. Sem sombra de dúvida, todos pertencem à mesma cadeia social; a mais frágil desta pirâmide global, com situações de dramas familiares; faltas de oportunidades; incapacidades em seus reflexos através das marcas sobre suas ancestralidades que ficaram para trás, como órfãos de tragédias.

Nesta conversão cotidiana, as lutas pela visibilidade, pela necessidade de devolução de identidade, pela fome da existência social, não andam de mãos dadas com um crescimento econômico alarmado pelos interesses políticos, empresarias, governantes e privilegiados do país. E ainda mais, estes hereros e namas invisíveis são negligenciados, estigmatizados pelo nosso próprio preconceito acadêmico. Qual o papel do arquivista no tratar a informação, no despertar da sociedade, da pessoa comum, do acadêmico que não mais acumule papeis e longas teorias?

Ao ancorar suas atividades e abordagens cada vez mais diversificadas, através de um envolvimento com o que as comunidades vivem e suas praticas evidência-memória-identidade, a prática (e identidade) arquivística pode permanecer plural e diversificada, sem se tornar simplesmente fraturada em campos desconectados ou dilacerada por lutas pela supremacia de uma escola de pensamento versus outra (COOK, 2012, p. 156).

O repensar da postura do arquivista com o compromisso social através da humanização do arquivo denuncia as comodidades da sociedade burocrática provocadas pela globalização, que resultam em extermínio social de hereros, namas, negros, índios, judeus, mestiços, palestinos e tantas outras etnias, em situações extremas decorrentes de diversas realidades vividas com desigualdades sociais escondidas e camufladas. O arquivista para impetrar a sociedade e revelar as verdades, necessita repensar suas práticas nas áreas de conhecimentos e usar a tradicionalidade arquivística como base referencial, confrontando com novos paradigmas na arquivologia contemporânea usados por Terry Cook como: identidade, memória, evidência e comunidade para aproximar-se de fato do usuário real.

Portanto, repensar o arquivo e o arquivista, é colocar ao nível mais próximo do despertar para o modelo da sociedade de inclusão; é provocar as instituições arquivísticas sobre a sociedade excludente contemporânea; povos formados como depósitos humanos com diversas fragilidades, frutos de diversas áreas das quais precisamos refletir e agir sobre elas. Todos reféns de um mundo capitalista e destruidor, alimento do ódio, das desigualdades sociais, do preconceito racial e étnico e das revoltas. As consequências, são verdadeiros depósitos humanos, com pessoas solitárias e mergulhadas em falta de oportunidade e descrença, escravos do nosso sistema que a libertação de 1990 ainda não libertou. O arquivista em seu merecido papel deve auxiliar o campo sensorial para que a sociedade possa tornar eleitores destes invisíveis sem identidades, que foram excluídos pelos nossos próprios reflexos.

A luta social ao longo da história clama-se por visibilidade e identidade aos “hereros e namas” espalhados pelo mundo. Fácil encontrar nestes povos de outro continente, semelhanças com nossos trabalhadores, com os profissionais liberais, homens, mulheres, crianças e adolescentes que exigem ausências de preconceitos raciais e sociais e que desejam dignidade e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado busca despertar o interesse da sociedade acadêmica arquivística em desenvolver pesquisas e estudos aprofundados sobre fatos e acontecimentos que marcaram a história da África e suas consequências até hoje; bem como pensar no arquivo e o arquivista numa sociedade globalizada com novas formas de pensar e agir, porém não deixando de lado as bases fundamentais das teorias tradicionais, fundamentação da arquivística.

Nesse sentido, repensar o arquivo africano é entender seu contexto mais profundo; é transformar o olhar em linguagem e vê-lo inserido em várias células da sociedade no mundo dando significado aos documentos. O arquivista necessita observar, reconhecer e expressar essas mudanças na sociedade com olhar humanizado e inovador, para atender as demandas produzidas pelo mundo civilizado, bem como as necessidades da preservação da memória coletiva de interesses dos usuários reais que a colonização deixou marcas monoculturistas no continente que abriga os países mais pobres do planeta, África.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA - os diamantes de conflitos. **Revista National Geographic Brasil**, São Paulo, n. 23, p. 24-51, Mar. 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Regula o acesso à informação. Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 21 Nov. de 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COOK, Terry. Entrevista. **InCID: Revista da Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012.

_____. Os Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Revista Estudos Históricos**. São Paulo: CPDOC, 1998. v.11, n.21

ELLISON, Ralph. **Homem Invisível**. Tradução de Márcia Serra. São Paulo: Marco Zero, 1990.

EXPEDIÇÃO NAMÍBIA- o primeiro genocídio do século XX. Direção: Eugenia Moreyra. Produção: Leila Sterenberg e Rodrigo Bodstein. Globo News, 2014.

FISCHER, Rosa M. B. A análise do discurso: para além das palavras e coisas. **Educação e Realidade**, v.20, n.2, p. 18-37, jul./dez., 1995.

GUERRA, Sérgio. **Notícias do Museu Afro Brasil**. São Paulo. Disponível em: < <http://www.museuafrobrasil.org.br/noticias/2013/11/18/no-dia-da-consci%C3%Aancia-negra-o-museu-afro-brasil-vai-exibir-no-audit%C3%B3rio-ruth-de-souza-o-document%C3%A1rio-hereros---angola-de-s%C3%A9rgio-guerra-%C3%A1s-16h->>. Acesso em: 04 dez. 2014.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1987.

LEITE, Leila. **A África na sala de aula: Visita à História Contemporânea**. Selo Negro, 2005.

MENDEL, Toby. **Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado**. 2. Ed. rev. e atualizada. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

PARTE 3

RESENHAS

POR QUE ENTENDER O SIGNIFICADO DE ESTRUTURALISMO?

Alice Magalhães Pedrosa¹

Ana Rosa Ribeiro Cabral Ferreira Lima

Brunna Maria Vaz Cavalcanti Lacerda

Mariana Santos do Nascimento

Nathalya Stephanni Teixeira e Caldas

DEMO, P. Estruturalismo- formalização metodológica extrema e privilégio metodológico da “invariante”. In.: DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo. Ed. Atlas, 1989, p. 171-202

Pedro Demo tem formação básica em teologia e filosofia e doutorado em sociologia pela Universidade de Saarbrücken, na Alemanha. Professor titular da Universidade de Brasília tem atuação acadêmica destacada na política social e na metodologia científica. Ultimamente, vem dedicando-se especialmente

1 Todos os autores desta resenha são estudantes do Curso de Arquivologia da UEPB e desenvolveram a atividade nas disciplinas de Metodologia Científica e Oficina de Texto II, ministradas pela profa. Dra. Eliete Correia dos Santos. As resenhas foram lidas e avaliadas pelo prof. Dr. Vancarder Brito, sociólogo.

à educação contemplada sob a ótica do desenvolvimento. Conferencista e consultor publicou dezenas de livros.

No capítulo 7 intitulado “Estruturalismo-Formalização Metodológica Extrema”, Pedro Demo explica a questão do estruturalismo como corrente de pensamento das ciências humanas.

Entende-se por estruturalismo, uma teoria na qual o estudo deve focar as estruturas que explicam hábitos da sociedade. Essa corrente sociológica diz que a realidade, inclusive a social, é necessariamente regida por leis. Essa concepção nomotética ou demarcação científica procura retirar o senso comum das ciências humanas e tenta formalizá-la cientificamente.

Demo refere-se a um dos grandes nomes do estruturalismo, Lévi-Strauss, que buscou explicar a consciência coletiva. Strauss dizia que a mente possuía moldes (estruturas) que nos permitiam pensar nas totalidades das coisas. A tarefa dessas estruturas era tentar explicar a consciência coletiva em função de uma dialética mental inconsciente. Strauss ainda explica o estruturalismo em várias formas, na mitologia, literatura, música, língua e antropologia.

Ele observou ao estudar tribos indígenas das América do Sul (Brasil) e do Norte, um conjunto de normas que se preservavam em diferentes culturas como se fossem formas inconscientes que moldavam o pensamento e o comportamento dos povos. Ao estudar essas tribos, ele explicou a mitologia ligada aos povos, mostrando que os mitos são estruturados com a linguagem, de modo que da mesma forma que na língua, eu não penso em formas gramaticais, quando falo, apenas falo, também não penso em mitos quando os reproduzo inconscientemente, os mitos só funcionam quando a estrutura permanece invisível, como a linguagem.

Demo credita a Lévi-Strauss grande importância para o campo da metodologia, desafiando outras correntes de pensamento da sociologia, é, sem dúvida, o adversário mais importante da dialética, tendo trazido a tradição nomotética como vigor raro.

Antes de tudo, o estruturalismo é uma corrente de pensamento, mas não julga ser a única. O importante é a visualização da ciência como um produto social, suas contribuições para o conhecimento. O estruturalismo nos mostra uma hierarquia, onde se vê a dialética como seu principal adversário.

O autor explica que a ontologia é o estudo do ser e é estudada por uma parte da filosofia que investiga a existência e a realidade. Já o pressuposto ontológico explica que os fatos que criamos, na verdade, estavam apenas esperando para serem descobertos.

Pedro Demo afirma, baseado no princípio ontológico, que os seres humanos não criam nada de forma absoluta, pois tudo que fazemos, criamos e pensamos já está dado, pela nossa natureza tudo já estava no nosso inconsciente e aparece quando é estimulado.

É possível percebermos que essa afirmação é verdadeira em pequenas coisas, como Karl Marx disse: “os homens fazem a própria história, mas não sabem disso”. Todos os dias algo novo acontece no mundo e fazemos parte dela – e não temos consciência desse fato – talvez no futuro, quando essas mudanças estiverem escritas, entenderemos que fazemos história.

Como exemplo, Demo utiliza a música, explicando que para cantarolar não é preciso saber quantos tons e semitons ela tem, já que inconscientemente temos a estrutura musical. Para a lógica, não é diferente, se pensarmos de forma ilógica é um erro, pois este não existe nos códigos mentais, tudo que pensamos, mesmo que pareça ser original, só é possível porque já estava no inconsciente.

Para Lévi-Strauss, o pressuposto ontológico é a adoção da noção do inconsciente, que é a referência estrutural do comportamento na sociedade e propõe o olhar científico semelhante aos que são adequados para os fenômenos naturais.

Na seção “Concepção Específica da Ciência”, o autor refere-se ao que é compreendido como ciência, inclusive dando um exemplo no primeiro parágrafo que explica os motivos pela qual dentre as ciências sociais e humanas apenas a linguística pode se igualar as ciências exatas.

Lévi-Strauss acreditava que o porquê das ciências sociais (conjunto de disciplinas científicas que estudam os aspectos sociais das diversas realidades humanas) encontrarem dificuldade em atingir o nível científico, é o problema de subjetivismo que as cerca – pois, “[...] o homem não saberia deixar de ter interesse em si mesmo.” (p. 184) – ou seja, é possível que as ciências sociais executem pesquisas e experimentos, mas a forma como o sujeito irá se portar é o problema.

Porém Lévi-Strauss distinguiu as ciências sociais e humanas, afirmando que as humanas são centrífugas (analisam o todo) e as sociais são centrípetas (analisam apenas o centro), dando então a entender que as humanas têm mais objetividade científica por analisarem não só o meio, mas todos os outros fatores que estão ao seu redor, logo, tem uma forma de análise mais detalhada e completa.

A seção “Construção de Modelos como Métodos” foi dedicada à discussão sobre a construção de modelos como método no estruturalismo, o autor desenvolveu métodos com o intuito de chegar a uma explicação óbvia e simples do fenômeno.

Lévi-Strauss apresenta-nos o estruturalismo antropológico um caráter exemplar que constitui o modelo (nem funcional, nem genético, nem histórico) dedutivo que é utilizado em uma ciência empírica.

Segundo Demo, para contornar o problema da escolha entre duas explicações do mesmo fenômeno, deve-se começar pelo princípio da economia lógica, pois em vão se faz por mais, o que pode fazer por menos.

Este princípio leva-nos a uma direção oposta ao pragmatismo, pois a afirmação de que a explicação mais econômica, que é também aquela que entre todas as consideradas, se aproxima mais da verdade.

Portanto, quanto mais são tiradas as camadas mais a essência se mostra. No caso, ficando o mais óbvio possível, logo, explicar é também analiticamente simplificar, por razão real, já que a realidade no fundo é simples.

Quanto ao problema da história, Pedro Demo discute sobre o real problema da história que é correspondente ao da dialética (poder da argumentação, a arte do diálogo, de debater, persuadir ou raciocinar), isso devido ao fato que como a dialética, a história pode ser tomada de contradições, já que são formadas por argumentos que podem ser contestados, passando a visão de que o problema é que a história não segue uma estrutura nem se aprofunda nisso.

Assim, o papel da história detalhada (aquela que procurava explicar minuciosamente algo) se encontra largamente superado, ou seja, a ideia apresentada é que quando já se conhece sobre algo, de imediato dispensamos os detalhes sobre aquilo. Como no exemplo apresentado no texto, que quando vemos um ímã atrair um ferro, chegamos à conclusão que todo ímã atrairá materiais do mesmo tipo, dispensando-se o aprofundamento sobre a história de fato.

Segundo a visão do autor, para que haja uma solução para a história, é necessário aprofundar-se nela, encontrar tudo que está por trás da mesma, saindo assim da estrutura que lhes foi empregada.

Partindo do que é abordado pelo autor, concordamos com o fato de que seja necessário um aprofundamento em toda e qualquer história, para que assim possamos compreender e conhecer mais do que esta sendo passado, saindo de uma estrutura exata e assim explorando novas visões.

A respeito da formalização metodológica, Demo explica mais sobre o estruturalismo, e começa a sua explanação com a seguinte frase “O fulcro da pesquisa não é mais constituído pelos elementos em si, mas pelas relações que intercorrem entre eles, já que as relações são constantes, enquanto os elementos podem variar (sem, no entanto, ser arbitrários)” (p. 198), com isso ele quer dizer que o foco do estruturalismo não é conteúdo, e sim a estrutura baseada na relação entre o conteúdo e a sua determinada forma, sem poder tratar o elemento como algo diferente ou distante da sua estrutura.

O autor também menciona que no estruturalismo, a própria matéria determina a sua estrutura, não existindo diferença entre o abstrato e o concreto, o concreto seria a estrutura, e o abstrato o conteúdo, pois eles são tirados da mesma natureza, e conseqüentemente são explicados pelo mesmo pensamento, como por exemplo: a exibição de uma nova teoria, terá que seguir uma determinada estrutura para ser aceita e provada.

Mesmo que o estruturalismo dê muita importância à estrutura, há um esforço visível de não perder em vista o conteúdo e é isso que a separa do formalismo, pois por mais que haja regras para a formalização da temática, segundo o estruturalismo existe uma flexibilidade do conteúdo para se adequar a sua determinada forma, não havendo perda em nenhum dos dois lados. Usando outra frase do livro “Não se pode negar que mesmo um fenômeno tão dinâmico como uma revolução se faz dentro de estruturas históricas, mas estas estruturas não apagam o dinamismo, antes são sua forma” (p. 202) que explica perfeitamente isso.

Apesar de parecer à primeira vista, para um aluno de graduação, um livro de difícil compreensão, após muitas lidas e relidas, o conteúdo abordado acaba sendo bastante surpreendente e esclarecedor.

COMPREENDENDO A VISÃO SISTÊMICA E FUNCIONALISTA

Camila Miranda da Silva¹
Jaimeson Oliveira Silva
Karla Marciano da Silva
Rosiene Ribeiro da Silva

DEMO, P. Abordagem sistêmica e funcionalista: visão dinâmica dentro do sistema. In.: DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo. Ed. Atlas, 1989, p. 171-202

Pedro Demo é um grande referencial como intelectual, sociólogo, recebeu várias homenagens nacionais e internacionais; é autor de mais de 100 artigos; mais de 70 livros além de outras colaborações.

Nasceu no ano de 1941, em Santa Catarina (Pedras Grandes), iniciou sua vida acadêmica na Faculdade dos Franciscanos em Curitiba - PR, lá cursou Filosofia, na cidade de Petrópolis cursou 3 anos de Teologia, também estudou música. É Doutor em

1 Todos os autores desta resenha são estudantes do Curso de Arquivologia da UEPB e desenvolveram a atividade nas disciplinas de Metodologia Científica e Oficina de Texto II, ministradas pela profa. Dra. Eliete Correia dos Santos. As resenhas foram lidas e avaliadas pelo prof. Dr. Vancarder Brito, sociólogo.

Sociologia, com pós-doutorados na Alemanha e Estados Unidos e também é Professor Titular Aposentado e Professor Emérito da Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Sociologia.

No livro “Metodologia científica em ciências sociais”, Demo encabeça uma discussão metodológica que compreende desde o problema do sentido da cientificidade em ciências sociais aos seus paradigmas mais usados. Ele faz críticas a dialética histórico-estrutural, levando em conta os débitos sociais das ciências e critica a neutralidade e objetividade. Levanta vários questionamentos, entre eles o do positivismo e do empirismo, relata sobre a polêmica entre a dialética e estruturalismo. Realiza buscas focadas na qualidade, mostra a metodologia na visão da confluência entre o contexto epistemológico e social. E para finalizar faz uma proposta da discutibilidade formal e política como um critério relativo de demarcação científica, na concepção da teoria crítica.

No capítulo 8 desta obra, o autor Pedro Demo dá mais ênfase ao sistemismo, pois este é considerado de extrema importância dentro do presente quadro, no que se refere ao funcionalismo.

De acordo com Demo, o sistemismo é bem parecido com o funcionalismo, pois busca continuar com a dinamicidade igual à do funcionalismo, mesmo tendo um fim no horizonte do sistema. As bases que originam o sistemismo são a teoria da informação, da cibernética e de utilidade administrativa.

Segundo o autor, o conceito de sistema é bem parecido com o de estrutura, numa perspectiva estruturalista. Demo busca em Lévi-Straus a justificativa para sua afirmação que a estrutura é formada de elementos que se alterados provocarão mudanças nos demais o que dá a ela (a estrutura), um caráter de sistema.

Pedro Demo se baseia na ideia de Mattoso Câmara, afirmando que sistema e estrutura se diferenciam, pois, a estrutura é uma condição anterior e indispensável para a existência do

sistema, pois o sistema pode ser definido como “uma estrutura de partes satisfatoriamente distribuídas que se associam e completam.”(p.204).

O autor cita o trabalho de Costa Lima o qual acredita que a definição de estrutura tem uma ideia de totalidade e interdependência entre os átomos que as compõe. Sendo assim, a estrutura ainda que possua o elemento completo da correlação das partes não se limita a uma redução do sistema.

Diante do que foi mencionado acima, Pedro Demo deixa claro que pode-se conceber dentro de uma visão sistêmica que todo sistema pode ser tido como um subsistema, que não há final dentro de seus limites, pois um elemento pode compor vários sistemas concomitantemente.

Concordo com o autor pois o sistema “todo” não pode ser compreendido como soma de partes, mas deve-se considerar como o “todo”, organiza as partes. Para que haja uma compressão de um fato não se pode apenas observar partes, mas compreender que existe um conjunto que forma o todo.

Um dos pontos principais que acompanham a problemática sistêmica foi a nova descoberta sobre o fenômeno cibernético de forma mais dinâmica, única e original, o questionamento foca na objeção da auto-regulação.

Do ponto de vista cibernético, define-se então que o sistema é auto regulação. Ampliando a ideia, o sistema seria a inter-relação existente nas partes e sua organização no todo, esclarecendo mais o conceito a auto regulação seria uma condição para a existência de um sistema caso contrário não pode ser considerado como um.

Para maior compreensão o autor cita um exemplo de grande relevância:

[...] se tiver uma boia adaptada na superfície superior, pode encher-se e fechar-se automaticamente, dando origem a um

mecanismo próprio de autorregulação, resultando funcionamento equilibrado. Quando a água atinge certo nível, toca a boia, ativando mecanismo de fechamento da entrada da água, ao mesmo tempo que a boia, baixando o nível da água, cede e permite entrada de nova água. Assim obtém-se situação de elementos complexos automaticamente organizados, com capacidade de autorregulação: o sistema da caixa-d'água. (DEMO, 1989, p.207).

Nesse exemplo, a informação é formada pela aproximação da água à boia o que leva a abrir o mecanismo auto-regulativo. Nessa concepção, determina-se o elemento da informação como tudo aquilo que atinge um sistema e pede resposta. Supondo que o sistema seja capaz de responder devidamente e nisso chegasse a regular-se, chegamos então a mais um conceito o de realimentação sistêmica, ou seja, a competência que o sistema tem de captar informação e de responder a ela.

A realimentação sistêmica, flexionada como o espírito da auto-regulação, passa a tornar-se questão fundamental da definição sistêmica.

A cibernética levou à constatação de que o sistema é propriedade de toda organização, física ou humana. A definição de sistema não se retém mais apenas ao fenômeno da inter-relação das partes e de sua organização interna, mas concentra-se também sobretudo no discernimento da propriedade da organização auto-suficiente, com regulação própria. A retroalimentação do sistema é que o faz sistêmico, ou seja, que o torna um todo,

dá-lhe contorno delineável e explica sua razão de persistência. E a recíproca: um sistema não persiste se já não tem condições de se retroalimentar. (DEMO, 1989, p. 208).

Compreende-se, pois, que o ciclo sistêmico deva possuir de forma precisa das seguintes etapas de esquema básico: input, conversão, output e feedback. Input seria a informação absorvida, tudo aquilo que apresenta no sistema; a conversão é a propriedade encarregada de realizar o caminho por meio do que entra e do que sai, aderindo a ela não somente o recolhimento da informação, mas também a responsabilidade de compor uma resposta para ela; output seria a resposta já totalmente composta; o feedback, ou retroalimentação, é encarregado de descrever a propriedade central do sistema. As bases que dão unicidade ao sistema focam na teoria da informação, da cibernética e de sua utilidade gestacional. O autor foi feliz em suas colocações sobre o sistema do ponto de vista cibernético, fazendo uso de exemplos bastante claros.

Tanto o sistemismo como outras metodologias, acreditam na unidade das ciências e procuram ser instrumento total de explicação. Nessa lógica, Bertalanffy², mostra alguns pontos de fundamentação possível do isomorfismo científico, são eles: os esquemas intelectuais que por descobrir em princípio um número restrito, são captáveis segundo leis do pensamento; a estrutura da realidade, que através de sua natureza, permite a aplicação dos conceitos; logo após o terceiro aspecto que é a descoberta da teoria dos sistemas de que o isomorfismo, que é encontrado em muitos domínios é baseado na existência de princípios gerais dos sistemas.

2 Criador da Teoria Geral dos Sistemas

Pedro Demo começa o texto mostrando as críticas a respeito do sistemismo, especificamente quando se refere ao seu aspecto relacional. Segundo alguns autores, o sistemismo acaba se tornando estruturalista, isso acontece quando este esquece de estudar as coisas, focando apenas no estudo das relações contidas entre elas. Visando essa perspectiva, o conceito de isomorfismo traria uma visão resumida e importante, pois modificaria o homem unicamente em variáveis que não possui a capacidade de fazer existir horizontes éticos.

São muitas as críticas feitas ao sistemismo, mas é importante observar que a medida que o estruturalismo enfatiza no fenômeno da troca e da comunicação, o sistemismo enfatiza no fenômeno da organização, causando um impacto nas ciências sociais, visto que todo seu campo de estudo é relevante a grupos ou sistemas humanos, sendo formado na organização a minoria. Mesmo que o funcionalismo esteja enraizado no sistemismo, vale destacar que o sistemismo busca enquadrar o dinamismo da sociedade como fenômeno relevante, fazendo com que se torne uma renovação metodológica essencial.

Demo descreve que é preciso fazer uma diferenciação da percepção de conflito entre funcionalismo, sistemismo e método dialético. Para os funcionalistas, o conflito é uma mera disfunção; para os sistematistas, o conflito estaria dentro do próprio conceito de sistema, visto que para dentro é considerado como todo dinâmico, para fora, no relacionamento em todo tempo problemático com a ambiência; já no método dialético, o conflito é considerado não-antagônico, caso que não acontece obrigatoriamente no sistemismo.

A circularidade sistêmica é uma característica metodológica marcante que se opõe ao do método dialético, a circularidade se funda no processo de retroalimentação, que uni firmemente o output ao input. Para a dialética, as mudanças não ocorrem apenas dentro do sistema, mas acontecem de forma igual do

sistema. Não existe aceitação dos sistemistas, de que o sistema consiga controlar superações históricas. Isso não seria dizer que o sistemismo explicaria a morte de um sistema. Para eles, seria incapaz a conversão de informações novas e a queda de retroalimentação seriam o bastante para se decretar o término de um sistema.

Com relação às transições de um sistema para outro, pode-se dizer que os sistemas são vistos de maneira individual, tendo suas características, a resistência as mudanças pelo dinamismo. Olhando por esse lado Ricoeur (1970 *apud* DEMO, 1989, p. 216) afirma:

Assistimos a uma invenção das relações entre o sistema e a história. Para o historicismo, compreender é encontrar a gênese, a forma anterior, as fontes, o sentido da evolução. Com o estruturalismo, são os arranjos, as organizações sistemáticas num estado dado que são inicialmente inteligíveis.

O sistema que geraria todas as diferenças não surgiria sobre um eixo das coexistências, o qual é completamente diferente do eixo das sucessões. Nesse tipo de visão, a história estaria em segundo lugar, sendo levada em consideração apenas como mudança do sistema, pois protege a ideia de repetição cíclica dos fenômenos.

Ao olhar por esse lado, o autor afirma que não seria possível inserir o novo na história, pela razão que ela seria um reino de regularidades cíclicas. Ainda que a história tenha somente um único sentido explicativo secundário, é importante ressaltar que o sistemismo apresenta uma dinamicidade maior que o estruturalismo e o funcionalismo, iniciando pelos conceitos básicos de contingência, coerções e graus de liberdade.

Os conceitos se dão:

Contingência. Denota que todo sistema tem organização contingente, no sentido de que sua rigidez não é a de uma ponte fixa. **Coerções.** É o reverso da contingência: algo organizado supõe liame suficiente entre as partes para que não se esfacele. A capacidade de coadunação do todo é significada pela coerção[...]. **Graus de liberdade.** Retoma-se o primeiro conceito, acrescentam-se apenas o caráter probabilístico de toda organização. (DEMO, 1989, p. 218).

De forma natural, esses conceitos dão uma ideia de sistema aberto. O autor continua a dizer que a principal marca que diferencia o sistemismo do funcionalismo, é a sua capacidade de explicar como os sistemas se mantêm, como resistem às mudanças, o que trai a herança funcionalista.

Neste capítulo, é perceptível que Demo tem como foco a Circularidade Sistêmica e que nos passa tais informações de maneira clara e exata, mostrando que a circularidade nada mais é que uma característica do sistemismo, ele mostra o processo de retroalimentação, assim como faz o comparativo das mudanças causadas na visão da dialética, fazendo a análise do sistema não só externamente, mas internamente. Ele menciona a transição que os sistemas podem sofrer ao longo do tempo, e que a história na maioria das vezes fica em segundo plano, é notável um grande trabalho de pesquisa, mostrando teorias e opiniões de outros autores. E para finalizar ele afirma que não é possível inserir novas informações na história.

Quanto à aplicação à política, Demo mostra através de uma análise que o poder de cima para baixo é completamente

sistêmico, isso porque não permite conflito insuperáveis, luta para se institucionalizar e considera-se sempre administrável.

Em relação à política social, é correto afirmar que a maneira sistêmica em que é organizada é para a permanência desse controle social. Dentro dessa organização é que se introduz todo conhecimento em função dos encarregados do poder para o seguimento do sistema, pois só assim preservaria as finalidades das ciências sociais.

Para se entender os elementos do funcionalismo de Parsons, é preciso primeiro saber um pouco de sua formação. Talcott Edgar Frederick Parsons é um sociólogo norte-americano que apresenta uma proposta funcionalista é considerado um pensador conservador, preocupado com o bom funcionamento da sociedade, sem tolerar a desconformidade dos que podiam manifestar-se contra ela. Ele recebeu influências de Pareto, Durkheim, Weber e Freud, além dos teóricos da escola inglesa de Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans Pritchard e Leach. De Pareto a ideia de equilíbrio, foi herdada; de Durkheim, foi herdada tanto a ideia de anomia ou comportamento desviado; de Weber a de ação social; da escola inglesa, a ideia voltada à analogia do organismo: e de Freud a ideia da problemática em volta do processo de socialização.

Demo cita Parsons o qual relata que existem quatro dimensões totalizantes da realidade que interagem entre si: o sistema social, o sistema de valores, o organismo humano e a personalidade individual.

De acordo com Pedro Demo, na visão de Parsons:

Somente o sistema social e o de personalidade são sistemas de ação propriamente ditos. O organismo é o pressuposto fisiológico. O sistema cultural compõe-se de valores, normas e símbolos que orientam as possibilidades de escolha do agente e

delimitam seus tipos de interação. O sistema social é composto de agentes, que têm sua ação social orientada segundo outros agentes, dentro de um quadro relativamente consensual de fins coletivos. O sistema da personalidade é centrado sobre o agente individual, que tende a satisfazer suas necessidades e a adotar comportamento compatível dentro da sociedade. (DEMO, 1989, p. 222)

É nítido que Parsons utiliza alguns conceitos de Freud para explicar que a socialização justifica toda e qualquer relação que existe entre o sistema social e o da personalidade. Então, como já foi explicado acima, é esperado que exista uma ação da sociedade sobre a “nova” sociedade, com a finalidade de que estes assumam os mesmos padrões sociais já fixados ao longo do tempo, para as pessoas continuarem na fonte do funcionalismo.

Certamente, a leitura desta obra é uma desconstrução do que seja metodologia científica para alunos da graduação. Percebe-se que não é apenas o estudo de normas, mas a compreensão das abordagens que fundamentam o processo de fazer pesquisa e a postura que se terá diante do objeto.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração Leonardo Araujo

Capa Ralf Nóbrega

Impressão Gráfica Universitária da UEPB

Formato 15 x 21 cm

Mancha Gráfica 10 x 16,5 cm

Tipologias utilizadas Arno Pro 12 pt

Impressão Gráfica Universitária da UEPB

Do projeto enunciativo à concretude de um texto, há de se entender que a escrita é um processo cronotópico e, como tal, merece de seu tempo para ser plantada e para ser colhida. Nesse caminho, ser respeitado e reconhecido pelo seu ato manifesta no sujeito (por seu dizer e por sua escrita) o estado de ânimo, de desejo, de sentimentos em um ato ativamente responsável, de pertencer a um lugar e ser único.

O objetivo dessa obra é divulgar as produções iniciais de alunos do projeto SESA (projeto de extensão, pesquisa e ensino) e estimular a escrita de Gêneros Acadêmicos que circulam em diversas áreas do conhecimento. Esse projeto tem caráter interdisciplinar, reflete o ponto de vista dos diversos estudantes/escritores e já possui outras publicações que abordam os gêneros discursivos.

Os temas abordados nesta publicação reforçam o compromisso e o respeito desses estudiosos para com o saber arquivístico e aponta para a necessidade de uma metodologia científica voltada para a elaboração de gêneros acadêmicos. Elaborar textos na Academia requer técnica, conhecimento científico e muita dedicação de quem o produz. Portanto, esta obra é indicada à comunidade acadêmica da Arquivologia e áreas afins; portanto, é um incentivo a práticas dinâmicas na universidade

Eliete Correia dos Santos

ISBN - 978-85-7879-455-2

